



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIV - Nº 009 - TERÇA-FEIRA, 17 DE FEVEREIRO DE 2009 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP) 1º VICE-PRESIDENTE Marconi Perillo - (PSDB-GO) 2º VICE-PRESIDENTE Serys Slhessarenko - (PT-MT) 1º SECRETÁRIO Heráclito Fortes - (DEM-PI) 2º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)	3º SECRETÁRIO Mão Santa- (PMDB-PI) 4º SECRETÁRIO Patrícia Saboya - (PDT-CE) Suplentes de Secretário 1º - César Borges - (PR-BA) 2º - Adelmir Santana - (DEM-DF) 3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB) 4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

LIDERANÇAS

<p>Maioria (PMDB/PP) - 21</p> <p>Líder Renan Calheiros - PMDB</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 20 Renan Calheiros</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto Wellington Salgado de Oliveira</p> <p>Líder do PP - 1 Francisco Dornelles</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PC DO B/PRB) - 20</p> <p>Líder Aloizio Mercadante - PT</p> <p>Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella </p> <p>Líder do PT - 12 Aloizio Mercadante</p> <p>Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns</p> <p>Líder do PR - 4 João Ribeiro</p> <p>Vice-Líder do PR Expedito Júnior</p> <p>Líder do PSB - 2 Antonio Carlos Valadares</p> <p>Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella</p>	<p>Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 27</p> <p>Líder Mário Couto - PSDB</p> <p>Vice-Líderes Heráclito Fortes Flexa Ribeiro Demóstenes Torres Eduardo Azeredo Adelmir Santana João Tenório Kátia Abreu Papaléo Paes </p> <p>Líder do DEM - 14 José Agripino</p> <p>Vice-Líderes do DEM Kátia Abreu Jayme Campos Antonio Carlos Júnior Maria do Carmo Alves</p> <p>Líder do PSDB - 13 Arthur Virgílio</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes</p>
<p>PTB - 7</p> <p>Líder Gim Argello - PTB</p> <p>Vice-Líder Sérgio Zambiasi</p>	<p>PSOL - 1</p> <p>Líder José Nery - PSOL</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Romero Jucá - PMDB</p> <p>Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello</p>
<p>PDT - 5</p> <p>Líder Osmar Dias - PDT</p> <p>Vice-Líder Patrícia Saboya</p>		

EXPEDIENTE	
<p>Agaciêl da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 8ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 16 DE FEVEREIRO DE 2009

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Discursos do Expediente

SENADOR PAULO PAIM – Registro nos Anais da Casa e comentários sobre o artigo intitulado “A Lição de Ghandi”, do jornalista Jayme Copstein, publicado no jornal **O Sul**, de 3 do corrente. Considerações a respeito de investimentos do governo federal no Rio Grande do Sul. A participação do Movimento Nacional das Pessoas com Deficiência no 9º Fórum Social Mundial..... 01798

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR – Comentários e questionamentos acerca da entrevista concedida pelo Senador Jarbas Vasconcelos à revista **Veja** desta semana. 01807

SENADOR PAPALÉO PAES – Apelo em favor da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a 18 anos. 01808

SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Manifestação sobre Portaria do Ministério do Meio Ambiente que proíbe o uso do amianto em obras públicas e veículos de todos os órgãos vinculados à Administração Pública. Defesa do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2009, de autoria de S. Ex^a, que proíbe a utilização do amianto em território nacional. 01810

1.2.2 – Comunicação

Da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado, de indicação de senadores para integrarem, na qualidade de titulares e suplentes, as Comissões Permanentes da Casa (Ofício nº 16/2009, de 13 do corrente). 01812

1.2.3 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Resultados do IV Fórum de Governadores da Amazônia Legal, realizado em Roraima. Transcrição nos Anais dos artigos “Governadores assinam a Carta de Roraima”, “Governador de Roraima critica política ambiental” e “Unger propõe desenvolver e proteger Amazônia”..... 01814

SENADOR JEFFERSON PRAIA – Considerações sobre os elevados “spreads” bancários no Brasil..... 01824

SENADOR JOÃO PEDRO – Reflexão acerca da decisão tomada pelo Ministro da Justiça ao conceder asilo ao italiano Cesare Battisti..... 01825

SENADOR ALVARO DIAS – Justificação pela apresentação de pedido de informações ao Ministro da Fazenda em relação à aquisição do controle acionário da Aracruz Celulose pela Votorantim Celulose e Papel. Registro da realização, pela Federação das Indústrias do Paraná, do Fórum Regional 2009 – Reflexões sobre a Economia na Vida das Empresas. 01828

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Homenagem pelo transcurso hoje do Dia do Repórter. 01830

SENADOR PEDRO SIMON – Manifestação sobre a entrevista concedida pelo Senador Jarbas Vasconcelos à revista **Veja** desta semana. 01833

SENADOR MÃO SANTA – Protesto contra o uso da máquina governamental pelo governo em favor da candidatura da Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff. Comentários a matérias publicadas no Piauí a respeito do Governador Wellington Dias..... 01837

SENADOR EDUARDO AZEREDO – Apresentação de votos de pesar pelo falecimento de personalidades de Minas Gerais: do Dr. Hugo Werneck, Padre Simões e Célio Trópia..... 01840

SENADOR GILVAM BORGES – Apreensão com relação à paralisação das obras do Aeroporto Internacional de Macapá. O credenciamento de escolas do Amapá para acesso aos projetos que o Governo Federal oferece através do FNDE..... 01842

SENADOR MARCELO CRIVELLA – Reflexão sobre as medidas do governo brasileiro diante da crise econômica mundial. Preocupação com o aumento dos “spreads”. Manifestação em favor do “Cimento Social”. 01845

SENADORA ROSALBA CIARLINI – Registro da participação de S. Ex^a, em Natal, da reinauguração do Centro de Artesanato da Praia dos Artistas. 01849

1.2.4 – Leitura de requerimentos

Nº 87, de 2009, de autoria do Senador Alvaro Dias, *solicitando voto de aplauso à Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado do Paraná – FETIEP, pelo transcurso do 60º aniversário de fundação*. 01852

Nº 88, de 2009, de autoria do Senador Alvaro Dias, *solicitando voto de aplauso ao povo e governantes da Lituânia, no Leste Europeu, pelo transcurso do 91º aniversário da independência*. ... 01852

Nº 89, de 2009, de autoria do Senador Alvaro Dias, *solicitando informações ao Ministro de Estado da Fazenda*. 01853

Nº 90, de 2009, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do Padre Simões*. 01854

Nº 91, de 2009, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do filantropo e humanista Célio Trópia*. ... 01854

Nº 92, de 2009, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do ambientalista Hugo Werneck*. 01855

Nº 93, de 2009, da Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a apurar a utilização da internet na prática de crimes de “pedofilia”, bem como a relação desses crimes com o crime organizado, *solicitando, em aditamento aos Requerimentos nºs 200 e 818, de 2008, a prorrogação do prazo de seu funcionamento por 180 (cento e oitenta) dias*. 01856

1.2.5 – Ofício do Presidente da Câmara dos Deputados

Nº 107/2009, de 11 do corrente, comunicando a rejeição, por inadmissibilidade, da Medida Provisória nº 446, de 10 de novembro de 2008, do Poder Executivo, que *dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social, e dá outras providências*, e o seu arquivamento, nos termos do disposto no parágrafo único do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002-CN... 01858

1.2.6 – Ofícios do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 107/2009, de 12 do corrente, comunicando que o Projeto de Lei do Senado nº 695, de 2007 (nº 3.117/2008, na Câmara dos Deputados), foi sancionado e convertido na Lei nº 11.879, de 19 de dezembro de 2008. 01858

Nº 108/2009, de 12 do corrente, comunicando que o Projeto de Lei do Senado nº 539, de 2007 (nº 2.520/2007, na Câmara dos Deputados), foi sancionado e convertido na Lei nº 11.899, de 8 de janeiro de 2009. 01858

Nº 109/2009, de 12 do corrente, comunicando que o Projeto de Lei do Senado nº 354, de 2004 (nº 5.298/2005, na Câmara dos Deputados), foi sancionado e convertido na Lei nº 11.863, de 15 de dezembro de 2008. 01858

Nº 110/2009, de 12 do corrente, comunicando que o Projeto de Lei do Senado nº 732, de 2007 (nº 3.125/2008, na Câmara dos Deputados), foi sancionado e convertido na Lei nº 11.862, de 15 de dezembro de 2008. 01859

Nº 111/2009, de 12 do corrente, comunicando que o Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2008 (nº 3.773/2008, na Câmara dos Deputados), foi sancionado e convertido na Lei nº 11.829, de 25 de novembro de 2008. 01859

1.2.7 – Aviso do Presidente do Tribunal de Contas da União

Nº 3, de 2009-CN (nº 56-Seses/TCU-Plenário), encaminhando ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 93, de 2009-TCU (Plenário), bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram relativo ao levantamento de auditoria realizado em obras integrantes do projeto de Modernização e Adequação de Sistemas da Refinaria Presidente Getúlio Vargas, no Estado do Paraná (TC 015.638/2007-4). 01859

1.2.8 – Comunicações da Presidência

Recebimento, do Tribunal de Contas da União, do Aviso nº 6, de 2009 (nº 74/2009, na origem), encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 001.296/2008-2, acerca de auditoria operacional no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que deu origem ao monitoramento da ação governamental “Orientação Profissional e Intermediação de Mão-de-Obra” do Programa “Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda”. 01859

Recebimento, do Tribunal de Contas da União, do Aviso nº 7, de 2009 (nº 89/2009, na origem), encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 001.276/2009-8, sobre Representação da Secretaria de Macroavaliação Governamental acerca da fixação para o exercício de 2009 dos percentuais individuais de participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios na distribuição dos recursos tratados no inciso III e § 4º do art. 159 da Constituição Federal, bem como cópia da Decisão Normativa nº 95, de 2009. 01860

1.2.9 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, terça-feira, dia 17, com Ordem do Dia anteriormente designada. 01860

1.3 – ENCERRAMENTO**2 – ATOS ADMINISTRATIVOS****2.1 – Ato do Diretor-Geral**

Nº 458, de 2009. 01870

SENADO FEDERAL**3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL****4 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO****5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

**6 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS
SUBCOMISSÕES**

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos
CAS – Comissão de Assuntos Sociais
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e
Cidadania
CE – Comissão de Educação
CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa
do Consumidor e Fiscalização e Controle
CDH – Comissão de Direitos Humanos e
Legislação Participativa
CRE – Comissão de Relações Exteriores e
Defesa Nacional
CI – Comissão de Serviços de Infra-Estru-
tura
CDR – Comissão de Desenvolvimento Re-
gional e Turismo
CRA – Comissão de Agricultura e Reforma
Agrária
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR**8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR****9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS**

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Ber-
tha Lutz

CONGRESSO NACIONAL**10 – CONSELHO DA ORDEM DO CON-
GRESSO NACIONAL****11 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SO-
CIAL****12 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO
PARLAMENTO DO MERCOSUL****13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS
ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**

Ata da 8ª Sessão Não Deliberativa, em 16 de Fevereiro de 2009

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência da Sra. Serys Slhessarenko, e dos Srs. Mão Santa e Papaléo Paes

(inicia-se a Sessão às 14 horas e 5 minutos, e encerra-se às 19 horas e 5 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Pela ordem, com a palavra o Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Caríssimo amigo Senador Papaléo, eu gostaria que V. Exª me inscrevesse para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Exª é o primeiro inscrito para uma comunicação inadiável.

Vamos passar para a lista de oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim que, como orador inscrito, terá vinte minutos para seu pronunciamento.

Em seguida, o Senador Geraldo Mesquita fará uso da palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Papaléo Paes, Senador Geraldo Mesquita Júnior, quero, da tribuna, neste momento, fazer rápidas considerações sobre três temas.

No primeiro deles, Sr. Presidente, quero solicitar a V. Exª que registre nos Anais da Casa um artigo, do conceituado jornalista gaúcho Jayme Copstein, publicado, no dia 3 de fevereiro, no jornal **O Sul**.

Sr. Presidente, tive o privilégio de ler o artigo *A Lição de Gandhi*, do meu amigo jornalista Jayme, publicado na última sexta-feira.

Sr. Presidente, nesse artigo, Jayme, que é um jornalista, eu diria, da velha guarda e da jovem guarda, do ontem, do hoje e do amanhã, ele, com muita competência, inspirado em Gandhi, faz uma análise da violência no Brasil e diz que o que ele viu recentemente, nas universidades, o que os veteranos fazem com os

calouros, é algo lamentável, deplorável, que demonstra o quanto a violência campeia pelo nosso País.

Diz ele que, quando os formandos, depois do preparo que recebem nas universidades, recebem dessa forma os jovens que estão chegando para o ensino superior, isso demonstra a relação da sociedade, demonstra o quanto a violência avança em todas as áreas.

Permitam-me aqui que eu leia pequenos trechos. Jayme relembra alguns casos ocorridos alguns anos atrás e fala sobre os trotes mais recentes. É um texto que exige de nós uma reflexão.

Lá pelas tantas do artigo, ele escreve:

As pessoas perguntam: o que está acontecendo com esses jovens? Resposta: o mesmo que está ocorrendo com toda a nossa sociedade. Já corrompida, não mais orienta seus jovens “para ser”, mas apenas “para ter”..

Lembrei-me de V. Exª, Senador Geraldo Mesquita Júnior, que fala aqui, seguidamente, daquela questão das coisas e das causas. Aqui ele fala dos seus jovens para ser ou para ter. A sociedade só os educa para ter. Continua ele: “Porque nessa sociedade pervertida, ter significa poder e isso é o que importa”.

Conforme Jayme, “o ingresso na universidade apenas confirma na prática o aforismo de Gandhi, o líder espiritual indiano: o conhecimento sem ética é um mal muito poderoso”.

Achei o artigo muito interessante, Sr. Presidente, e peço que seja inserido na íntegra no meu pronunciamento, porque demonstra a capacidade e o conhecimento desse jovem senhor, eu diria. Jayme deve ter hoje em torno de setenta anos – não sei sua idade exata – e mostra que o conhecimento, a ética e o saber o acompanham. Tenho certeza que o acompanham.

Jayme, recentemente, Senador Mesquita, Senador Papaléo, escreveu um outro artigo, nesse mesmo jornal, sobre projeto de nossa autoria, do Fundep, que sei que ambos defendemos, que é um fundo de investimento para o ensino técnico. Todo mundo fala em escola técnica, não só nós aqui dentro. Falam tanto em mais escolas técnicas, mas não conseguimos aprovar aqui o fundo que vai sustentar essas escolas

técnicas. Se falamos que queremos quinhentas mil escolas técnicas, tem que haver, no mínimo, um fundo para sustentá-lo. Felizmente, com o apoio do Senador Geraldo Mesquita Júnior, do Senador Papaléo Paes... Lembro-me aqui do Senador Demóstenes Torres, que foi o Relator da matéria, uma PEC, que passou na CCJ e está pronta votada aqui no Plenário.

Meus parabéns ao meu querido e sempre jovem Jayme Copstein pelo brilhante artigo que mais uma vez escreve, dando um chacoalhão, dando, corretamente, um puxão de orelha – no mínimo isso – nessa nossa moçada que está se formando e agride, covardemente, para mim, os jovens chamados “calouros” que estão entrando na universidade. A brincadeira é saudável, mas a agressão, aí não, já vira covardia. Então dou meus parabéns e quero assinar embaixo do artigo *A Lição de Gandhi*, do Jayme.

Sr. Presidente, venho a essa tribuna, mais uma vez, para também dizer que grande parte, ou pelo menos uma parte, Senador Papaléo Paes – eu até comentava isso com o Senador Mão Santa e com o Geraldo Mesquita Júnior – levantou que, nesse grande debate – sei que V. Ex^a, Senador Papaléo Paes, defende isso – das eleições presidenciais de 2010 nós tínhamos que ter mais candidatos discutindo o tema. Deveríamos ter mais candidatos do PMDB, mais candidatos do DEM, mais candidatos do PSDB, mais candidatos do PT, do PDT, do PCdoB, do PSB, do PSOL, enfim, para enfrentarmos os grandes temas que a Nação quer que sejam discutidos, para que as eleições de 2010 não sejam só uma questão de ser fulano ou beltrano, é Paulo ou é João, é Maria ou é Helena... Esse é o debate que está acontecendo. Até o momento eu não vi, mas gostaria de ver um debate no campo das idéias, já que as eleições, todo mundo sabe, foram antecipadas. Nós não estamos no início de 2009; em matéria de disputa eleitoral, eu diria que nós estamos no início de 2010, porque ela está na rua todos os dias. Quem pegar as revistas do fim de semana, os jornais de todos os dias, vai ver a mesma coisa.

Mas nem por isso, Sr. Presidente, eu deixarei de elogiar aquilo que entendo que é correto, que é adequado, que está sendo feito por esse ou aquele Ministério, por esse ou aquele Parlamentar, por esse ou aquele partido que coloca sua posição diante da crise que está aí e da própria conjuntura nacional e internacional. Desde a situação do Obama, que todos estamos acompanhando... Vi nos jornais que em um mês Obama já perde o glamour, como alguns dizem, perde o charme do processo eleitoral... Eu acho que não é verdade, em menos de um mês, pois o camarada nem começou a trabalhar e já há críticas contundentes.

Ouçô o Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Paulo Paim, vim ouvindo, atentamente, no carro, V. Ex^a falar sobre a violência. Olha, a gente tem que advertir o Presidente da República para parar de brincar. Ô Luiz Inácio, pare com essa brincadeira aí com a sua candidata, que isso não é uma sociedade hoje – nós não vivemos numa sociedade –, isso é uma barbárie. V. Ex^a trouxe o caso da universidade, mas isso é uma barbárie. É em todo o canto. Olha, a minha cidade, Parnaíba, era muito pacífica. Paulo Paim, não a conheço mais. Não a conheço mais, porque tudo quanto foi casa levantou muro, botaram uns fios elétricos, quando não são cacos de vidro. É uma violência. Não tem polícia, não tem delegado, não tem nada. Só tem corrupção. Isso, nas sociedades, é uma barbárie. Luiz Inácio, Padre Antônio Vieira dizia que o mal sempre vem acompanhado de outro mal. Então, isso se irradiou. Isso não é negócio de dengue, não. Essa é que é a desgraça. Teresina chegou a abrigar um rapaz muito interessante, o nosso Goebbels. É inteligente, um comunicador. Foi do Grupo Paraíba, foi do Governo... Com o Secretário de Segurança... São seis assaltos por noite a farmácias. Vi lá o depoimento, numa reportagem muito bem feita, de um homem dizendo que sua firma foi assaltada 17 vezes num semestre. Não dá. Isso não existe mais. Velório não há mais porque assaltam até o defunto. Aí, caiu na universidade. **Pares cum paribus facillime congregantur**, Cícero disse essa frase no Senado Romano. “Violência atrai violência”. Esse é que é o PAC; não é esse negócio de galinha “carcarejando” mundo afora, não. Isso é uma violência, é uma barbárie. Isso não existe, não. Bem ali no Uruguai, eu fui... Outro dia... Está ali meu Geraldo Mesquita. Por isso, escolheram o Uruguai para ser a sede do Parlatino. Olhem, rapaz, fui a Punta Del Este. Aquela casa é do dono da Grandene. Esses industriais todos, os artistas, estão todos morando em Punta Del Este por causa dessa insegurança. Isso é uma barbárie. Eu andei agora dois meses na Europa, não vi um miúdo – miúdo é criança – pedindo esmola. Que negócio é esse? E agora na nossa universidade que V. Ex^a denuncia. Quero também me solidarizar com Barack Obama. A ignorância é audaciosa e atrevida. Eu li o primeiro livro dele: **A Audácia da Esperança**, política, e estou lendo agora, me deleitando, Paim... O moreno é capaz, o moreno é competente, o moreno é culto, o moreno enfrentou, o moreno trabalhou, o moreno... Ele agora que ele vai entrar para a faculdade de Direito. Eu o acompanhei fazendo Ciências Políticas, trabalhando depois em ONG para estimular emprego, está entre as lideranças religiosas para melhorar essa criminalidade, tirar da... Agora é que ele está sonhando em fazer Direito. Eu estou vendo. Então,

um homem daquele é preparado. Eu acho, sem dúvida nenhuma – e o próprio Luiz Inácio disse, aí ele acertou –, que hoje o mundo tem dois grandes líderes: ele e o Sarkozy, o Barack Obama, pelo saber, pelo estudo. O homem é formado em Ciências Políticas, Direito em Harvard, foi Deputado, Senador. Então, agora, meus parabéns pelo jornalista aí. Isso de tudo aí na universidade, uma barbárie dessas. Isso não é sociedade. Na universidade... Então, nossos parabéns e nossos cumprimentos.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, obrigado pelas considerações.

Senador Papaléo Paes.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Especificamente sobre o que V. Ex^a fala com muita sabedoria, que são justamente os debates pré-eleitorais... Dentro dos partidos, não digo até candidato de um partido com outro, mas dentro dos partidos, que esses debates se façam presentes em todo o País, para que as pessoas conheçam, realmente, os candidatos. Geralmente, se conhece o candidato no programa eleitoral obrigatório. V. Ex^a sabe muito bem; nós todos sabemos muito bem, é difícil identificar profundamente até as qualidades do candidato, porque os marqueteiros transformam, da maneira como bem entendem, a figura dessas pessoas. Então, seria muito salutar, sim, como V. Ex^a falou, se tivéssemos candidatos de todos os partidos, se pudéssemos ter dois ou três de cada partido, para que o povo fizesse a seleção dentro do partido, a fim de que, quando esses candidatos se apresentassem como candidatos do seu partido ou da sua coligação para o povo brasileiro, no período eleitoral, realmente houvesse uma disputa entre pessoas qualificadas para dirigir o nosso País, os Estados e os Municípios, enfim. Parabéns a V. Ex^a. Mais uma vez, V. Ex^a, com muita sabedoria, traz um tema muito importante, que deve, sim, começar a ser exercitado no Brasil.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Papaléo Paes.

Permitam-me. Eu começava o meu pronunciamento, nesse momento, entrando num tópico que é de interesse lá do meu Rio Grande. Dizia eu que, independentemente – por isso puxei o tema – da disputa de 2010, que já está nas ruas, nós trazemos à consideração dos senhores e senhoras principalmente o que interessa ao meu Rio Grande, uma série de iniciativas que entendo muito positivas.

Eu quero dizer que recebi o convite, na quinta-feira, para acompanhar a Ministra Dilma ao Rio Grande do Sul, para uma série de atividades. Estavam lá Prefeitos, Depu-

tados Federais e Estaduais, que fizeram uma discussão sobre o PAC e o Estado do Rio Grande do Sul.

E foi anunciado, Sr. Presidente, que, até 2010, o que é positivo para o Rio Grande, Senadora Serys Slhessarenko, a Ministra Dilma anunciou que o Rio Grande deve receber cerca de R\$1,2 bilhão de recursos em obras do Programa de Aceleração de Crescimento, o PAC, além de verbas para a extensão do Trensurb, que pega ali tudo o que se chama de “jornada nas estrelas”, como alguns dizem. E por que “jornada nas estrelas”? V. Ex^a conhece; porque pega de Canoas a Nova Hartz. É uma região, a minha principal base eleitoral, onde nós, numa política de aliança ampla, ganhamos todas as cidades – Canoas, Esteio, Sapucaia, tudo na mesma seqüência, São Leopoldo, Nova Hamburgo, Sapiranga, Campo Bom, Nova Hartz e Dois Irmãos, todas numa política de aliança com os partidos que compõem a base do Governo Lula.

Então, esse investimento, que busca a extensão do Trensurb para essa região, é gratificante. Eu não estava lá, mas vim à tribuna para elogiar essa iniciativa. As obras de engenharia e o sistema inclusive de controle da violência por câmaras tiveram os seus editais assinados em São Leopoldo.

Quanto aos investimentos no porto de Rio Grande, a Ministra Dilma afirmou que os recursos serão investidos num conjunto de obras recém-definidas pelo Governo Federal. A maioria dos investimentos serão feitos na duplicação das principais rodovias federais do Rio Grande, hoje sob concessão de manutenção; nas linhas de transmissão de energia elétrica; em saneamento básico; em habitação e travessias urbanas; na construção também da barragem de Arvorezinha, em Bagé; no projeto de irrigação da Costa Doce e no novo cais do porto de Porto Alegre. Os recursos preveem ainda o projeto de estudos da segunda ponte do Guaíba.

Entre as rodovias, estão confirmadas a duplicação da BR-290, no trecho entre Porto Alegre e Pelotas; da BR-386, entre Estrela e Itabá – essa obra deverá estar contratada até outubro; e ainda a construção da BR-285, entre Bom Jesus e São José dos Ausentes.

Dessa região de Bom Jesus e São José dos Ausentes vieram os meus pais, nasceram e moraram os meus avós e bisavós. Lá eu tinha a alegria de passar as férias no meu tempo de colégio. Com certeza, voltarei este ano à região, pelos convites que recebi.

Sobre a construção da BR-448, a chamada Rodovia do Parque, que resolverá toda a questão da entrada de Porto Alegre, via Canoas, a Ministra afirmou que o Governo espera para março a licença prévia da Fepam. A nova rodovia está orçada em cerca de R\$800

milhões e resolverá um enorme problema da entrada a Porto Alegre por Canoas.

Hoje, Senadora Serys Slhessarenko – V. Ex^a conhece muito bem o Rio Grande –, de Canoas a Porto Alegre, devido ao tráfego congestionado, nós demoramos mais de uma hora. Com essa rodovia, esse trecho poderá ser feito em torno de dez a quinze minutos.

Portanto, senhoras e senhores, eu gostaria de cumprimentar a Ministra Dilma e o Presidente Lula por essa iniciativa. Lembro, ainda, para todos não terem dúvida, que conheço a Ministra Dilma há mais de trinta anos. Quando eu era Oposição, no Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas, a Ministra Dilma estava à porta de fábrica ajudando naquele momento. Foi assim, igualmente, depois, para Deputado Federal e, também, para o Senado.

Tenho certeza absoluta de que a Ministra Dilma trará muitas alegrias ao Rio Grande, mas também aos outros Estados que compõem a República Federativa do Brasil, pela sua forma de atuar.

Por fim, Sr^a Presidente, permita, ainda, que eu fale rapidamente – e peço que V. Ex^a considere lido na íntegra este meu pronunciamento – sobre uma pequena análise que faço, referindo-me ao 9º Fórum Social Mundial, realizado do dia 28 de janeiro a 1º de fevereiro, na cidade de Belém, no Pará.

Quero aqui dizer que aquele Fórum contou com a presença de milhares de organizações da sociedade civil de 130 países; foram 133 mil pessoas que lá estiveram presentes como participantes; com a presença, com certeza absoluta, de delegações de todas as etnias, de todas as raças, de todos os segmentos, mulheres, crianças, jovens, estudantes, adolescentes, idosos, negros, índios, árabes, palestinos, judeus; enfim, estava lá o mundo representado.

Para mim, particularmente, foi importante saber que aquele Fórum aprovou moção de total apoio ao Estatuto da Pessoa com Deficiência, Estatuto esse que já aprovamos aqui no Senado e que agora está para ser aprovado também na Câmara dos Deputados.

Além disso, Sr^a Presidente, está decidido também, respaldando a Resolução da 2ª Conferência Nacional das Pessoas com Deficiência, que 2009 será um ano de amplo debate dessa matéria. Teremos cinco encontros regionais para aprofundar, discutir e aprimorar o Estatuto da Pessoa com Deficiência, como eu dizia, já aprovado aqui no Senado. É a expectativa dos movimentos sociais que, até o dia 21 de setembro, Dia Nacional da Pessoa com Deficiência – projeto esse, Senador, de nossa autoria –, a matéria já aprovada seja então sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Era o que tinha a dizer.

Sr^a Presidente, peço-lhe que considere lido na íntegra o meu pronunciamento, em que faço uma análise positiva desse importante encontro que foi o Fórum Social Mundial realizado no Estado do Pará.

Obrigado, Sr^a Presidente.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a minha fala de hoje será sobre a participação do Movimento Nacional das Pessoas com Deficiência no 9º Fórum Social Mundial (FSM), realizado de 28 de janeiro a 1º de fevereiro de 2009, na cidade de Belém, capital do estado do Pará.

Antes de entrar no tema pessoas com deficiência, lembro que o fórum de Belém foi um dos mais positivos já realizados. Os números impressionam: o evento teve a participação de milhares de organizações da sociedade civil de 130 países; foram 133 mil pessoas que compuseram a lista de participantes do evento. No total, entre trabalhadores e participantes; o Fórum Social Mundial contabilizou a presença de aproximadamente 150 mil pessoas.

Conforme os coordenadores, “esse foi um dos fóruns que possibilitou a melhor integração entre diferentes povos”.

Destaque para uma maior participação de negros, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência em comparação aos fóruns Anteriores.

Mas, Sr. Presidente, recebi um documento, assinado por várias lideranças, que estiveram em Belém, contendo um resumo da participação do Movimento Nacional das Pessoas com Deficiência no Fórum Social Mundial. O nome dessas lideranças, Sr. Presidente, está em anexo no meu pronunciamento.

O fato importante e de grande significado para o Movimento das Pessoas com Deficiência é que a questão da Acessibilidade e Diferenças foi consolidado nos relatórios e na Carta de Princípios do fórum.

A notícia é sem dúvida alvissareira para o movimento. Já que a luta por este reconhecimento vem de longa data.

O pleito assegurado resume-se nos seguintes itens e que passo a citar:

Que o FSM 2009 reconheça e reflita em sua estatística a participação das pessoas com deficiência no evento e a realização da atividade coordenada pelo movimento nacional das pessoas com deficiência acima referida.

Que o Fórum Social Mundial 2009 considere o documento aprovado no FSM 2001 em Porto Alegre e acrescente a este os seguintes pontos:

Respalde a resolução da II Conferência Nacional das Pessoas com Deficiência – 2008 que trás como sentido principal a discussão sobre a exigência da realização de 5 (cinco) câmaras técnicas regionais para aprofundar e aprimorar o debate sobre a aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência (já aprovado no Senado), a ser aprovado na Câmara até setembro de 2009 à luz da Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência; que a coordenação do FSM 2009 considere na próxima edição a inclusão de pessoas com deficiência. Para tanto, devem ser tomadas as seguintes providências: que a ficha de inscrição contenha espaço para registro da necessidade específica de cada deficiência para assegurar a acessibilidade, respeitando a diversidade das pessoas com deficiência de acordo com o desenho universal: Profissional Tradutor/intérprete de LIBRAS, conforme o decreto 5626/2005; material em Braille, DOS VOX, espaço arquitetônico acessível, etc.

Senhoras e Senhores, as pessoas com deficiência – que representam 15% da população brasileira – entendem que para assegurar a concretização de sua participação efetiva no FSM é necessário que o movimento que representa este segmento integre a coordenação de organização das próximas edições do FSM, para isso reivindicam este assento.

Então, Sr. Presidente, gostaria de parabenizar, tanto os coordenadores do Movimento Nacional das Pessoas com Deficiência como também os coordenadores do Fórum Social Mundial.

Mas, Sr. Presidente, dando continuidade ao tema, por tanto, vou destacar aqui, o respaldo que o Fórum Social Mundial deu a Segunda Conferência Nacional das Pessoas com Deficiência, realizada em 2008, que determinou a realização de cinco encontros regionais para discutir o Estatuto da Pessoa com Deficiência, a luz da Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, projeto de nossa autoria, já foi aprovado pelo Senado Federal, e, atualmente, tramita na Câmara dos Deputados e está pronto para ser votado no Plenário. O relator é o deputado Celso Russomanno, do PP, de São Paulo.

Antes de falar sobre o Estatuto, é importante lembrar que o Brasil assinou, em março de 2007, a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Este é o primeiro tratado de direitos humanos do Século 21 e a ONU espera que ele produza uma significativa melhoria no tratamento dispensado às pessoas com deficiência.

Rogério Sottili, dos Direitos Humanos da Presidência da República, disse que “a assinatura reforça o compromisso do Estado brasileiro em adotar medi-

das legislativas e administrativas para assegurar os direitos reconhecidos na Convenção, que tem como princípios o respeito pela independência da pessoa, não-discriminação, efetiva participação e inclusão social, respeito às diferenças e a igualdade de direitos”.

Conforme dados do Censo de 2000, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil possui 24,5 milhões de pessoas com deficiência, que possuem algum tipo de incapacidade de ver, ouvir, mover-se ou alguma deficiência física e mental. Esse número representa cerca de 15% da população.

O Brasil apresenta números semelhantes aos de países, como os Estados Unidos (15%) e a Austrália (18%) das deficiências declaradas, a mais citada é a visual, com 48%. Em seguida vêm os problemas motores (22%), os auditivos (16,7%), os mentais (8,3%) e os físicos (4,1%).

Sr. Presidente, sabemos que o presidente da Câmara dos Deputados, deputado Michel Temer, do PMDB, de São Paulo, está com boa vontade para colocar na pauta de votação projetos de cunho social, como por exemplos, o Estatuto da Igualdade Racial, a PEC do trabalho escravo, e também, os três projetos que beneficiam cerca de vinte milhões de aposentados e pensionistas.

Sabendo do compromisso que o presidente Michel Temer tem para com essas pessoas que buscam um lugar ao sol, é que faço um apelo para que ele também coloque na pauta o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Repito, senhoras e senhores, algumas palavras do relator do Estatuto aqui no Senado, senador Flávio Arns, onde ele disse, logo que esta casa aprovou o Estatuto:...

“Estaremos juntos, acompanhando e participando da discussão do Projeto naquela Casa Legislativa, desenvolvendo um trabalho integrado com os deputados e toda a sociedade para que, ao final, o Estatuto da Pessoa com Deficiência contribua para a construção de uma sociedade mais justa, fraterna, solidária e igualitária, refletindo um avanço para mais de 25 milhões de cidadãos com deficiência”.

Vejamos, senhores e senhores, a importância que este estatuto tem. O Estatuto da Pessoa Com Deficiência se destina a assegurar a integração e a inclusão social e o pleno exercício dos direitos individuais e coletivos das pessoas que apresentam limitação em suas atividades devido à sua deficiência.

O Estatuto objetiva introduzir no ordenamento jurídico brasileiro, lei que defina claramente os direitos das pessoas com deficiência.

O Estatuto propõe o desenvolvimento de ações que assegurem a plena inclusão das pessoas com deficiência no contexto sócio-econômico e cultural.

Ele garante acesso, ingresso e permanência da pessoa com deficiência, acompanhada pelas pessoas e animais que lhe servem de apoio, portanto que utiliza como ajudas técnicas, em todo os ambientes de uso coletivo.

Ele viabiliza a participação das pessoas com deficiência em todas as fases de implementação das políticas públicas.

O Estatuto fomenta a realização de estudos epidemiológicos e clínicos, de modo a produzir informações sobre a ocorrência de deficiências e incapacidades.

Ele cria, no âmbito do SUS, Centros de Biologia Genética como referência para a informação e prevenção de deficiências.

O Estatuto torna compulsória a matrícula e a inclusão escolar de pessoas com deficiência em estabelecimentos de ensino regular.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência torna obrigatório o oferecimento de educação especial ao educando com deficiência internado em hospitais por prazo igual ou superior a um ano.

Da mesma forma, obriga as emissoras de TV a legendar e dublar todos os programas, nacionais e estrangeiros, favorecendo o direito à informação das pessoas com deficiência auditiva e visual.

O Estatuto obriga a inserção da pessoa com deficiência no mundo do trabalho ou sua incorporação ao sistema produtivo mediante regime especial.

Sr. Presidente, as empresas com 100 ou mais empregados ficam obrigadas a preencher de 2% a 5% de seus cargos com portadores de deficiência.

A dispensa de empregado deficiente somente poderá ocorrer após a contratação de substituto em condições semelhantes.

Nos concursos públicos ficam reservadas para as pessoas com deficiência pelo menos 5% (cinco por cento) das vagas disponíveis.

Ele incentiva a prática desportiva entre as pessoas com e sem deficiência.

Estimula a ampliação do turismo voltado à pessoa com deficiência.

Os planos e programas governamentais deverão prever recursos orçamentários destinados especificamente ao atendimento das pessoas com deficiência.

O Estatuto garante acesso nos transportes coletivos urbano, intermunicipal e interestadual.

Os edifícios, praças e equipamentos esportivos e de lazer, públicos e privados, destinados ao uso coletivo, deverão prever acesso à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

O Estatuto considera crime punível com reclusão de um a quatro anos qualquer forma de discriminação como recusar matrícula em estabelecimento educacional, dificultar acesso a cargo público, negar trabalho ou assistência médica a portador de deficiência.

Sr. Presidente, reitero que o Estatuto da Pessoa com Deficiência amplia e aprimora a legislação vigente sobre o tema, sem ferir os direitos e garantias já estabelecidos.

O Estatuto contém 287 artigos que tratam basicamente de assuntos ligados aos direitos fundamentais das pessoas com deficiência e de como implementá-los.

Enfim, Sr. Presidente, o Estatuto garante acesso à Justiça, saúde, educação, habitação, trabalho, cultura, esporte, turismo, transporte e lazer, entre outros.

Senhoras e senhores, sob o princípio básico e essencial da acessibilidade universal é que pretendo concluir minhas palavras, e farei isso contando uma história que muito me tocou, é uma história comum, de sonho, de dedicação e de vitória, é a história de André Vicente da Silva, nascido em Canoas (RS), que tem deficiência visual aos 11 anos de idade se apaixonou pela música, gosta de Back e de Tom Jobim. Além de interpretar, ele também compõe suas músicas, como “O AVENTUREIRO”, TÍTULO QUE ALIÁS, TEM MUITO A VER COM SEU ESPÍRITO.

André que tem hoje, 20 anos de idade, passou no vestibular de música na UFRGS. Como André não pode ler as notas escritas em Braille, com uma mão e tocar o piano com a outra, ele decora as partituras e executa as músicas, André, há um ano, é servidor concursado da prefeitura de Canoas, também é gaiteiro no grupo nativista TERRA E TRADIÇÃO. André quer ser professor de música.

Mas quero terminar, de fato, como gosto de fazê-lo, com um pequenino poema escrito pelo meu assessor Luciano Ambrósio, e que foi inspirado, senhor Presidente, no André Vicente:

Em meu caminho
Vejo irmãos que caminham
E que fazem seu caminho de música
Fazem sua história de sonho
Fazem do sonho, trabalho
Do trabalho,
Vitória.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/ PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, tive o privilégio de ler o artigo “A lição de Gandhi”, do conceituado jornalista gaúcho, Jaime Copstein, publicado na última sexta-feira, no jornal **O Sul**, de Porto Alegre.

Peço, respeitosamente, senhor Presidente, que este artigo, que está em anexo, fique registrado nos anais desta casa.

O tema, que o nobre jornalista, explanou, não é novo. Trata-se dos chamados trotes violentos para aqueles estudantes que entram na universidade.

Jaime Copstein, relembra alguns casos ocorridos alguns anos atrás, e fala sobre os trotes mais recentes. É um texto para reflexão.

Lá pelas tantas, ele escreve: "As pessoas perguntam: o que está acontecendo com esses jovens? Resposta; o mesmo que está ocorrendo com toda a nossa sociedade já corrompida, não mais orienta seus

jovens 'para ser', mas apenas 'para ter'. Porque nessa sociedade pervertida, ter significa poder é isso é o que importa".

Conforme Jaime Copstein "o ingresso na Universidade apenas confirma na prática o aforismo de Gandhi, o líder espiritual indiano: o conhecimento sem ética é um mal muito poderoso".

Era o que tinha a dizer,

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRO-NUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

JAYME COPSTEIN

A lição de Gandhi.

O ingresso na Universidade apenas confirma na prática o aforismo de Gandhi, o líder espiritual indiano: o conhecimento sem ética é um mal muito poderoso.

O país inteiro, de Norte a Sul, espuma de indignação diante das cenas de violência protagonizadas por jovens universitários paulistas contra seus colegas recém admitidos na instituição.

Mas o país apenas espuma e nada faz. Daqui a alguns dias, os jornais, as emissoras de rádio e as de TV falarão de outra coisa, e no ano que vem sem nenhuma inovação, o incidente se repetirá, com as mesmas manchetes dos jornais, o delegado de Polícia dando lições gratuitas de direito penal e prometendo de tantos a tantos anos de cadeia, reitores tirando o corpo fora, alegando que a universidade não encoraja vandalismo e sadismos, pais contratando bons advogados para livrar a cara de seus "pimpolhos", e tudo fica por isso mesmo, à espera da reprise.

Qual a novidade do ácido jogado na menina grávida ou no "bixo" da Veterinária? Em 2003, no interior do Rio Grande do Sul, universitários pararam um ônibus e derramaram um líquido corrosivo sobre três calouros que tentavam escapar da selvageria. Há vários crimes aí, da perturbação da ordem a lesões corporais com todos os agravantes previstos pelo Código Penal, a começar pela premeditação. Aconteceu alguma coisa aos agressores?

Se aconteceu ninguém ficou sabendo.

E aquele estudante de medicina afogado em uma piscina? E aquele outro, colocado de olhos vendados ao lado dos trilhos do trem, que morreu de susto? É toda uma fleira de histórias macabras com a marca comum da impunidade.

As pessoas perguntam: o que está acontecendo com esses jovens? Resposta: o mesmo que está ocorrendo com toda a nossa sociedade. Já corrompida, não mais orienta seus jovens "para ser", mas apenas "para ter". Porque nessa sociedade pervertida, ter significa poder e isso é o que importa.

A partir daí, a escola, antes, e a Universidade, depois, não conseguem mais disciplinar seus alunos, porque impor a esses príncipes herdeiros normas de convivência e deveres de solidariedade na vida em comum significa castrar o poder que suas famílias ostentam na sociedade.

Na verdade, os veteranos que agrediram seus colegas calouros apenas exerceram o poder que lhes dá um discutível status de veteranaria. E exercendo o poder discricionário, tão somente seguiram o padrão de comportamento de adultos com os quais convivem. O ingresso na Universidade apenas confirma na prática o aforismo de Gandhi, o líder espiritual indiano: o conhecimento sem ética é um mal muito poderoso.

Ditos e achados

Alguém se lembra da sem-terra que trocou a militância pela capa da Playboy? Poucos, provavelmente. É a implacável lógica do mercado das futilidades. Carlos Alberto Di Franco.

jc1928@ymail.com

Manifestações de exclusiva
responsabilidade dos columnistas.

Projetos

16/02/2009 - 10h49

Idoso aposentado por invalidez poderá ficar isento de exame médico-pericial

O aposentado por invalidez com idade igual ou superior a 60 anos poderá ficar isento de submeter-se a exame médico-pericial. A proposta, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS) e que se destina a beneficiar todos os aposentados pelo Regime Geral da Previdência Social (RGPS), está pronta para entrar na pauta de votações da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde tramita em decisão terminativa.

O projeto de lei (PLS 302/07), segundo Paim, visa a terminar com o que ele considera uma "violência" cometida contra os idosos.

- O Congresso tem a obrigação de eliminar todo o tipo de violência cometida contra os idosos, e temos aí um exemplo dos mais revoltantes - afirmou o senador pelo Rio Grande do Sul.

De acordo com Paim, o primeiro decreto originado da lei que instituiu o Plano de Benefícios da Previdência Social (Lei 8.213/91), determinava exames bienais para todos os aposentados por invalidez com idade inferior a 55 anos.

No entanto, o parlamentar lembra que, de uma hora para outra, o Poder Executivo publicou um novo decreto, eliminando o limite de idade e, assim, "passando a penalizar idosos inválidos, com grande dificuldade de locomoção, com idade superior ao limite que estamos propondo".

Valéria Castanho / Repórter da Agência Senado
(Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 302, DE 2007

Isenta o aposentado maior de 60 anos por invalidez de exame médico-pericial.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O aposentado por invalidez do Regime Geral da Previdência Social – RGPS com idade igual ou superior 60 (sessenta) anos, fica dispensado de submeter-se a exame médico-pericial.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Congresso tem a obrigação de eliminar todo o tipo de violência cometida contra os idosos, e temos aí um exemplo dos mais revoltantes.

O primeiro Decreto originado da Lei 8213, de 25 de julho de 1991, Plano de Benefícios da Previdência Social, determinava exames bienais para todos os aposentados por invalidez com idade inferior a 55 anos.

De uma hora para outra, o Executivo publicou um novo Decreto, e eliminou aquele limite etário, passando a penalizar idosos inválidos, com grande dificuldade de locomoção, com idade superior ao limite que estamos propondo, considerando o ideal para o propósito do Executivo, que é acompanhar a reabilitação do segurado.

Sala das Sessões,

Senador **PAULO PAIM**

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, é com grande satisfação que farei um pequeno registro da visita que a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, fez ao estado do Rio Grande do Sul, na última sexta-feira, dia 13.

Infelizmente, por compromissos já assumidos anteriormente, não pude acompanhar a ministra Dilma, e me fazer presente ao lado de prefeitos e também, de parlamentares que compuseram a caravana que foi até o meu estado.

Sr. Presidente, bons ventos chegaram ao Rio Grande do Sul. A ministra Dilma confirmou que, até 2010, o estado deve receber quase R\$ 1,2 bilhão de recursos em obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Além de verba para a extensão do Trensurb, as obras de engenharia e o sistema de monitoramento de câmeras, que tiveram editais assinados em São Leopoldo, e dos investimentos no porto de Rio Grande, a ministra Dilma Rousseff afirmou que os recursos serão investidos em um conjunto de obras recém-definidas pelo governo.

Os maiores investimentos serão feitos em duplicações nas principais rodovias federais do RS – hoje sob concessão de manutenção -, linhas de transmissão de energia elétrica, saneamento básico, habitação, travessias urbanas, a construção da barragem de Arvorezinha, em Bagé, o projeto de irrigação da Costa Doce e o novo cais do porto de Porto Alegre.

Os recursos prevêm ainda o projeto de estudos da segunda ponte do Guaíba.

Entre as rodovias, estão confirmadas a duplicação da BR-290 no trecho Porto Alegre-Pelotas, da BR-386 entre Estrela e Tabai – a obra deverá estar contratada até outubro – e a construção da BR-285 entre Bom Jesus e São José dos Ausentes.

Sobre a construção da BR-448, chamada de Rodovia do Parque, a ministra afirmou que o governo espera para março a licença prévia da Fepam. A nova rodovia está orçada em R\$ 800 milhões.

Portanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de parabenizar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff. E, lembrar que sou um admirador do trabalho que a ministra Dilma vem realizando.

Tenho absoluta certeza, Sr. Presidente, de que a ministra Dilma, ainda dará muitas alegrias, não só ao Rio Grande do Sul, mas também a todos os outros estados que compõem a República Federativa do Brasil.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Papaléo Paes, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, 2º Vice-Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – obrigada, Senador Paim.

Sua solicitação será atendida na forma do Regimento.

Com a palavra, para uma comunicação inadiável, o Senador Geraldo Mesquita, por cinco minutos.

Em seguida, pela inscrição, por permuta com o Senador Eduardo Azeredo, o Senador Papaléo Paes.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Senadora Serys, os meus cumprimentos a V. Ex^a, que preside esta sessão.

Sr^{as} e Srs. Senadores, retorno de uma passagem pelo meu Estado e, logicamente, teria assuntos a tratar aqui, que dizem respeito ao meu querido Acre, mas é óbvio que eu não poderia hoje vir à tribuna, como membro do PMDB, como Senador da bancada do PMDB, sem fazer um registro, um comentário acerca da entrevista concedida pelo Senador Jarbas Vasconcelos à revista *Veja*, na sua edição nº 2.100, deste fim de semana.

Antes de sair de casa, tentei localizar o Senador Jarbas, porque eu queria entregar a ele, em mãos, pessoalmente – porque é assim que entendo que deve ser feito –, uma carta, pedindo a ele, respeitosamente, explicações. O Senador Jarbas, na referida entrevista, formulou conceitos e exprimiu a sua impressão acerca, principalmente, do PMDB. Eu acho que o Senador Jarbas tem todo o direito, como qualquer um aqui, numa entrevista ou aqui, no Parlamento, na tribuna, seja onde for, de expressar sua opinião e declinar seus conceitos acerca da visão que tem do processo político, do quadro partidário, de seja lá o que for.

Senador Mão Santa, o patrimôniozinho que mais prezo na minha vida, que trabalho no sentido de preservar para poder passar para os meus filhos e os meus netos, é a minha honra. Esse é o patrimônio que eu preservo, que eu prezo, Senador Paim, com todas as forças da minha vida. Então, assim como o Senador Jarbas tinha, como tem, o direito de expressar suas opiniões e seus conceitos acerca do que acontece no mundo político, particularmente no Partido de que ele faz parte também, como nós, eu tenho o direito, na defesa da minha honra, de pedir ao Senador Jarbas que detalhe, que explique exatamente o que ele quis dizer, quando se referiu ao fato de que “boa parte do PMDB quer mesmo é corrupção”. Essa foi a parte da entrevista que mais me incomodou, Senador Paim.

Como eu disse, eu queria entregar a carta pessoalmente ao Senador Jarbas. Soube que ele está viajando de Recife para cá. Eu gostaria imensamente que o Senador Jarbas estivesse aqui no plenário agora para eu falar na sua presença. Não há nada de sigiloso no que eu coloquei na carta; não há nada de reservado ou pessoal. Já pedi à minha Chefe de Gabinete que fizesse a entrega da carta no gabinete do Senador Jarbas e espero que, tão logo ele chegue, possa do seu conteúdo tomar conhecimento. A carta muito singela, Senadora Serys, é vazada nos seguintes termos:

Excelentíssimo Senhor

Senador Jarbas Vasconcelos

Refiro-me à entrevista concedida por V. Ex^a à revista *Veja*, edição nº 2100, para solicitar esclarecimentos em relação à minha pessoa. Sua afirmação de que “Boa parte do PMDB quer mesmo é corrupção” causou-me profundo desconforto, tendo em vista que sou filiado ao partido e membro da sua bancada no Senado.

Assim, faz-se necessário que o ilustre senador diga publicamente se tem conhecimento de fatos ou possui provas que possam sustentar que tal afirmação me alcança. Do contrário, peço que venha a público informar que ao conceder a entrevista já mencionada não pretendeu se referir a este colega que lhe escreve.

No aguardo da sua manifestação pública a respeito do que aqui foi solicitado, envio cumprimentos.

Cordialmente, – **Geraldo Mesquita Jr.**,
PMDB-AC.

O público aqui é de fundamental importância, Senadora Serys, porque a entrevista, como não poderia deixar de ser, foi lida por todos; ela teve uma ampla publicidade. Eu gostaria, da mesma forma, que os fatos com relação a minha pessoa, como filiado do PMDB, como Senador da Bancada, também fossem tornados públicos. Então, como eu disse, me permiti ler o teor da carta, inclusive mandei ao gabinete do Senador Jarbas Vasconcelos, até porque não tem nada de sigiloso, de reservado e extremamente pessoal. Tenho certeza de que o Senador Jarbas entenderá o porquê de eu vir aqui ler o teor da carta.

Eu quero dar publicidade ao meu desconforto e dar publicidade à necessidade de defesa da minha honra como membro da Bancada do PMDB. Portanto, aguardo serenamente, mas com muita vontade, o momento em que o Senador Jarbas Vasconcelos dirá

– tenho certeza que ele o fará como pessoa correta que é. Conheço o Senador Jarbas; ele tem de vida política quase o que eu tenho de idade. É uma longa trajetória. Espero ansiosamente que possa o Senador Jarbas Vasconcelos esclarecer cabalmente os fatos com relação a minha pessoa.

Eu não sou dirigente partidário. Não me cabe reunir Partido para decidir isso ou aquilo, mas, com relação à minha pessoa, à minha honra pessoal, eu não poderia deixar de vir aqui, Senadora Serys, e omitir-me em face de um fato de muita gravidade, muita gravidade.

Foram feitas acusações severas na fala do Senador Jarbas Vasconcelos, nosso companheiro de PMDB. Desculpem-me, mas na rua a gente diz: “jogar no ventilador”. Eu acho que não pode ser assim. Creio que aquelas mazelas atribuídas em particular ao PMDB não são inerentes ao PMDB; creio que são inerentes a todos os Partidos hoje no nosso País. E aqui não estou jogando pedra em ninguém. Quero dizer apenas que o que vai mal no nosso País é o nosso sistema político, Senador Paim, é o nosso sistema político-partidário, que precisa de uma profundíssima reforma, de procedimentos, de comportamentos, de atitudes. Não é esse Partido ou aquele que está mal ou bem do ponto de vista da opinião pública; é o sistema partidário de uma maneira geral. Todos os Partidos têm suas mazelas. O sistema político atual, de uns tempos para cá, tem feito com que o quadro em que nós transitamos – nós, políticos, como se diz – sofra um processo de deterioração acentuada. Então, precisamos nos voltar para ele, de forma a fazer com que mudanças e transformações ocorram para que possamos resgatar, perante a opinião pública brasileira, a confiança, o prestígio e a credibilidade de que a política sempre gozou nesse Partido, da parte do povo brasileiro.

Portanto, era o que eu tinha a dizer, Sr^a Presidente, neste momento, como eu disse, aguardando ansiosamente, na maior expectativa, que o Senador Jarbas, ao receber a minha carta e tomar conhecimento do meu pronunciamento, faça com que os fatos sejam cabal e definitivamente esclarecidos com relação à minha pessoa, ao Senador Geraldo Mesquita.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com a palavra, pela inscrição, o Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente Serys Slhessarenko, Srs. Senadores presentes, acabamos de ouvir o Senador Geraldo Mesquita, mui-

to reconhecido nesta Casa como um homem de bem, sério, que pertence às fileiras do PMDB. Logicamente, tenho a certeza absoluta de que, se o Senador Jarbas Vasconcelos estivesse presente, ele excluiria de imediato o Senador Geraldo Mesquita dos citados por ele em reportagem a uma revista de circulação semanal. Por isso, Senador Mesquita, V. Ex^a tem a nossa solidariedade, o nosso reconhecimento pela probidade pessoal e política.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, os meios de comunicação social notificam, todos os dias, inúmeros casos de crimes graves, bárbaros, cruéis, crimes verdadeiramente hediondos, muitas vezes praticados por criminosos com menos de 18 anos de idade, os quais praticamente não são punidos, ou recebem uma pena muito branda, por causa da sua idade.

É grande a revolta da população contra essa situação anormal, com tantos e tantos casos de adolescentes que matam os pais, torturam os avós, atuam no narcotráfico, ateiam fogo em mendigos, espancam mulheres, fazem parte de gangues de lutadores de arte marciais que espancam e matam outros adolescentes.

Esse clamor chega a todos nós, políticos, a todos nós que temos responsabilidade política como homens públicos. De fato, Sr^a Presidente, temos recebido inúmeros apelos para encontrar uma solução para esse problema, que oprime a sociedade e atormenta a todos nós, cidadãos de bem, cercados por delinquentes juvenis.

É grande o inconformismo da sociedade com esses inúmeros crimes praticados por pessoas com menos de 18 anos de idade.

A legislação atual exclui do regime penal geral as pessoas menores de idade, o que implica a aplicação de um tratamento mais brando para menores que cometem crimes hediondos, mas têm plena consciência da gravidade dos delitos praticados.

Uma comparação internacional demonstra que países que seguem ideologias e sistemas político-econômicos totalmente diferentes, e até antagônicos, coincidem em relação à maioridade penal.

Srs. Senadores, todos nós sabemos que, no mundo de hoje, um jovem de 16 anos, que pode votar e eleger o Presidente da República, já dispõe de suficiente conhecimento, informação e discernimento para entender o que é certo e o que é errado, o que representa o bem e o que consiste no mal.

Não é possível admitir que um jovem de 16 ou 17 anos de idade possa participar de gangues, atear fogo em um índio, espancar uma empregada doméstica, matar um mendigo ou praticar um estupro.

Os jovens de hoje têm muito mais informações do que aqueles do início do século passado, que geralmente eram analfabetos, viviam no meio rural, tinham pouco conhecimento e não dispunham de meios de comunicação, transporte e das informações hoje disponíveis. Por isso mesmo, não podemos nos omitir e aceitar passivamente esses graves crimes como fatos normais da realidade social atual.

Também não podemos concordar com a explicação de que tudo isso decorre das desigualdades sociais, da má distribuição de renda e do modelo de desenvolvimento concentrador de renda existente no Brasil. Certamente não podemos aceitar essa visão simplista, pois a grande maioria das pessoas menos favorecidas é séria, trabalhadora e honesta.

A certeza da impunidade não é o único fator responsável pelos elevados índices de criminalidade hoje existentes, mas é um fator que leva organizações criminosas a contratar jovens como “soldados” do tráfico e também para outras atividades ligadas ao crime.

Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, considerando todos esses fatores sociais, econômicos, psicológicos e políticos, apresentei a Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, que acrescenta parágrafo ao art. 228 da Constituição Federal para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a 18 anos.

A matéria encontra-se em nossa Ordem do Dia, tramitando em conjunto com outras propostas. Não se trata, Sr^s e Srs. Senadores, simplesmente de criminalizar de maneira ampla os delitos praticados por pessoas com menos de 18 anos, para encher cadeias de menores ou banalizar o processo penal. Trata-se de não permitir a impunidade nos casos de crimes hediondos e de lesão corporal de natureza grave praticados por menores que apresentem idade psicológica igual ou superior a 18 anos, verificada e atestada por exame médico, com uma junta de especialistas responsáveis. O que estamos considerando é o caso em que o menor tem capacidade de entender a gravidade e o caráter ilícito do ato delituoso praticado.

É este o objetivo principal desta nossa iniciativa: permitir uma solução adequada para os crimes hediondos praticados por menores de 18 anos, considerando a ineficácia da atual legislação, que desampara a sociedade e acaba protegendo indiretamente muito delinquentes perigosos, alguns de difícil recuperação.

Tenho certeza e plena convicção de que a elevada responsabilidade social e política do Senado Federal, aliada ao compromisso de todos os membros desta Casa com a proteção da sociedade nos dão a garantia

de aprovação desta proposta que considera a nossa realidade social, a idade psicológica do menor infrator, sem admitir a omissão, o escapismo nem a atual situação de frouxidão e impunidade.

Então, Sr^a Presidenta, deixo aqui meu pronunciamento para reforçar a análise de cada Senador sobre a PEC de nº 9, que apresentei e que está tramitando nesta Casa, e que justamente vai analisar a questão da idade psicológica para criminalizar o menor de 18 anos infrator, em crimes hediondos e em crimes de natureza física grave.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Papaléo Paes.

Eu convido o Senador Mão Santa para assumir a Presidência, pois farei uso da palavra neste momento.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente. Enquanto a Senadora Serys chega à tribuna, eu gostaria de falar pela ordem.

A Sra. Serys Slhessarenko, 2ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, Senador Alvaro Dias, que é do PSDB pelo Estado do Paraná.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para informar que encaminhei à Mesa um requerimento, propondo voto de aplauso à Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado do Paraná, pelo transcurso, na data de hoje, do seu sexagésimo aniversário de fundação. É a representação dos trabalhadores nas indústrias do Estado do Paraná. Uma entidade que presta relevantes serviços à causa dos trabalhadores, representando-os com muita competência, com muita eficiência. Meus cumprimentos.

Hoje à noite, haverá uma solenidade no Paraná. É evidente que não posso estar presente, estando aqui, mas, daqui do plenário do Senado Federal, minhas homenagens à Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a será atendido, de acordo com o Regimento.

Com a palavra a Senadora Serys Slhessarenko, professora, parlamentar pelo Partido dos Trabalhadores do Mato Grosso.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Srs. Senadores, senhores e senhoras que nos veem e nos ouvem, trago, hoje, Senador Mão Santa, que preside esta sessão neste momento, um tema importante para a saúde da população dos brasileiros, das brasileiras, da população de um modo geral. Em janeiro deste ano, o Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, durante o Fórum Social Mundial, anunciou a assinatura de Portaria do Ministério que proíbe o uso do amianto em obras públicas e veículos de todos os órgãos vinculados à Administração Pública. Ou seja, proibindo o uso do amianto em tudo aquilo que seja de uso na Administração Pública.

Por que venho falar sobre este assunto? Porque há um projeto de minha autoria que proíbe o uso do amianto. Basta que a gente discuta esse projeto e o aprove nas duas Casas e que seja sancionado pelo Presidente da República. Por isso, vamos tratar da questão do amianto desta tribuna. A medida do Ministro Minc, a meu ver, só vem contribuir para acabarmos com a utilização de materiais nocivos ao meio ambiente e à saúde da população. O lucro, Sr. Presidente, não pode mais ser obtido a qualquer custo e, ao menos para mim, as vidas de seres humanos são muito mais valiosas do que qualquer bem material.

Até agora, senhores e senhoras, quatro Estados aprovaram leis que proíbem o uso do amianto: Rio de Janeiro, Pernambuco, São Paulo e Rio Grande do Sul. Entretanto, algumas são questionadas por haver uma lei federal que permite a utilização. Dessa forma, resolvemos apresentar um novo projeto. Existe uma lei federal permitindo, mas temos quatro Estados com leis estaduais proibindo. Então, está existindo uma contraposição.

Apresentamos agora o PLS nº 30, de 2009, que trata da proibição da utilização do amianto em território nacional, revogando a Lei nº 9.055, de 1º de junho de 1995.

O amianto, Sr. Presidente, é utilizado em mais de três mil produtos como telhas, caixas d'água, tubulações, guarnições de freio (lonas e pastilhas) e no revestimento de discos de embreagem, entre outros produtos. As fibras contidas nesse mineral são altamente cancerígenas. O risco de contaminação atinge, principalmente, os profissionais que trabalham na produção desses itens, já que eles têm contato direto com a poeira liberada pelo amianto. Quem inala essa poeira certamente terá problemas de saúde, que podem aparecer após muitos anos.

Entre as doenças causadas pelo amianto, estão a asbestose (doença crônica que provoca o endurecimento dos pulmões) e os cânceres de pulmão, de

pericárdio (membrana que reveste o coração), do trato gastrointestinal, do rim e da laringe.

Infelizmente a maioria das doenças provocadas pelo amianto não tem cura. Algumas delas podem matar a curto prazo, e outras vão matando, lentamente por asfixia.

A fibra do amianto pode ser fragmentada em partículas microscópicas, que são facilmente aspiradas pelas pessoas e, uma vez inaladas, incorporam-se ao pulmão, e nunca mais o organismo se livra da partícula. Não temos defesas em nossos organismos a essa ameaça.

O risco do uso do amianto reside no fato de ele não atingir apenas o trabalhador exposto diretamente ao pó, mas também toda a família, que pode entrar em contato com o pó trazido nas roupas dos trabalhadores, assim como as comunidades vizinhas às minas, assim como o consumidor final, que pode entrar em contato com resíduos existentes no produto.

Estudos epidemiológicos mostram que não há limite seguro para a exposição a essas partículas. Esses estudos mostram também que todos os tipos de amianto causam asbestose, mesotelioma e câncer de pulmão e que existem substitutos mais seguros ao produto.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que milhares de pessoas morram todo ano em decorrência de doenças causadas pela exposição ao amianto.

Ele já está proibido em muitos países do primeiro mundo, como Itália, França, Suíça, Alemanha, Inglaterra, Áustria, Holanda, Japão, entre outros. Onde não está proibido, como no Brasil, já há movimentos no sentido de proibir o seu uso, mas os interesses econômicos ainda têm prevalecido em detrimento da saúde e da vida das populações, o que tem dificultado a aprovação de legislação restritiva.

Cerca de 2,5 mil brasileiros sofrem com essa doença provocada pelo minério utilizado na fabricação de telhas e de caixas d'água. Isso porque essa doença pode levar de dez a vinte anos para surgir após a absorção do amianto pelo organismo. O Ministério do Trabalho mostra que milhares e milhares de pessoas têm contato direto com esse produto no Brasil. São dezenas de milhares de pessoas que têm contato direto com o amianto.

Há vinte anos, a auditora do Ministério do Trabalho Fernanda Giannasi luta para banir o uso do amianto no Brasil. Ela diz: "Os pobres estão mais expostos aos riscos do amianto, porque são os que utilizam telha e caixas d'água de fibras de cimento."

É isto o que pretendemos com o nosso projeto: proteger aquele que está mais vulnerável a ser prejudicado pelo interesse econômico desmedido, os mais pobres, que estão sujeitos a correr o risco de trabalhar nessas minas, por falta de alternativa, ou pela compra de produtos à base de amianto por serem mais baratos.

Projeto de nossa autoria estabelece prazos para o fim da extração, importação, transporte, armazenamento e industrialização do amianto e de outros minérios e rochas que contenham silicatos hidratados, e também para o fim da importação e comercialização de produtos que utilizem esses minérios como matéria-prima.

No Brasil temos uma das maiores minas de amianto do mundo. Ela fica em Minaçu, no Estado de Goiás, e é responsável pela segunda maior arrecadação de impostos do Estado, correspondendo a 30% do seu faturamento bruto. Essa mina é explorada por empresas multinacionais, em cujos países de origem o amianto já foi proibido.

Para aqueles que argumentam que a proibição gerará desemprego, temos uma justificativa: a simples e clara proteção da vida desses indivíduos. Antes a necessidade de mudarem de ramo de atividade a morrerem de forma agonizante, o que gerará mais despesas no futuro, que com certeza nunca serão compensadas pelo ganho atual.

Os únicos trabalhadores que realmente podem sofrer com o desemprego são os diretamente relacionados com a extração e o transporte da forma bruta. Esse segmento trabalhista é o menor dos que estão envolvidos com o aproveitamento do amianto, pois apenas uma jazida está em atividade no Brasil e emprega menos de mil trabalhadores. Esses poderão ser amparados por programas especiais, e os que trabalham nas demais atividades podem ser aproveitados na indústria e no comércio de produtos que usam substitutos do amianto.

Já ouvi também, Sr. Presidente, a desculpa de que os grandes afetados seriam os mais pobres, por não poderem mais comprar as telhas de amianto, que são as mais baratas. Ora, todos sabemos que há alternativas viáveis e tão baratas ou mais do que as de amianto. Dou apenas um exemplo: as de papel. Isto mesmo: telhas fabricadas de papel reciclado, tão resistentes e seguras como as de amianto e com um diferencial: além de mais baratas, são ecologicamente corretas. Não colocam em risco a vida de ninguém e ainda usam resíduos descartados em sua fabricação.

O setor está preparado para mudar de matéria-prima. O que falta é apenas vontade de fazê-lo. Se os crescentes apelos para tal não estão surtindo

efeito, então é hora de partirmos para a obrigação, vamos mudar por meio da lei. Os prejuízos de hoje não são nada se comparados com os ganhos de amanhã e, especialmente, com as vidas que serão poupadas por conta da proibição do trabalho com o amianto.

Telefonou-me ainda hoje, Sr^{as} e Srs Senadores, o Sr. João Carlos Duarte Paes, de São Paulo, porque tomou conhecimento do projeto de nossa autoria. Disse-nos ele que é Presidente da ABIFibro, entidade que defende a utilização dos produtos de fibra de cimento, sem amianto, com fibras alternativas.

Essas fibras que não contêm amianto, segundo fui informada, já existem no Brasil, e o uso delas – Sr. Presidente Senador Mão Santa, V. Ex^a é médico – já foi aprovado pelo Ministério da Saúde.

Então, se já existem produtos alternativos para que a população não precise usar nenhum produto que contenha amianto, por que nós vamos continuar permitindo a fabricação de telhas, caixas d'água, freios de carro e outros produtos que contenham amianto, se está comprovado que o amianto realmente é um cancerígeno extremamente violento, especialmente para o pulmão?

Então, eu gostaria de dizer que estamos conversando com organizações a esse respeito e, especialmente, com a ABIFibro, de São Paulo, que está disposta a nos ajudar a esclarecer, cada vez mais, o mal que o amianto acarreta e a mostrar as alternativas existentes para que não se use aquela história de que esses produtos fabricados sem o amianto se tornarão mais caros.

Sr. Presidente, para mim, nada é mais caro, nada é mais precioso do que a vida do ser humano. Aqui estou olhando para dois médicos – Senador Mozarildo e Senador Mão Santa – e, com certeza, não só eles, mas todo o Senado, todos nós temos muita clareza de que o mais caro que nós temos, o mais precioso é a vida.

E, como eu já citei exemplos aqui, se a telha que contém amianto é mais barata, nós temos condições de ter telha feita de papel, com a mesma resistência, aliás, até com qualidade superior à telha que contém amianto.

Isso é uma novidade? É. Talvez seja novo para muitas pessoas, mas já existe a possibilidade de fabricação de telha que não contenha amianto.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O importante deste Senado é isso. E está aí o Mozarildo, que é uma das inteligências desta Casa.

V. Ex^a trouxe um tema sobre o qual temos que ter clareza. Eu quero dizer a V. Ex^a que Barack Obama, esse líder mundial, publicou dois livros, um dos quais na campanha política: *A Audácia da Esperança*. No prólogo, ele diz assim: “Disse que eu não devia publicar outro livro porque foi muito bom o primeiro”, em que ele contava a vida dele.

Eu estava atento e oportuno. Quando Barack Obama se formou em Ciências Políticas – é difícil a luta pela vida –, ele conseguiu emprego, vamos dizer, numa quase ONG para melhoria de bairros, combate às drogas, melhoria da educação, frear os ímpetos da juventude. Mas ele fez uma campanha contra isto, contra os canos de amianto, o grupo dele.

Aí eu comentei com o Mozarildo, que é um homem experiente, e ele, na sua cultura erudita, disse que há mecanismos hoje que já impedem...

Mas Barack Obama, quando enfrentou esse problema, era bem jovem, ainda não tinha feito.. agora é que eu estou na parte que ele vai entrar em Direito. Já faz muitos anos. Ele já está com 46 anos.

Estávamos ouvindo atentamente o Mozarildo e ele disse que hoje é bom termos um debate, que há mecanismos, porque a tecnologia muda. Mas V. Ex^a trouxe um assunto tão importante. Sei lá se é o destino que V. Ex^a seja a próxima Barack Obama. Ele fez uma campanha num bairro pobre quanto a isto: tirar cano de amianto, era aquela confusão toda. Então, esse é um tema bom. O Papaléo, que esteve aqui, ainda dirige a Subcomissão de Saúde. Já faz quase 30 anos e a ciência muda muito. Mas estamos atentos e V. Ex^a não é só professora do ginásio, traz temas importantes.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Vamos cumprir o expediente.

A Presidência recebeu da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo expediente referente a substituições de seus membros nas Comissões Permanentes do Senado Federal.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 16/2009 – GLDBAG

Brasília, 13 de fevereiro de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico, conforme quadro em anexo, os(as) Senadores(as) representantes do Bloco de Apoio ao Governo para integrarem, na qualidade de titulares e suplentes, as Comissões Permanentes desta Casa.

Atenciosamente, – Senador **Aloizio Mercadante**, Líder do Bloco de Apoio ao Governo.

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO	TITULARES	SUPLENTE
CAE 07	EDUARDO SUPPLY DELCIDIO AMARAL ALOIZIO MERCADANTE TIÃO VIANA MARCELO CRIVELLA INÁCIO ARRUDA CESAR BORGES	ANTONIO CARLOS VALADARES RENATO CASAGRANDE JOÃO PEDRO IDELI SALVATTI FLÁVIO ARNS EXPEDITO JUNIOR JOÃO RIBEIRO
CAS 05	FLÁVIO ARNS AUGUSTO BOTELHO PAULO PAIM MARCELO CRIVELLA EXPEDITO JUNIOR	FATIMA CLEIDE CESAR BORGES EDUARDO SUPPLY INÁCIO ARRUDA IDELI SALVATTI
CCJ 06	SERYS SLHESARENKO ALOIZIO MERCADANTE EDUARDO SUPPLY ANTONIO CARLOS VALADARES IDELI SALVATTI CESAR BORGES ?	RENATO CASAGRANDE AUGUSTO BOTELHO MARCELO CRIVELLA MARINA SILVA JOÃO RIBEIRO PAULO PAIM
CE 07	FLÁVIO ARNS AUGUSTO BOTELHO FÁTIMA CLEIDE PAULO PAIM INACIO ARRUDA MARINA SILVA EXPEDITO JUNIOR	JOÃO PEDRO IDELI SALVATTI EDUARDO SUPPLY JOSÉ NERY ?
CRE 05	EDUARDO SUPPLY RENATO CASAGRANDE ALOIZIO MERCADANTE JOÃO PEDRO TIÃO VIANA	JOÃO RIBEIRO MARINA SILVA ANTONIO CARLOS VALADARES MAGNO MALTA AUGUSTO BOTELHO

CI 06	SERYS SLHESSARENKO DELCÍDIO AMARAL IDELI SALVATTI INÁCIO ARRUDA FÁTIMA CLEIDE JOÃO RIBEIRO	MARINA SILVA PAULO PAIM ANTONIO CARLOS VALADARES EXPEDITO JUNIOR EDUARDO SUPPLY JOÃO PEDRO
CMA 04	RENATO CASAGRANDE MARINA SILVA JOÃO PEDRO JOÃO RIBEIRO	FÁTIMA CLEIDE CESAR BORGES INÁCIO ARRUDA DELCÍDIO AMARAL
CDH 05	FLÁVIO ARNS FÁTIMA CLEIDE PAULO PAIM MAGNO MALTA JOSÉ NERY	JOAO PEDRO SERYS SLHESSARENKO
CDR 04	CESAR BORGES SERYS SLHESSARENKO ANTONIO CARLOS VALADARES JOSÉ NERY	DELCÍDIO AMARAL
CRA 04	DELCIDIO AMARAL JOÃO PEDRO AUGUSTO BOTELHO MAGNO MALTA	PAULO PAIM FÁTIMA CLEIDE EXPEDITO JUNIOR
CCT 04	MARCELO CRIVELLA RENATO CASAGRANDE MAGNO MALTA	DELCÍDIO AMARAL FLÁVIO ARNS

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Serão feitas as substituições solicitadas, nos termos do expediente encaminhado.

Depois do brilhante pronunciamento de Serys Slhessarenko, vamos consultar a lista de oradores.

O terceiro inscrito é o Senador Mozarildo Cavalcanti, Senador do PTB, representante do Estado de Roraima, médico e um dos maiores líderes da história maçônica do nosso Brasil, comparável a Gonçalves Ledo.

Aliás, ontem eu conversava com um amigo meu, Dr. Waldir Aragão, médico, da minha idade, meu compadre, e aí ele disse da satisfação com que tinha ingressado na Maçonaria, retratando de como ela era forte no Piauí, em Parnaíba. Disse que há quatro lojas

lá, uma em nome do meu tio. E aí eu dizia que V. Ex^a simbolizava essa força. Na próxima reunião, eu queria aquele livro para mandar para ele, pois V. Ex^a é maçom. E vou convidá-lo. Ele está vibrando. Eu disse: rapaz, eu não sou maçom, mas vou conseguir com Mozarildo.

Então, é um Líder o Dr. Waldir Aragão, que está encantado como ela é forte no Piauí, V. Ex^a sabe disso aqui.

Então, V. Ex^a é o nosso Gonçalves Ledo dos dias de hoje.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Mão Santa, V. Ex^a, como sempre, muito gentil e que tem a honra de presidir esta sessão neste momento.

Quero, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trazer aqui hoje o resultado das reuniões que se processaram no meu Estado nos dias 12 e 13, que foi o IV Fórum de Governadores da Amazônia Legal, que engloba os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. É certo que, desses nove aqui, dois pertencem a duas regiões. No caso do Mato Grosso, pertence uma parte à Amazônia Legal e outra parte ao Centro-Oeste. No caso do Maranhão, uma parte pertence à Amazônia Legal e a outra, à Região Nordeste.

Portanto, esses dois Estados têm a sorte dupla de pertencer a duas regiões e ter benefícios e dificuldades das duas regiões.

Mas eu quero, Sr. Presidente, fazer a leitura desta carta. Já é a quarta carta dos Governadores da região amazônica, que, com certeza, está atualizada com o momento. Os passos dados, agora, no penúltimo ano de governo do Presidente Lula... eu não canso de dizer que Lula está profundamente em falta com a Amazônia, porque no seu primeiro plano de governo, quando da sua primeira campanha, isso é, quando ele foi eleito a primeira vez – pois ele fez campanhas anteriores em que ele não foi eleito –, em 2002, ele tinha, no seu plano para a Amazônia, uma frase que resumia tudo que nós da Amazônia queremos, que é deixar de apenas dizer o que existe de proibição na Amazônia, isto é, aquilo que não se pode fazer na Amazônia e passasse a dizer também o que é que se pode fazer também na Amazônia.

Não pode haver uma região no País em que não se possa fazer nada, que tudo seja crime e todo mundo que lá viva – e lá são 25 milhões de brasileiros – esteja sob suspeita permanente de serem vilões da agressão ao meio ambiente, vilões do extermínio de espécies de animais em extinção, vilões da exploração dos índios. Enfim, nós precisamos mudar essa realidade.

Eu, que nasci lá e já estou às vésperas de fazer 65 anos de idade, estou cansado de ouvir essa história, como estou cansado de ouvir a história de que os estrangeiros cobiçam e roubam a Amazônia porque nós, brasileiros, não cobiçamos a Amazônia no bom sentido, nós não desejamos ver a Amazônia desenvolvida. É verdade que esses 25 milhões de habitantes que estão lá – a metade deles talvez – tenham ido de outras regiões, como o meu pai foi do Ceará, como meus avós maternos foram da Paraíba, por razões distintas. Meu pai era um funcionário público do então Serviço Especial de Saúde Pública, hoje essa malfadada Funasa. Mas ele foi para lá, como se dizia naquela época, com

o mata-mosquito, Senador Mão Santa, para capturar o mosquito, identificar se existia lá o mosquito da dengue, o mosquito da malária – a malária, sim, era o principal enfoque daquela questão.

Mas, o que diz a carta dos nossos Governadores, assinada no dia 13? Espero que sexta-feira 13 não seja um dia de azar para a Amazônia, mas seja um dia de sorte. Eu ouvi uma explicação, Senador Mão Santa, há poucos dias, na televisão, de que essa superstição que temos com a sexta-feira 13 tem a ver com a questão de que Jesus foi morto numa sexta-feira e que o número 13 foi tido, durante muito tempo, como um número de azar, e, associaram-se as duas coisas. Portanto, todo mundo, no Brasil, tem medo de sexta-feira 13, principalmente se cair no mês de agosto, porque aí a coisa complica mais ainda.

Mas eu espero que essa sexta-feira, 13, ao inverso, tenha sido para Roraima, o meu Estado, como para os demais Estados da Amazônia Legal, um marco de mudanças.

Vou ler aqui a carta para que todos os brasileiros que me ouvem pela Rádio Senado, os que me assistem pela TV Senado e os Senadores aqui presentes possam refletir e ver como é fácil resolver os problemas. O que acontece é que, como eu disse, não há vontade do Governo Federal de fazer. Parece que, agora, o Presidente Lula, às vésperas de terminar o seu mandato, talvez interessado em eleger o seu sucessor, em eleger Governadores, Senadores e Deputados Federais, possa realmente mudar essa realidade.

Diz a Carta:

Nós, Governadores dos Estados que compõem a Amazônia Legal – Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins –, reunidos em Boa Vista, capital do Estado de Roraima, cientes de nossas responsabilidades e comprometidos com os destinos soberanos de nossa região, destacamos a importância de:

1. Considerar que a MP nº 458, de 10 de fevereiro de 2009 [prestem atenção, 10 de fevereiro de 2009, portanto, deste mês], representa avanços no processo de regularização fundiária na Amazônia Legal, necessitando de adequações da norma em tramitação no Congresso Nacional e aprimoramentos na sua regulamentação, com a efetiva participação dos Estados.

Veja bem, Senador Mão Santa, a MP foi editada agora, em fevereiro deste ano, penúltimo ano do Governo Lula, e os Governadores dizem que ela

precisa de aperfeiçoamento, porque eles não foram ouvidos antes. É mania do Governo Federal e dos seus tecnocratas em Brasília pensar que são colegas de Deus, que sabem tudo sobre Rio Grande do Sul, sobre Roraima, sobre o Acre, sobre o Ceará. Eles sabem tudo. Eles não precisam ter sido eleitos por lá para saber tudo. Eles sabem tudo. Então, os Governadores estão dizendo que se precisa de aprimoramento.

2. Contemplar, no Projeto de Conversão da Medida Provisória nº 458 [que é essa da regulação fundiária], mecanismos facilitadores para registro de títulos definitivos de até quatro módulos rurais junto aos cartórios de registro de imóveis.

Vejam, não há na medida provisória – que deve ser relevante, que deve ser urgente, porque deve atender, portanto, a algo relevante e urgente, que é desenvolver a Amazônia – a previsão dessa facilitação de registrar os títulos.

3. Estabelecer cooperação técnica e financeira entre os Estados e a União para conclusão dos Zoneamentos Ecológico-Econômicos (ZEEs) de todos os Estados da Amazônia Legal até dezembro de 2009;

É aquela história: eu dou um presente para alguém, mas deixo uma série de nós para serem desatados e que só serão desatados se eu ajudar. Se eu não ajudar, não serão desatados. Então, não é um presente. É um meio presente. É um faz-de-conta. Por isso, os Governadores dizem: *Estabelecer cooperação técnica e financeira entre os Estados e a União para conclusão dos Zoneamentos Ecológico-Econômicos (ZEEs) de todos os Estados da Amazônia Legal até dezembro de 2009.*

Porque aí nós ficamos vítimas da imprensa nacional e, principalmente, da internacional, de que na Amazônia só tem grileiros, só tem devastadores. Por quê? Porque o Governo Federal não tem vontade séria de resolver esse problema.

4. Definir entre Estados e a União um programa de financiamento, para recuperação de áreas públicas degradadas;

Eu vou traduzir isso aqui, Sr. Presidente. O que é área degradada? É uma área que já foi desmatada. Na Amazônia tem muita área que já foi desmatada. E foi desmatada, inclusive, por pessoas levadas pelo Governo Federal para lá, nos assentamentos do Incra. E que desmataram para quê? Inclusive porque, se não desmatassem, não explorassem portanto, plantando

as diversas variedades que podem dar lá, eles não estariam trabalhando a terra, e não estando trabalhando a terra, não receberiam título.

E aí, depois que desmatam uma vez, o que acontece? Não dá para plantar mais naquele lugar de novo, se não for mecanizado, se não for adubado, se não for arado adequadamente. Então, o que acontece? O colono passa a uma área subjacente, vai desmatar mais um pedaço, para plantar sua roça, para poder plantar as diversas coisas, o milho, o arroz, a mandioca, enfim.

Por isso, os Governadores estão dizendo: “*Definir entre os Estados e a União um programa de financiamento, para recuperação das áreas públicas degradadas.*”

Se fizessem isso, não precisavam desmatar nada na Amazônia. Mas não fazem! Se o Governo Federal não faz, não pode reclamar. Não pode o Ibama querer punir, portanto, um pobre de um coitado que está lá no interior, colocado pelo Governo Federal, de plantar para sobreviver e dar o sustento à sua família.

5. Apoiar e incentivar as cadeias produtivas do extrativismo na Amazônia em novas bases tecnológicas como estratégia de inclusão social e econômica das populações tradicionais;

Esse é outro ponto importante.

Você quer que alguém viva lá na selva, catando castanha da Amazônia, que é a famosa antiga castanha do Pará, tirando leite de seringueira ou colhendo algumas frutinhas, de forma artesanal, é condenar essa pessoa, Senador Mão Santa, a viver na miséria. É viver mal e porcamemente para sobreviver.

Agora, se se der a essa pessoa condições de uma tecnologia mais moderna em que ele possa produzir, colher com mais eficiência, e fazer com que esse produto chegue de forma agradável, bem apresentável ao supermercado ou até para exportação, aí, sim, a renda dele vai aumentar. Ele pode fazer cooperativas. As cooperativas podem ser financiadas com tecnologia, porque, senão, é querer brincar com o mínimo de sabedoria que tem o nosso homem da Amazônia esperar que ele vá viver de catar castanha ou outras frutas que existem por lá.

6. Reafirmar a necessidade de elaborar e implementar uma política de pagamento de serviços ambientais para a Amazônia Legal.

Que interessante! Se querem que quem viva na Amazônia não faça nada, não derrube uma árvore, e têm que conservar tudo, como é que ele vai viver? Quem vai pagar para ele fazer isso? Quem vai pagar para que ele, por exemplo, preserve uma área de terra? Alguém tem que pagar! Alguém tem que pagar! Se são lá os gringos, como se diz no popular, que querem isso – e querem outra coisa, na verdade –, então tem que pagar. Se o Governo Federal acha que isso é importante, então tem que pagar para aquele ser humano que está lá. Pagando, com certeza, ele não terá por que derrubar nenhuma árvore. Até acho que há árvores que precisam ser derrubadas. Porque o que é uma árvore? É um ser vivo que nasce, cresce, produz e morre. Senão, toda árvore será entregue aos cupins, ou apodrecer e morrer. Não! Temos que usar de maneira racional as riquezas da floresta.

7. Reiterar a urgência de tramitação no Congresso Nacional do Projeto de Lei FPE-Verde, incluindo a audiência dos Governadores com o Presidente da Câmara dos Deputados.

Esse projeto de lei de iniciativa da Senadora Marina Silva é uma forma de compensar aqueles Estados e Municípios que preservam a sua floresta, o seu meio ambiente. Seria uma forma de a União arrecadar o Fundo de Participação... O que é FPE? Fundo de Participação dos Estados. Arrecada de onde? Dos Estados, de quem vive nos Estados. Devolver, portanto, para o Estado que mais preserva dinheiro para que o Governo do Estado possa investir nessas populações que vivem no interior.

Sempre digo aqui – e o Senador Jefferson Praia tem feito realmente coro comigo: temos que pensar é no homem, no ser humano que vive na Amazônia, acima de tudo. Acima de tudo!

8. Acelerar os processos para viabilizar o licenciamento de empreendimento de infraestrutura na Amazônia Legal e que a responsabilidade das licenças ambientais seja preferencialmente de competência das autoridades ambientais dos Estados;

Isso é uma outra coisa que estamos vendo há algum tempo, e chega o Ministro do Meio Ambiente, como é agora o nosso Carlos Minc, de Copacabana, e vem dar aula de Amazônia para nós. Aí ele brinca de dar licença, de cassar licença, e os Estados, que têm os seus institutos, as suas fundações de meio ambiente, não são nem ouvidos. Fica essa brincadeira

de mau gosto, primeiro, com a Federação. Somos ou não somos uma Federação? Somos ou não somos um conjunto de Estados que têm, portanto, que ser ouvidos? De que adianta eleger governador? Para ter um Ministro temporário? Porque Ministro não é eleito, dita as regras que quer e depois vem outro Ministro, em dias diferentes. E fica essa brincadeira? Então, esse item é de suma importância.

9. Implantar, considerando a possibilidade de inclusão no âmbito do PAC, um amplo Programa de Construção, Recuperação e Conservação de Estradas Vicinais, com a participação das três esferas do Governo.”

Esse é outro ponto importante. Assentam-se, por exemplo, cem famílias numa localidade “x” – vou citar um exemplo do meu Estado –, no Município do Caroebe, de São João da Baliza, que estão lá na ponta sudoeste do Estado. Quem levou? O Incra. O Incra é o quê? Governo Federal. Aí, deixa lá. Abre-se uma estrada, botam-se as famílias e depois as abandonam. Essa estrada é a vicinal de que eles estão falando aqui. Quem é que vai manter essas estradas vicinais? Chamamos de estradas “Sonrisal”, porque vem o verão, quer dizer, a época que não chove, e o Governo vai lá e faz uma raspagem, limpa. Vem a chuva, todo mundo fica ilhado. Então, esse item é de uma felicidade de muito grande.

Lá estava o Ministro Mangabeira Unger, que é um homem de visão futurista muito importante. Espero que ele consiga sensibilizar os outros Ministros.

Senador Geraldo Mesquita, é impressionante ver: nós temos o Ministério da Integração Nacional, que não vejo que integração faz. Não vejo! Os Ministros têm sido, sucessivamente, do Nordeste; preocupam-se muito com o Nordeste e não conhecem sequer a Amazônia.

10. Apoiar a proposta da Secretaria de Assuntos Estratégicos, da Presidência da República – SAE – e do Ministério da Defesa, para a reestruturação da aviação na Amazônia;

Aqui é a aviação regional.

A aviação regional, aliás, é prioridade para a Amazônia, mas é prioridade para o Brasil todo. Para a região Nordeste, Centro-Oeste e mesmo para a região Sul e a Sudeste. Uma pessoa, por exemplo, que vai de Porto Alegre a Londrina, ela terá de ir, primeiro, a São Paulo e pegar outro avião para ir a Londrina. Quem vai, por exemplo – até bem pouco tempo era assim, não sei se isso mudou –, de Brasília para Teresina, tinha de ir por São Luís. Então, nossa malha aeroviária é de uma falta

de inteligência terrível. E o Ministro Mangabeira Unger viu que esse é um ponto que nós, em Medicina, chamamos de crucial para fazer o diagnóstico, ou seja, o diagnóstico para fazer a terapêutica correta.

11. Agilizar os procedimentos de instalação das Superintendências do DNIT em Roraima, Acre e Amapá;

O DNIT é o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. Pois bem, essas Superintendências Regionais é que, de fato, estão lá, que sentem os problemas. E três Estados, por sinal os mais distantes, Senador Geraldo Mesquita, Roraima, Acre e Amapá, não têm Superintendência do DNIT.

12. Acelerar, no Congresso Nacional, a tramitação da PEC nº 315/2008, que trata da cobrança de ICMS na geração, transmissão e distribuição de energia;

Esse é um ponto importante porque nós geramos energia, por exemplo, em Tucuruí, em Balbina, e o ICMS precisa de fato ser cobrado na geração e ficar no Estado, ficar na região.

13. Apoiar a criação pelo Ministério da Integração Nacional – MI, da Mesorregião do Gurupi, composta dos municípios do Estado do Maranhão e do Pará;

14. Compensar os Estados da Amazônia Legal, com recursos federais, especialmente aqueles contingenciados no Orçamento, a exemplo da Suframa e os relativos às obras do PAC, em função da crise macroeconômica;

15. Acelerar a criação e implantação das Zonas de Integração e Desenvolvimento Fronteiriço;

A Amazônia tem 11 mil Km de fronteira com diversos países da América Latina, e nós não temos um programa efetivo de desenvolvimento dessa área fronteiriça. Depois, reclama-se que por lá entram drogas, armas e que, por lá, também se descaminham os minérios que existem na Amazônia.

16. Propor, na revisão do Código Florestal, a formação de reserva legal em bloco;

17. Apoiar a proposta de Transporte Hidroviário da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, incluindo, entretanto, a construção das eclusas de Estreito e Lajeado no rio Tocantins e considerar a possibilidade de incluir a hidrovia do rio Amazonas no Plano Nacional de Dragagem por sua importância estratégica;

Esse ponto aqui o Ministro Mangabeira Unger, Senador Jefferson Praia, tem chamado a atenção. Nós, que somos de lá, sabemos da importância das hidrovias para a nossa região. O fato é que elas são inadequadamente assistidas. Não existem portos, não existem estudos adequados, não existe sequer vigilância dessas hidrovias e não existem recursos a serem aplicados para que, de fato, funcionem.

18. Incluir na PEC nº 49/2006, que trata da redução da faixa de fronteira para até 50km, os Estados de Mato Grosso, Rondônia, Acre, Roraima, Amapá, Pará e Amazonas;

Essa PEC é importante porque reduz a faixa de fronteira de 150 km, o que não se justifica mais hoje, para 50 km. Então, hoje sabemos que a defesa da integridade do território nacional não precisa de uma faixa de 150 km, dessa faixa federal, pois é terra federal. Realmente é importante que essa PEC, como está aqui colocada pelos Governadores da região, diminua de 150 km para 50 km de extensão, a partir da linha de fronteira.

19. Consultar os Estados antes da decisão e edição de qualquer medida legal que limite o plantio de cana-de-açúcar e/ou outras espécies vegetais para a produção de biocombustíveis em biomas da Amazônia e do Pantanal para a compatibilização do seu respectivo ZEEs [zoneamento econômico-ecológico];

Vejam bem, é outra coisa que disse agora há pouco. Tomam decisões aqui em Brasília técnicos que nunca foram à Amazônia, para agradar pressões nem sempre legítimas. Dizem que, na Amazônia, não se pode plantar cana-de-açúcar, pressupondo-se que, para plantar cana, tenho de derrubar florestas. Só que, em meu Estado, por exemplo, em mais da metade dele não é preciso derrubar floresta alguma para plantar cana. Mas proibiram na Amazônia toda. E por que não plantar cana, por exemplo, nas áreas degradadas? Então, essa definição não pode partir de uma decisão unilateral federal, sem consulta aos Governadores, sem levar em conta o zoneamento econômico-ecológico.

20. Trabalhar com a Secretaria de Assuntos Estratégicos para construir uma posição comum brasileira, com respeito a fontes de financiamento estrangeiro de iniciativas de desenvolvimento sustentável, que em nada comprometam o exercício incondicional da soberania brasileira sobre a Amazônia brasileira. Tais iniciativas devem figurar a inclusão do sequestro de carbono florestal no merca-

do mundial de carbono previsto no Tratado de Kyoto. A inclusão deve ser feita de maneira ampla e equitativa para todas as microrregiões da Amazônia, sem distinguir entre áreas mais ou menos suscetíveis a desmatamento;

Esse é um ponto interessante. Fala-se muito hoje em sequestro de carbono, em crédito de carbono, mas os Governadores não são ouvidos, não há uma discussão e nenhum trabalho, digamos assim, que evite a competição interna entre os grandes Estados da Amazônia, como é o caso do Amazonas e do Pará. E os Estados menores, como é o caso do Acre, Roraima, Amapá, poderão ficar de fora da partilha desse “negócio” que se pode fazer com a venda de crédito de carbono.

21. Reconhecer o empenho do Ministro Roberto Mangabeira Unger na condução do processo de regularização fundiária da Amazônia Legal e a firme decisão política do Presidente Lula de discutir essa política com os Governadores e na sua implementação em parceria com Estados e Municípios à luz da Medida Provisória nº 458/09;

Interessante que os Governadores até elogiem, mas vejam bem que essa medida provisória vem no sétimo ano de Governo do Presidente Lula. Portanto, até acho que fizeram bem em reconhecer o empenho do Ministro Mangabeira Unger, porque os outros Ministros que tinham a ver com o assunto não se empenharam nisso.

Esse ato se firma na busca do desenvolvimento da Amazônia para aqueles que nela vivem e com seu trabalho contribui para garantir sua soberania, como patrimônio dos brasileiros.

Governador José de Anchieta Júnior – Roraima

Governador Eduardo Braga – Amazonas
Vice-Governador Carlos César Correia de Messias – Acre

Vice-Governador Odair Santos Corrêa – Pará

Governador Antônio Waldez Góes da Silva – Amapá

Vice-Governador Luiz Carlos Porto – Maranhão

Governador Blairo Maggi – Mato Grosso

Governador Ivo Narciso Cassol – Rondônia

Governador Marcelo de Carvalho Miranda – Tocantins

Esta é a carta que li, sobre a qual fiz comentários, que quero, Sr. Presidente, que faça constar dos Anais do Senado. Peço a V. Ex^a que também transcreva duas outras matérias publicadas: *Governador de Roraima critica política ambiental* e *Unger propõe desenvolver e proteger Amazônia*.

Antes de terminar, quero ouvir, com muito prazer, o Senador Geraldo Mesquita.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC)

– Caro amigo Senador Mozarildo, seu discurso, como sempre, é muito denso e muito apropriado na defesa dos interesses da nossa cantada e decantada Amazônia. V. Ex^a lembrou o lançamento do Plano de Desenvolvimento da Amazônia. Vamos fazer aqui uma breve retrospectiva. Esse plano foi lançado no Acre, na minha terra, em Rio Branco, pelo Presidente Lula, com a presença de vários Governadores e vários Ministros, logo no início do seu Governo, no primeiro ano, nos primeiros meses do seu Governo. E eu disse, naquela ocasião, “agora a coisa vai”. E V. Ex^a, há pouco, estava lembrando aqui que no sétimo ano do Governo o Presidente Lula baixa uma medida provisória aí que tem alguma coisa a ver. Senador, é complicada essa coisa de a gente generalizar. Eu não generalizo, não posso dizer que nada foi feito, mas muito pouco foi feito. Muita mídia, muita conversa, mas muito pouca ação. As pessoas que estão no Governo têm a mania de passar para a opinião pública que a Amazônia é algo uniforme, compacto, e não é. V. Ex^a acaba de demonstrar isso de forma exemplar. A questão do plantio de cana. A Amazônia não pode ter produção de cana porque isso importa em se derrubar a floresta. V. Ex^a está trazendo aqui uma informação preciosa. Grande parte do seu Estado não tem floresta; são campos, etc, onde se poderia exercitar uma cultura como essa ou outra qualquer. A questão é exatamente essa, Senador Mozarildo. A gente não sai do lugar porque a mentalidade do Governo... Aliás, que bom que o Ministro Mangabeira foi lá na região conversar com as autoridades locais e acenar com algumas perspectivas. A rigor, decidem aqui, em Brasília, as coisas que dizem respeito à Amazônia pessoas que às vezes desconhecem por completo a realidade da Amazônia e criam-se misticas em torno desse grande patrimônio, a Amazônia, que é de todos nós. Costumo dizer, e aqui não estou... Essa expressão “desenvolvimento sustentável”, que foi cunhada, em grande parte fruto... Ela saiu ali do Acre. Na prática, ao longo desses últimos anos, isso tem significado o seguinte: a grande maioria da população sustenta o desenvolvimento de poucos. O tal do desenvolvimento sustentável é uma grife e em

torno dela cria-se, imagina-se, fala-se... Mas é tudo no “gogo” e no “agá”! Na prática mesmo... Deixe-me dar a V. Ex^a um exemplo mais concreto ainda: desenvolvimento sustentável, preservação da floresta, estímulo à atividade extrativista. Estive conversando agora...

(Interrupção do som.)

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC)

– Estive conversando agora, no final de semana, com alguns pequenos comerciantes que comprem castanha, nessa época de colheita e tal, tanto para o mercado interno, beneficiamento, que é muito pequeno, diga-se de passagem, não é? Aqui e acolá nós temos uma experiência de beneficiamento de castanha. No meu Estado, há uma fábrica, a Miragina, que empacota castanha e que está, inclusive, fatiando e salgando aquela nossa castanha do Brasil, que era chamada castanha-do-pará, mas, na verdade, é a castanha do Acre mesmo... Muito pouco fica para beneficiamento no nosso Estado. Eles estavam me reclamando de algo concreto, Senador Mozarildo. Como é que se pode estimular uma atividade extrativista como essa, a coleta da castanha, um produto que o Brasil deveria estar brigando para que ele fosse...

(Interrupção do som.)

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC)

– ... para que ele fosse melhor recepcionado na Comunidade Européia, no Primeiro Mundo, como se diz, como um produto de qualidade que nós temos ali. Pois bem. Como é que se pode conciliar o discurso do estímulo à atividade extrativista com o fato de que os comerciantes... Isso eles me mostraram, eu vi a nota fiscal. Por exemplo, o preço do hectolitro que vai para Belém ou seja lá para onde for é tal, mas o Governo do Estado, na ânsia de arrecadar ICMS, obriga que o preço que conste na nota fiscal seja o dobro, porque o ICMS incidiria sobre... Quer dizer, o Estado ao invés de estimular... Eu digo até, Senador Mozarildo, que deveria ou zerar ou cobrar uma alíquota irrisória.

(Interrupção do som.)

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) –

... cobrar uma alíquota irrisória de uma atividade que está desaparecendo, Senador Mozarildo, que é de fundamental importância e que ainda ocupa muita gente, principalmente no meu Estado. Não, o Governo do Estado obriga que o comerciante, em vez de colocar o preço real da venda do produto dele, coloque o dobro do preço, que é para o Estado arrecadar mais ICMS. Quer dizer, é um absurdo um negócio desses. Então,

é isto que eu digo: é só “agá”, é só discurso. Chega-se aqui e “desenvolvimento sustentável”, “preservação”, não sei mais o que, mas, na prática, as iniciativas governamentais são de modo a fazer crer que isso não é para valer. Entendeu, Senador Mozarildo? É uma pena que isso ocorra. A Amazônia não é essa coisa monolítica que tentam traduzir para o mundo exterior. O mundo exterior que eu digo é fora da Amazônia, no Brasil inclusive. Há muitos brasileiros que acham que a Amazônia é uma coisa uniforme, que, do Acre ao Amapá, é tudo igual, e não é, Senador Mozarildo. A Amazônia é um mosaico de diversidade, é um mosaico de diversidade. Se nós não tratarmos as questões da Amazônia do ponto de vista da diversidade que ela tem, nós vamos dar com os burros n’água, não vamos sair do lugar, vamos permanecer assim: grande parte da população – e aí já não é nem do Acre – da Amazônia sustentando o desenvolvimento de poucos, para que a gente possa, no discurso, dizer “olha, praticamos o desenvolvimento sustentável lá na Amazônia”, etc. Pura balela!

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Agradeço, Senador Geraldo Mesquita, a V. Ex^a pelo aparte. Realmente, como V. Ex^a disse, há muita conversa, muito mito e muita história sobre a Amazônia e pouca ação.

Espero que, após essa reunião, em que compareceram Governadores e Vice-Governadores de todos os nove Estados da Amazônia junto com o Ministro Mangabeira Unger, realmente se passe do discurso para a ação.

Essa MP, que foi agora de fevereiro e que vai ser apreciada pela Câmara e pelo Senado, é o marco da questão da regulação fundiária na Amazônia, que é, sem dúvida, o principal passo que se tem que dar para que aconteçam os outros. Fazer as outras coisas sem isso acontecer é querer maquiar uma mulher doente e dizer que ela está bem.

Então, Sr. Presidente Mão Santa, encerro meu pronunciamento, repito, solicitando a V. Ex^a que dê como lido não só a carta como os dois outros artigos publicados sobre o encontro dos Governadores da Amazônia, ocorrido nos dias 12 e 13, na capital do meu Estado de Roraima, Boa Vista.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Início

Unger propõe desenvolver e proteger Amazônia

13-Fev-2009

Marcos Borges / SECOM

O ministro para Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, durante o Fórum dos Governadores da Amazônia Legal, afirmou no seu discurso que a Amazônia só pode ser salva por iniciativas que protejam e desenvolvam a região. Unger garantiu que todo o país sabe que só será possível desenvolver a Amazônia de forma sustentável, se houver a posse das terras. "Enquanto isso não acontecer, é mais lucrativo destruir do que preservar".

Uma das medidas para agilizar o processo de posse é a simplificação das regras para titularização. Com a nova mudança, ficará da seguinte forma: até 100 hectares, as terras sejam doadas; até 400 ha possam ser vendidas com preço reduzido; até 1500 ha tenham preço de mercado; até 2500 ha é necessária licitação pública; e, a partir de 2500 ha as terras só podem ser tituladas com a aprovação do Congresso Nacional.

Os esforços para agilizar o processo deve ser conjunto entre Governo Federal, Estados, Municípios e demais instituições ligadas à terra. A expectativa do ministro é que em no máximo três anos, 80% das posses na Amazônia Legal estejam regularizadas.

Sobre o extrativismo, ele ressaltou que é preciso financiar, definir e aplicar novas tecnologias, para que saia da clandestinidade. Propõe que sejam criadas Zonas de Produção Extrativistas, com um regime de incentivos e recuperação de áreas degradadas.

Na proposta, o financiamento para recuperação destas áreas deve vir do Governo Federal, bem como as medidas administrativas que visem diminuir a diferença entre o custo para recuperar e o para destruir. "Hoje custa entre R\$ 1.500,00 e R\$ 2.000,00 por hectare para recuperar. Muito mais do que para degradar."

Outro aspecto que deve ser corrigido é o isolamento da região Amazônica, em relação aos seus municípios e ao país. Unger quer uma nova legislação para aeroportos pequenos, construção de vicinais em áreas produtivas ou com potencial, reformulação de portos e melhorar a navegabilidade de rios.

Estas medidas, segundo ele, é a afirmação que o Brasil está engajado em construir um novo modelo de desenvolvimento para a Amazônia Legal.

Siddhartha Brasil/ Secom

Durante as discussões no IV Fórum dos Governadores da Amazônia Legal, o Chefe do Executivo roraimense, Anchieta Júnior, criticou as colocações do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, que afirma ser a Amazônia uma região sem possibilidades para produção de biocombustíveis, especialmente para plantação de cana-de-açúcar.

Conforme Anchieta, a Amazônia tem que ser tratada de forma diferente dada sua diversidade de ecossistemas. "Não podem tratar a Amazônia como um tapete verde infinito. Temos que ser tratados de maneira diferente, porque só em Roraima temos cinco biomas diferentes", explicou.

As colocações de Anchieta tiveram o apoio do governador do Amazonas, Eduardo Braga, que complementou com a proposta para utilização das áreas degradadas para o plantio de cana-de-açúcar. "Temos que pensar na Amazônia produzindo riqueza, não podemos ser um Jardim do Éden intocável. Temos que pensar no desenvolvimento sócio-econômico de nossa região e se temos áreas degradadas por que não utilizá-las para o plantar cana-de-açúcar para produzir etanol?", questionou.

Anchieta lembrou que o Brasil é, por excelência, um dos maiores produtores de biocombustíveis do planeta, não cabendo renegar suas potencialidades para a produção, no momento em que o mundo passa por uma crise, pautado apenas em um conceito preservacionista incoerente. "Nossa capacidade e tecnologia para produzir biocombustíveis não pode esbarrar numa política que meramente visa dar satisfações para comunidade internacional", declarou.

Boa Vista, 13 de Fevereiro de 2008. IV Fórum de Governadores da Amazônia Legal**Carta de Roraima**

Nós, Governadores dos Estados que compõem a Amazônia Legal - Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins -, reunidos em Boa Vista, capital do Estado de Roraima, cientes de nossas responsabilidades e comprometidos com os destinos soberanos de nossa região, destacamos a importância de:

- 1. Considerar que a MP nº 458, de 10 de fevereiro de 2009, representa avanços no processo de regularização fundiária na Amazônia Legal, necessitando de adequações da norma em tramitação no Congresso Nacional e aprimoramentos, na sua regulamentação, com a efetiva participação dos Estados;**

- 2. Contemplar, no projeto de conversão da Medida Provisória nº. 458, mecanismos facilitadores para registro de títulos definitivos de até quatro módulos rurais junto aos cartórios de registro de imóveis;**

- 3. Estabelecer cooperação técnica e financeira entre os Estados e a União, para conclusão dos Zoneamentos Ecológico-Econômicos (ZEES) de todos os estados da Amazônia Legal, até dezembro de 2009;**

- 4. Definir entre os Estados e a União um programa de financiamento, para recuperação de áreas públicas degradadas;**

- 5. Apoiar e incentivar as cadeias produtivas do extrativismo na Amazônia em novas bases tecnológicas, como estratégia de inclusão social e econômica das populações tradicionais;**

- 6. Reafirmar a necessidade de elaborar e implementar uma política de pagamento de serviços ambientais para a Amazônia Legal;**

- 7. Reiterar a urgência de tramitação no Congresso Nacional do Projeto de Lei FPE-VERDE, incluindo audiência dos Governadores com o Presidente da Câmara dos Deputados;**

- 8. Acelerar os processos para viabilizar o licenciamento dos empreendimentos em infraestrutura na Amazônia Legal e que a responsabilidade da emissão das licenças ambientais, seja preferencialmente de competência das autoridades ambientais dos Estados;**

- 9. Implantar, considerando a possibilidade de inclusão no âmbito do PAC, um amplo Programa de Construção Recuperação e Conservação de Estradas Vicinais com a participação das três esferas do governo;**

- 10. Apoiar a proposta da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República – SAE e do Ministério da Defesa para a reestruturação da Aviação na Amazônia;**

- 11. Agilizar os procedimentos de instalação das Superintendências Regionais do DNIT em Roraima, Acre e Amapá;**

- 12. Acelerar, no Congresso Nacional, a tramitação da PEC nº 315/2008 que trata da cobrança de ICMS na geração, transmissão e distribuição de energia;**

- 13. Apoiar a criação, pelo Ministério da Integração Nacional - MI, da Mesorregião do Gurupi, composta por municípios dos Estados do Maranhão e do Pará;**

14. Compensar os Estados da Amazônia Legal, com recursos federais, especialmente aqueles contingenciados no Orçamento, a exemplo da SUFRAMA e os relativos as obras do PAC, em função da crise macroeconômica;
 15. Acelerar a criação e implantação de Zonas de Integração e Desenvolvimento Fronteiriço;
 16. Propor, na revisão do Código Florestal, a formação de reserva legal em bloco;
 17. Apoiar a proposta de Transporte Hidroviário da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, incluindo, entretanto, a construção das eclusas de Estreito e Lajeado no Rio Tocantins e considerar a possibilidade de incluir a hidrovia do rio Amazonas no Plano Nacional de Dragagem por sua importância estratégica;
 18. Incluir na PEC/49-06 que trata da redução da Faixa de Fronteira para até 50 km, os Estados de Mato Grosso, Rondônia, Acre, Roraima, Amapá, Pará e Amazonas;
 19. Consultar os estados, antes da decisão e edição de qualquer medida legal que limite o plantio de cana-de-açúcar e/ou outras espécies vegetais para produção de biocombustíveis nos biomas Amazônia e Pantanal, para compatibilização com seus respectivos ZEEs;
 20. Trabalhar com a Secretaria de Assuntos Estratégicos para construir uma posição comum brasileira com respeito a fontes de financiamento estrangeiro de iniciativas de desenvolvimento sustentável, que em nada comprometam o exercício incondicional da soberania brasileira sobre a Amazônia brasileira. Tais iniciativas devem figurar a inclusão do sequestro de carbono florestal no mercado mundial de carbono previsto no Tratado de Kyoto. A inclusão deve ser feita de maneira ampla e equitativa para todas as microrregiões da Amazônia, sem distinguir entre áreas mais ou menos susceptíveis a desmatamento;
 21. Reconhecer o empenho do Ministro Roberto Mangabeira Unger na condução do processo de regularização fundiária na Amazônia Legal e a firme decisão política do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva de discutir essa política com os Governadores e na sua implementação em parceria com os Estados e Municípios a luz da MP nº458/09.
- Este ato se firma na busca do desenvolvimento da Amazônia para aqueles que nela vivem e com seu trabalho contribui para garantir sua soberania, como patrimônio dos brasileiros.

Governador José de Anchieta Júnior – Roraima

Governador Eduardo Braga - Amazonas

Vice-Governador Carlos César Correia de Messias – Acre

Vice-Governador Odair Santos Corrêa – Pará

Governador Antônio Waldez Góes da Silva – Amapá

Vice-Governador Luiz Carlos Porto – Maranhão

Governador Blairo Maggi -Mato Grosso

Governador Ivo Narciso Cassol – Rondônia

Governador Marcelo de Carvalho Miranda - Tocantins

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a, Senador Mozarildo Cavalcanti, será atendido na forma do Regimento; vamos publicar nos *Anais* as cartas dos Governadores.

O Piauí ouviu atentamente aqueles que vivem na Amazônia: Senador Mozarildo e Senador Geraldo Mesquita. E o Senador Mozarildo introduziu um novo tema que eu acho que é muito significativo e muito forte: “cobiça”. Temos que cobiçar a Amazônia. E essa cobiça deve começar pelos filhos. E para um bom entendedor meia palavra basta. Eu acho muito estranho; eu acho que o Ministro do Meio Ambiente deveria ser, como o foi há pouco tempo, oriundo das raízes.

No seu belo pronunciamento, buscou o filósofo, o primeiro ambientalista, Sófocles, que disse: “Numerosas são as maravilhas da natureza, mas de todas a mais maior é o Homem”. Então, o País viu a grandeza do Senado por meio desse debate sobre a Amazônia, com esses extraordinários Senadores amazonenses: Geraldo Mesquita e Mozarildo Cavalcanti.

Senador Pedro Simon. (Pausa.)

Estava ali. Pedro Simon está ali no cafezinho? Vê aí, Eurípedes. Ele está na lista. Ele é o quinto inscrito. Falou o Paulo Paim, o primeiro; depois, comunicação inadiável, o Geraldo Mesquita Júnior; por cessão do Eduardo Azeredo, o Papaléo Paes; Alvaro Dias, para uma comunicação, está inscrito; Mozarildo Cavalcanti. Está inscrito Pedro Simon, que estava aqui há pouco. (Pausa.)

Está dando uma entrevista.

Então, vamos seguir a ordem de inscrição. Na sequência, sou eu, mas estou aqui na Presidência. Então, Jefferson Praia.

Estamos cumprindo aqui o que está ali escrito na bandeira: “Ordem e Progresso”. O seguinte é o Senador Jefferson Praia, novamente o Amazonas presente. Quer dizer, o Amazonas está tomando conta. Ainda está inscrito o Gilvam Borges.

V. Ex^a, Senador Jefferson Praia, regimentalmente, tem 20 minutos, mas não ousarei cortar a palavra de V. Ex^a, assim como fiz com o Senador que o antecedeu.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, hoje vou me reportar aos elevados *spreads* bancários no nosso País. Esta Casa tem procurado dar uma resposta efetiva à crise econômico-financeira internacional, cujos efeitos já se fazem sentir por aqui com a multiplicação dos cortes de postos de trabalho na indústria, inclusive no Pólo Industrial de Manaus, a forte restrição ao crédito e a consequente queda do consumo.

Recentemente, o Presidente desta Casa, José Sarney, indicou os membros da Comissão recém-criada para acompanhar a questão. Todos eles detentores de notório saber e reconhecida experiência, nossos colegas Aloizio Mercadante, Marco Maciel, Pedro Simon, Tasso Jereissati e Francisco Dornelles, Presidente deste colegiado.

Quero me irmanar a esse esforço institucional de discussão de rumos e busca de soluções. Por isso, estou apresentando à CAE, Comissões de Assuntos Econômicos, requerimento para a realização, Sr. Presidente, de uma audiência pública destinada a debater um dos mais graves componentes do atual momento econômico: os elevados *spreads* bancários.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as autoridades convidadas são as seguintes: Sr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central; Sr. Fábio Barbosa, Presidente da Federação Brasileira de Bancos, Febraban; Sr. Luiz Gonzaga Belluzzo, economista, ex-Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda; e Sr. Alexandre Schwartzman, economista, ex-Diretor do Banco Central.

Sr. Presidente, nos últimos meses, enquanto a produção industrial brasileira sofria uma queda de 12%, o mercado de trabalho enfrentava o desaparecimento de 654.946 empregos, e as vendas de carros e caminhões caíam, respectivamente, 7,6% e 20,5%, a taxa média de juros cobrados pelo banco saltou de 37% para 43%. Esse percentual corresponde a mais do que o triplo da taxa básica de juros, a Selic, custo do dinheiro que essas instituições captam no mercado para emprestar a seus clientes. Assim, por exemplo, um empréstimo bancário a ser pago em um ano no valor de R\$10 mil acabará custando ao tomador R\$14,3 mil.

Os banqueiros mobilizam argumentos de ordem estrutural e conjuntural para justificar esse *spread*, hoje da ordem de 30%, diferença entre o custo de captação e os juros dos empréstimos – um dos mais altos do mundo, Sr. Presidente, inferior apenas aos praticados em Zimbábue e no Haiti e muito superior aos vigentes em países como o Chile, 9%, e México, 8%, conforme dados do Banco Mundial.

De um lado, esses executivos financeiros culpam a pesada carga tributária, os altos índices de inadimplência e os depósitos retidos pelo Banco Central a título de compulsório como os principais vilões do *spread*. De outro, responsabilizam a atual crise financeira mundial pela evaporação dos recursos e consequentemente, encarecimento dos empréstimos.

Mas o próprio Presidente do Banco Central, por sua vez, reclama que os bancos têm exagerado na cobrança do *spread*.

Enquanto isso, a cada dia, os economistas reduzem suas expectativas quanto ao crescimento da economia brasileira neste ano e no próximo. Essas previsões significam menos consumo, menos produção, menos emprego, mais insegurança e tempos difíceis para o trabalhador e sua família.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a audiência pública por mim solicitada visa suscitar um debate entre vozes abalizadas, com pontos de vista diferentes, na expectativa de que, como fruto do confronto inteligente de dados, informações, opiniões e idéias, possamos construir uma saída desse círculo vicioso, permitindo ao Brasil reencontrar o caminho da prosperidade e da justa distribuição de seus frutos. Para tanto, espero contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do meu requerimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após o brilhante pronunciamento do Senador Jefferson Praia, que representa o PDT, do Estado do Amazonas, convidamos para usar da palavra o orador inscrito, Senador João Pedro.

Agora, V. Ex^a teve prioridade. Acaba de chegar e vai usar da palavra. V. Ex^a também representa o Amazonas, que aqui está em peso. Vamos fazer um Senado lá.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente Mão Santa, V. Ex^a sabe que recebeu meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Honroso.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Obrigado.

Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, quero, nesta sessão presidida por esse intelectual que é o nosso querido Senador Mão Santa, registrar minha opinião e refletir sobre a decisão tomada pelo nosso Ministro da Justiça brasileira no início do ano, precisamente no dia 13 de janeiro, acerca do posicionamento do Governo brasileiro – ou seja, do Estado brasileiro – sobre o caso desse cidadão italiano que está preso numa penitenciária brasileira, aqui em Brasília, concedendo refúgio político ao Sr. Cesare Battisti.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero manifestar-me aqui não no mérito de todo esse processo que vem dos anos 70, de um contexto conflituoso político vivido pela Itália; quero ater-me aqui à decisão do Ministro Tarso Genro, decisão tomada à luz de regras e entendimentos internacionais. Eu não tenho nenhuma dúvida de que o Ministro Tarso Genro tomou uma decisão, formou uma opinião de forma criteriosa, cuidadosa, zelosa, restrita ao cumprimento das normas internacionais, combinando, evidentemente, com o arcabouço jurídico do Estado brasileiro.

O Ministro Tarso Genro tem uma vida, como homem público, como professor, como advogado, que merece, sem dúvida alguma, o respeito da nossa sociedade. Evidentemente, os homens públicos tomam decisões que, de um lado, alguém aplaude, alguém gosta, e, de outro lado, alguém condena, não concorda, não gosta. Mas isso é normal. É isso que nos tranquiliza, é isso que consolida um Estado democrático de direito.

Agora, quanto aos procedimentos do Ministro Tarso Genro, eu quero aqui, nesta sessão, Sr. Presidente, dizer do meu reconhecimento e do meu aplauso, por conta da conduta desse homem, desse homem público que militou muito, que exerceu cargos importantes no Estado do Rio Grande do Sul.

Quando o Ministro Tarso Genro toma uma decisão – eu tenho essa convicção –, passa a ser uma decisão do Estado brasileiro. E aqui eu quero repudiar a postura da Itália, porque o Cesare Battisti, antes de viver no Brasil, a partir de 2007, viveu na França 14 anos, Senador Gilvam . V. Ex^a, é vizinho da França, que vigia, que observa a fronteira brasileira com a França, lá no extremo do Brasil, nesse querido Estado que é o Amapá. Pois bem, a Itália nunca chamou o Ministro francês, como fez com o Ministro brasileiro. O Cesare Battisti viveu 14 anos na Itália e nunca nenhum Embaixador italiano voltou para justificar procedimentos, decisões do Estado francês.

Então, minha fala hoje é nesse sentido. A decisão do Ministro Tarso deve ser resguardada e defendida por nós brasileiros, por conta da postura acintosa, mal-educada da Itália, quando inquiriu, quando questionou, da forma como o fez, o embaixador brasileiro lá na Itália, e quando chama à Itália o seu embaixador.

Estou registrando aqui esse peso diferenciado da Itália em relação ao Brasil, porque não adotou as mesmas medidas no caso do Sr. Cesare Battisti, que viveu na França e eles nunca reclamaram, nunca chegaram da forma como questionaram o Brasil. E mais, mais grave: a Itália tentou articular um possível isolamento do Brasil no G8, nos fóruns dos ditos países ricos, como o G8 e o G12; uma articulação que pudesse fazer com que o Brasil ficasse isolado.

Comecei a me interessar pelo tema e, ao lado de outros Parlamentares, do Senador José Nery, estive quinta-feira na penitenciária Papuda, aqui em Brasília – quero discutir isso, mas ainda não estou fazendo uma discussão do mérito das acusações, estou me atendo aqui aos limites da decisão do Ministro Tarso Genro, que considero acertada, no início deste ano. Chamou-me atenção o encontro que tivemos com Cesari Battisti, na quinta-feira última. Perguntei a ele sobre as acusações, e ele fez todo um relato. Perguntei olhando no olho, porque aí já não é mais só ele; a sua história já envolve o Brasil, saiu do Poder Executivo e está na

nossa Corte máxima para uma decisão. Segundo o Presidente do Supremo, em março o Supremo Tribunal Federal vai se manifestar, no mérito, acerca do pedido de extradição por parte do Governo italiano.

Espero que nossa Justiça seja coerente com a história do próprio Supremo e que tome a decisão mais acertada, ou melhor, justa – tem que ser justa – sobre esse cidadão que está no Brasil.

Não é o primeiro que pede asilo político, que pede refúgio no Brasil. Eu me lembro de Stroessner, aquele ditador corrupto e assassino do Paraguai e que aqui viveu, inclusive em Brasília. Viveu por quase 20 anos no Brasil. Minha expectativa é que o Supremo tome a decisão que possa ser coerente com as regras internacionais, com essa questão que é internacional, mas que faça valer direitos de um Estado Democrático de Direito. Perguntei ao Sr. Cesare Battisti sobre as acusações. E ele fez um relato daquele contexto dos anos 70 e negou, peremptoriamente, sua participação nesses episódios. E ele pediu que nós lêssemos para todos os parlamentares os autos, porque não tem uma testemunha que diga: “Você estava ali”. O que aconteceu, Senador Gilvam, é que um ex-companheiro de organização, depois de anos, o acusou, o delatou... E pesa, então, um relato de um companheiro da época de organização. Mas não há uma testemunha que afirme – e isso pediu-nos que acompanhássemos nos autos. Ou seja, não é simples essa questão.

E eu espero que o Estado brasileiro seja justo, absolutamente justo com o cidadão que solicitou refúgio político no Brasil.

Com muito prazer, Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador João Pedro, é evidente que num aparte não tenho condições de fazer análise de profundidade sobre essa questão, mas como V. Ex^a esteve na Papuda e teve a oportunidade de indagar de Battisti sobre sua condenação à prisão perpétua, em razão de assassinatos a ele atribuídos, e como V. Ex^a fala na ausência de testemunhas, eu indago a V. Ex^a se lembrou de perguntar a ele sobre uma testemunha ocular do fato, que de uma cadeira de rodas na Itália encaminha uma carta ao Brasil, afirmando ser filho do açougueiro assassinado e ter recebido um balaço que o deixou imobilizado numa cadeira de rodas para o resto da vida. Ele afirma que seu pai morreu ensanguentado, sob o olhar implacável do seu assassino. E acusa duramente Battisti. Eu pergunto a V. Ex^a se teve a oportunidade de solicitar a ele esclarecimentos sobre o depoimento desse cidadão italiano, que da cadeira de rodas onde se encontra e onde ficará para o resto da vida, se Battisti o reprovou, o rejeitou, o desconsidera, o desmente, enfim, qual é a posição dele a esse respeito.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Senador Alvaro Dias, Battisti respondeu. Fiz essa pergunta a ele,

se podia falar de cada acusação de que é vítima. Ele se reportou aos autos e disse que nos autos quem o acusa é Pietro Mutti. Vou verificar se há nos autos essa carta do filho do açougueiro, um dos crimes do qual é acusado. Respondeu-me que as quatro acusações são do seu ex-companheiro de organização. Vamos estudar. Gostaria muito que o Supremo Tribunal...

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Essa carta é atualíssima, é desses dias, em razão, exatamente, da decisão do Governo brasileiro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Mas tem de ir para os autos. Tem de haver investigação...

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – O que há nessa carta é a contestação da tese do crime político. O filho do assassinado procurou afirmar que houve um crime cruel, perverso, que o assassino foi impiedoso, que viu seu pai desfalecendo a sua frente, ensanguentado, sob o olhar impiedoso do assassino. Enfim, é um depoimento dramático de quem sofreu todas as consequências do crime praticado e que, de forma alguma, aceita que esse crime seja considerado um crime de natureza política em razão das circunstâncias em que se deu. Enfim, nós não tivemos acesso ao processo, não conhecemos a documentação, mas esse é um fato que não pode ser ignorado. Esse depoimento é de uma vítima viva, mais do que testemunha ocular do fato, uma vítima viva que faz acusação da maior responsabilidade. E mais, não sei como posso desconsiderar as tradições históricas da justiça italiana. O conceito de competência em matéria de Direito Penal. Se há lá uma condenação que leva alguém para o cárcere para o resto da vida, se há a decretação da prisão perpétua e essa condenação se dá no país que tem a melhor justiça penal do mundo, não sei como nós, brasileiros, poderemos refutar, poderemos discordar e poderemos afrontar, como se afronta nesse momento, provocando uma enorme indignação na Itália. Veja, eu estou fazendo indagações. Ainda não me manifestei de forma peremptória sobre essa questão, não fui à tribuna. Estou apenas apartando V. Ex^a e fazendo algumas considerações.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – V. Ex^a já chegou à tribuna.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Mais questionando, na verdade, do que fazendo considerações, na esperança de que eu possa ser esclarecido sobre isso, a fim de que eu não tenha de fazer um juízo tão severo em relação à postura do Governo brasileiro, porque, se nós formos estabelecer um parâmetro de comparação com outros episódios, ficaremos chocados, como, por exemplo, se formos comparar com o episódio que envolveu...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – ... os atletas cubanos, que foram praticamente enxotados do Brasil e jogados à fera. Enfim, V. Ex^a estudou melhor essa situação.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Ainda não, estou estudando. Quero abordar duas questões que V. Ex^a levantou.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Eu respeito muito, mas, preliminarmente, pelos indícios que já conheço, não tenho como avaliar essa decisão do Governo brasileiro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Senador Alvaro Dias, duas questões. Na competência do Poder Executivo, há uma decisão. Ponto. Tem discordância, tem concordância.

Saiu do Executivo, está no Poder Judiciário. A nossa Justiça pode encontrar distorções, injustiças nos autos...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a gostaria de quantos minutos a mais?

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – V. Ex^a tem a paciência um pouco maior do que o Estado do Piauí, mas eu serei rápido...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – É quase do tamanho da Amazônia.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Eu serei rápido.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a tem cinco minutos.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Em dois minutos eu termino. É só para dialogar com o Senador Alvaro Dias.

Eu tive o cuidado aqui – e disse que estou estudando – de não entrar no mérito. Eu fiz aqui um foco na decisão do Ministro Tarso. É uma decisão de Estado. Estranho a posição da Itália, a forma como reagiu por conta da permanência de Cesare Battisti, ao longo de 14 anos lá na França.

Pois bem, já que está no Estado brasileiro, já que Cesare veio para o Brasil, o Brasil vai ter que se manifestar e, mais do que nunca, se manifestar de forma, aí sim, peremptória.

Nós não podemos também negar – não é nem desconhecer, porque nós não podemos desconhecer isso – a radicalidade política que viveu a Itália nos anos 70, que culminou com o assassinato brutal, violento, do Primeiro-Ministro Aldo Moro, em maio de 1978. A Itália viveu um conflito político diferente do Brasil. Estávamos em ditadura militar e, em 1979, tivemos a anistia.

A Itália não teve esse ato, mas ela viveu um conflito interno político com o qual eu discordo, mas é preciso que apresentemos os fatos. Até hoje, setores do Estado brasileiro não reconhecem alguns episó-

dios factuais. Se você falar das ações relacionadas à resistência do Lamarca, na Bahia; do Marighella, da Guerrilha do Araguaia, são assuntos diante dos quais o Estado brasileiro fica... Então, os anos 70, na Itália, foram anos marcados por muita violência. É daí, ou seja, tem política; há grupos políticos, há facções que adotaram métodos armados.

Espero que a nossa Justiça possa trazer os autos e fazer justiça. É um cidadão, mas é um cidadão que está no Brasil e que representa 10 anos de muita radicalidade na Itália. Espero que os nossos juizes, que a nossa Corte possa tomar uma decisão que engrandeça primeiro a soberania brasileira e depois o zelo com os autos de um cidadão italiano que está sendo acusado de crimes.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – E eis a grandeza do Senado da República do Brasil. Esse tema eu já vi ardentemente sendo defendido pelo Senador de São Paulo Eduardo Suplicy. Sem dúvida alguma, apresenta a tese do Executivo. Mas eu já vi o contraditório aqui pelo Demóstenes Torres, que não é qualquer um; é um jurista e vai assumir a Presidência da Comissão de Constituição e Justiça. Agora, V. Ex^a debate com Alvaro Dias. Então, o Parlamento traz à tona. E o Judiciário está aí. Agora, nós não admitimos, no Parlamento da Itália, dizer que o Brasil só é conhecido pela dança das mulatas. Não. Está aqui Rui Barbosa, do Direito Internacional de Haia; e está aqui Francisco Resek, que voltou com todo o brilho no Direito.

E o mundo mudou, Alvaro Dias. Temos a ignorância audaciosa e atrevida. O mundo mudou depois da Segunda Guerra Mundial. E o episódio mais bonito que a humanidade ganhou foi o juramento de Nuremberg. Simbólico. Milhões e milhões de judeus; milhões e milhões; pegaram vinte e fizeram um julgamento para que o mundo melhorasse e soubesse tirar esse ensinamento para situações como essa. Os Estados Unidos ganharam a guerra, tiveram a ideia do seu Presidente Franklin Delano Roosevelt de fazer assim. E o Truman seguiu as ideias dele. Então, Alvaro Dias, ele cedeu o principal juiz para a Inglaterra. E teve mais participação da França, da Rússia e dos Estados Unidos. E aquilo também foi simbólico. Muito menos numericamente, dentro da proporcionalidade com que nós estamos a enfrentar. Daí o País estar se comportando bem. E feliz do país que tem, na Presidência do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, símbolo do conhecimento jurídico internacional, laureado na Alemanha, onde se deu o julgamento de Nuremberg.

Então, essa é a razão e a grandeza deste Parlamento, que está acompanhando e que está fazendo um equilíbrio, advertindo a celeridade que deve ter e

tem a nossa Corte Suprema, presidida por esse extraordinário Gilmar Mendes.

Convidamos para usar da palavra, mais uma vez, agora como orador inscrito, o Senador Alvaro Dias, do PSDB do Paraná, que engrandece o Senado. Há mais de 40 anos, ele está no mundo político representando o povo do Paraná e do Brasil.

Senador Heráclito Fortes, muito jovem, muito jovem – eu quero que você veja o retrato; eu acho que ele tinha uns 19 anos –, era tido como o vereador gostoso de Londrina. Agora ele entrou na política pelo Piauí. Foi o piauiense candidato a prefeito Dalton Paranaguá que o apresentou e o fez líder. E hoje ele está – vamos dizer – como ícone da grandeza da democracia do Paraná e do Brasil.

V. Ex^a, Senador Alvaro Dias, regimentalmente, tem 20 minutos, mas não ousarei cortar a voz do Paraná, que V. Ex^a representa.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. Aproveito para homenagear o piauiense Dalton Paranaguá, que foi prefeito de Londrina quando fui vereador.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, trago primeiramente um voto de aplauso que já encaminhei à Mesa, um voto de aplauso ao povo da Lituânia, no Leste Europeu, pelo transcurso do 91º aniversário da independência daquele país. E o faço em homenagem aos descendentes daquele povo que vivem no Paraná.

Aliás, estou aqui exatamente atendendo a uma solicitação de um londrinense que sugeriu a apresentação desse voto de aplauso à Lituânia, no Leste Europeu, pelo 91º aniversário da sua independência política.

Mas, Sr. Presidente, na semana passada, trouxe à tribuna os reclamos dos pequenos investidores da Aracruz, que se sentiram lesados numa operação realizada com o patrocínio do BNDES, que ofereceu generosamente os recursos necessários, operação entre a Votorantim e a Aracruz Celulose.

Como se sabe, a Votorantim, antes socorrida pelo Governo brasileiro através do Banco do Brasil, que adquiriu ações do Banco Votorantim, foi, dessa feita, socorrida, ou beneficiada, ou estimulada com recursos públicos do BNDES para que adquirisse um percentual significativo de ações da Aracruz Celulose.

Sr. Presidente, nada contra a transação, nem mesmo nada contra que o BNDES tenha oferecido os recursos necessários para que a operação se concretizasse. Ocorre que há prejudicados, e são exatamente os investidores pequenos, em benefício dos grandes investidores. Não há explicação para o fato de terem sido desvalorizadas as ações dos pequenos investidores e, ao mesmo tempo, serem valorizadas as ações dos grandes investidores. O Governo não pode, de

forma alguma, ser generoso com os poderosos e ser malvado com os pequenos. Há aqui, sem dúvida nenhuma, uma dose muito forte de malvadeza em relação aos pequenos investidores da Aracruz.

Como não basta a denúncia – mais importante que a denúncia é a providência a ser adotada –, Sr. Presidente, encaminho hoje à Mesa do Senado Federal um pedido de informações, que é o primeiro passo para que providências possam ser adotadas, se eventualmente ilicitudes houverem sido praticadas por representantes do Governo brasileiro. O requerimento é dirigido ao Ministro da Fazenda, que deve ouvir a Comissão de Valores Mobiliários, para responder a essas questões.

Primeira pergunta: qual a base legal para a oferta de compra aos acionistas detentores de ações preferenciais da Aracruz, pelos novos controladores, em valores abaixo dos de mercado, a partir de uma relação de troca de ativos arbitrada unilateralmente? Essa é a primeira pergunta.

Logo passarei à segunda pergunta. Tanto a Votorantim quanto a Aracruz sofreram prejuízos em operações com derivativos cambiais. Logicamente, esperavam-se repercussões negativas sobre o valor das ações dessas empresas. Entretanto, constata-se que foram arbitrados aumentos nos valores das ações ordinárias dessas empresas, ao mesmo tempo em que se procedeu a uma desvalorização de ações preferenciais da Aracruz, atingindo os pequenos investidores. Tudo isso indica que o grupo de acionistas majoritários agiu em causa própria, supervalorizando as ações ordinárias e desvalorizando as ações preferenciais, num flagrante desrespeito aos acionistas preferenciais. Tais procedimentos contrariam as diretrizes do Parecer de Orientação CVM nº 35, de que, embora a relação de troca possa ser negociada livremente, a posição do administrador em operações de incorporação de ações deve ser tomada em benefício de todos os acionistas, e não apenas do seu controlador. Que princípios foram usados para basear esses cálculos? Prejuízo ou diminuição dos ativos não deveriam ser computados a todas as ações, de forma justa e proporcional? Foi procedida a reavaliação dos ativos?

A Comissão de Valores Mobiliários realiza algum trabalho de investigação sobre as possíveis irregularidades nesta operação? Que medidas ou iniciativas punitivas ou reguladoras são pertinentes ao caso, uma vez constatadas irregularidades?

Última pergunta: quais são os recursos legais e regulamentares que estão à disposição dos investidores eventualmente lesados para buscar o ressarcimento de suas perdas?

Essas são as indagações que formulo nesse requerimento de informações.

Vejo na pauta de amanhã que a nova Mesa do Senado age com eficiência e agilidade. O requerimento que apresentei na semana passada, pedindo ao Tribunal de Contas da União inspeção e auditoria, já está na pauta da Ordem do Dia para a sessão deliberativa de amanhã. Nesses casos, há necessidade de agilidade. São assuntos urgentes, que não podem ficar para depois.

Esse requerimento de informações exige a mesma celeridade, exige a mesma eficiência, porque, se providências não forem adotadas imediatamente, se vierem posteriormente, ou já estarão comprometidas, ou serão absolutamente desnecessárias. O que importa é a hora. É neste momento que se exigem providências imediatas das autoridades responsáveis no caso de denúncias que não podem ser ignoradas.

Se vim à tribuna na semana passada, eu o fiz porque recebi inúmeros *e-mails*, Presidente Mão Santa, de pequenos investidores que se consideram injustiçados, lesados, explorados, em benefício dos grandes acionistas dos dois grandes grupos econômicos do nosso País que são protegidos e beneficiados pelo Governo da República. Não estou condenando o Governo por protegê-los, mas estou cobrando dele a mesma proteção aos pequenos, aos pequenos investidores, aos acionistas minoritários, que não podem ser explorados no momento em que uma transação beneficia grandes grupos econômicos do País.

E, mais uma vez, não se alegue serem essas medidas para o enfrentamento da crise econômica. Para o enfrentamento da crise econômica, num País ameaçado pela recessão, a providência tem de levar em conta o custo/benefício na geração de empregos. O objetivo essencial de quem governa, numa hora em que a recessão ameaça o País, é exatamente adotar políticas públicas que contribuam para a geração de empregos. E, em muitas oportunidades, quando o Governo repassa bilhões de reais para socorrer o sistema financeiro em parte ou quando o Governo repassa bilhões de reais para que uma grande empresa, como a Votorantim, adquira ações de outra grande empresa, como a Aracruz, não vejo iniciativa com o objetivo de gerar empregos e reduzir o impacto da recessão.

Sr. Presidente, a propósito, a Federação das Indústrias do Paraná realiza o quarto encontro do Fórum Regional 2009 – Reflexões sobre a Economia na Vida das Empresas. A Federação está agora realizando esse fórum no Município de Cascavel. Será amanhã, dia 17. Esse encontro já se realizou em Ponta Grossa, em Londrina e em Maringá e prossegue amanhã, com esse debate na Cidade de Cascavel, que, na última sexta-feira, encerrou o fantástico Show Rural. Abro aqui um parêntese para destacar a importância do show rural realizado em Cascavel, organizado pela Coopavel, que tem na presidência o Sr. Dilvo Grolli, que vai se destacando como grande liderança do cooperativismo nacional.

A organização extraordinária possibilitou que o Show Rural batesse todos os recordes de sua história: mais de R\$700 milhões de comercialização, num momento de crise que se abate sobre o País; mais de 185 mil visitantes, sem show artístico. O show é rural. O *show* é tecnológico, o *show* é das modernas práticas agrícolas lá apresentadas. Eu creio que não há no mundo nenhum espetáculo rural do gênero como esse que ocorre todos os anos na cidade de Cascavel, e que neste ano se superou.

Os avanços tecnológicos do campo são expostos, as práticas agrícolas que se renovam e se modernizam são apresentadas, além, evidentemente, das máquinas, dos veículos, dos tratores, dos equipamentos utilizados no campo que lá são também comercializados.

O Governador de São Paulo, José Serra, esteve presente na última sexta-feira e pôde contemplar e conhecer determinadas práticas agrícolas que são desenvolvidas no interior deste País, numa demonstração da competência do produtor rural brasileiro.

O produtor rural do Paraná é muito competente, como o de todo o Brasil. No campo, nós podemos competir com o produtor de qualquer país do mundo. Nós não temos por que ter receio de competição com outras nações do mundo quando no campo produzimos. Nós perdemos depois, perdemos no momento da exportação dos nossos produtos, em razão do egoísmo desmesurado das nações poderosas, que, com um apetite incompreensível, acabam inibindo o processo de desenvolvimento econômico de nações emergentes como o Brasil que oferecem a elas, grandes nações, generosos mercados consumidores que não poderiam ser por elas ignorados. Adotam a política protecionista das barreiras alfandegárias, não-alfandegárias, praticam a política de subsídios bilionários, estabelecendo uma competição desigual com o nosso País e com outros países emergentes. Sem dúvida, se o Brasil superasse essas barreiras impostas pelas nações poderosas, certamente teria uma agricultura mais rica e nós seríamos um país mais próspero.

Fiz esse parêntese exatamente para ressaltar a importância do *show* rural como espetáculo a ser visto, como cenário para a busca do conhecimento, atualização de informações sobre o que ocorre no campo e como decorrência do que nele ocorre para todo o País e para o mundo.

Sr. Presidente, retorno ao fórum da Federação das Indústrias do Paraná. Quando da abertura desse fórum na capital do Paraná, o Presidente Rodrigo da Rocha Loures afirmou que a economia brasileira vive uma crise de crédito. Sobre isso, devemos registrar que a despeito do Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles ter afirmado que as concessões de crédito já voltaram aos níveis do período anterior à crise financeira internacional, a situação ainda é muito difícil para os

tomadores. O crédito continua caro e escasso. Costumo dizer que o Governo anuncia bilhões para os bancos, mas que os produtores do campo ou das cidades não conseguem chegar ao comitê de crédito do Banco do Brasil. Muitos – exportadores, criadores, agricultores, industriais, comerciantes – não conseguem ver a cor desse dinheiro que o Governo alardeia repassar aos bancos para financiar o desenvolvimento do País e fazer frente à crise econômica.

Hoje, os economistas destacaram que, neste ano de 2009, o crescimento econômico do Brasil chegará apenas a 1,5%. No ano passado, portanto há alguns meses, desta tribuna afirmei, com base não em conhecimento pessoal, mas com respaldo em estudo realizado pelo Banco Mundial, que o crescimento econômico do Brasil, neste ano de 2009, seria de 0,5% a 1,5%. Acharam que exagerei. Muitos afirmaram que radicalizei como opositorista, que não tinha sentido aquela previsão, porque as previsões do Ministro Mantega, dos outros Ministros da área econômica, do Banco Central, as previsões do Governo brasileiro eram muito mais otimistas.

Pois bem, alguns meses se passaram e economistas convocados pelo Banco Central alertam: o crescimento econômico do Brasil em 2009 não chegará a 1,5%.

Não se trata de se posicionar como pitonisa da desgraça, não queremos o mal do País. Nossa obrigação é alertar o Governo, é estabelecer o contraponto, é tentar puxar o Governo, que está na estratosfera, para a planície. Em figura de retórica, é retirar o Lula do Aerolula e colocá-lo aqui, nas ruas da Esplanada dos Ministérios, a pé, para sentir a dura realidade da situação que o Brasil vive neste momento, asfixiado, sim, também pela crise econômica que vem de longe e se avançou sobre o Brasil, não como marola, mas quase como se fosse uma espécie de dilúvio a afogar todas as esperanças de progresso e desenvolvimento a curto prazo do nosso País.

Os meus cumprimentos também à Fiep – Federação das Indústrias do Paraná – e seu presidente, Rodrigo Rocha Loures, por essa iniciativa. Esse debate é imprescindível em todos os Estados da Federação. O Brasil é um País continente, com diferenças regionais profundas, e debater com a ótica local, com os olhos voltados para os problemas locais, contribui para que o Governo Federal possa ter o real diagnóstico da situação econômica do País e possa enfrentá-la com medidas mais eficazes, ágeis e competentes.

Muito obrigado, Presidente Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Acabamos de ouvir o Senador Alvaro Dias, do PSDB do Paraná. Ele traz uma luta de 41 anos de vida política para esta Casa. Por esta razão, eu tenho repetido várias vezes: este é um dos Senados mais fortes da

história política de nosso Brasil. O Senador Alvaro Dias analisava a crise econômica no Paraná e no País.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Senador Mão Santa, Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, eu queria fazer um registro. Comemoramos, na data de hoje, o Dia do Repórter. E nada mais importante do que fazer este registro como uma homenagem a toda imprensa, porque, na verdade, não há uma democracia sem uma imprensa livre, e o repórter, não há dúvida, é aquela alma da imprensa.

Tive a oportunidade de tirar alguns dados sobre este dia de um livro, *Elementos do Jornalismo*, editado em 2003. Seus autores, Bill Kovach e Tom Hounsfeld, elaboraram uma lista de nove itens, considerados fundamentais para o exercício da profissão.

Primeiro, a obrigação do jornalismo é a verdade. Sua primeira lealdade é para com os cidadãos. Sua essência é a disciplina da verificação. Seus profissionais devem ser independentes dos acontecimentos e das pessoas sobre quem informam.

Deve servir como um vigilante independente do poder.

– Deve outorgar um lugar de respeito às críticas públicas e ao compromisso.

– Tem de se esforçar para transformar o importante em algo interessante e oportuno.

– Deve acompanhar as notícias tanto de forma exaustiva como proporcionada.

– Seus profissionais devem ter direito de exercer o que lhes diz a consciência.

Dentro desse contexto a figura do repórter merece destaque. Personagem que surgiu com a chegada dos jornais impressos, o repórter é o responsável por trazer aos leitores as últimas notícias do que acontece aqui, ali e acolá. Hoje eles estão presentes em todas as mídias, seja o jornal, a TV, o rádio, e até mesmo a Internet.

Era esse o registro que queria fazer e peço a V. Ex^a, portanto, que dê como lida essa parte lida por mim em homenagem aos repórteres do Brasil, especialmente aos repórteres da nossa Rádio Senado, da TV Senado, do Jornal do Senado e de todas as áreas de informação do nosso querido Senado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

DIA DO REPÓRTER - 16 de fevereiro

Entre as primeiras formas de jornalismo escrito destaca-se a transmissão de notícias em cartazes colocados nos lugares públicos, sistema encontrado nas antigas civilizações egípcia, babilônica, grega e romana, e que sobrevive ainda hoje nos jomais murais da China ou no Jomal do Poste, em São João Del Rei, Minas Gerais. Entre os escritos mais antigos com as características jornalísticas de variedade, atualidade e periodicidade, aparece o *Acta Diurna Populi Romani*, um boletim oficial criado por Caio Júlio César (100-44 a.C.), que mostrava notícias sobre jogos, batalhas, cerimônias religiosas, atividades no Senado, incêndios e outros assuntos, e era afixado em uma tábua branca - o *álbum* - no muro da residência de César.

Em 1440, Johannes Gensfleisch Gutenberg (1394-1468), tipógrafo alemão, inventou os tipos móveis, revolucionou o processo de comunicação em uma época de crescimento acentuado de cidades e desenvolvimento do comércio por toda a Europa. Entretanto, ele jamais poderia imaginar que o seu invento beneficiaria o mundo da forma tão marcante como aconteceu, porque a partir do momento em que a impressão de livros se tornou mais fácil, a publicação de obras científicas, culturais, políticas, religiosas e de outros gêneros, cuja leitura ficara até então restrita à clausura dos mosteiros, permitiu que o conhecimento chegasse a um número cada vez maior de pessoas, o que, por sua vez, acabou fazendo surgir a necessidade de que outras formas de narrativa escrita fossem criadas. Como os livros tratavam do passado, do que havia ficado para trás, criou-se então o jornal, veículo informativo usado para relatar acontecimentos recentes, ligados ao dia-a-dia das pessoas. A partir daí, o termo imprensa deixou de ser apenas a "máquina impressora" e passa a designar os meios de comunicação de massa.

Como no início do século 17 o número de pessoas interessadas nas notícias havia aumentando consideravelmente, os impressores da Inglaterra, da Alemanha e Países Baixos combinaram a troca, entre si, de notícias desses lugares, como forma de atender a seus clientes, de modo que as publicações começaram a aparecer regularmente em diversas cidades européias. Em 1650, mais de 150 anos depois da invenção de Gutenberg, surgiu na Antuérpia o primeiro semanário regular, o *Nieuwe Tydingen*, mas os primeiros jomais, propriamente dito, foram o semanário *Frankfurter Journal*, fundado em 1615, a *Gazette van Antwerpen*, em 1619, o *Weekly News*, em 1612, e a *Gazette de France*, em 1621.

Daí em diante a imprensa cresceu sempre mais, desdobrou-se em segmentos que hoje mantém o público inteirado dos acontecimentos ocorridos no mundo praticamente no momento em que eles acontecem, adquiriu personalidade própria tanto em sua forma austera como sensacionalista, sempre amparada no trabalho desenvolvido pelos repórteres, aqueles que procuram as notícias onde elas estejam, e sem os quais desapareceria o que de mais importante existe nos agrupamentos sociais, que é a informação atual sendo transmitida de maneira correta e confiável. Para homenagear os valorosos e nem sempre valorizados caçadores de fatos foi instituído o Dia do Repórter, cuja data de comemoração é 16 de fevereiro.

Em seu livro *Elementos do Jornalismo*, editado em 2003, seus autores, Bill Kovach e Tom Rosenstiel, elaboraram uma lista com nove itens considerados fundamentais para o exercício da profissão de jornalista:

- A primeira obrigação do jornalismo é a verdade.
- Sua primeira lealdade é para com os cidadãos.
- Sua essência é a disciplina da verificação.
- Seus profissionais devem ser independentes dos acontecimentos e das pessoas sobre as que informam.
- Deve servir como um vigilante independente do poder.
- Deve outorgar um lugar de respeito às críticas públicas e ao compromisso.
- Tem de se esforçar para transformar o importante em algo interessante e oportuno.
- Deve acompanhar as notícias tanto de forma exaustiva como proporcionada.
- Seus profissionais devem ter direito de exercer o que lhes diz a consciência.

Dentro deste contexto, a figura do repórter merece destaque. Personagem que surgiu com a chegada dos jornais impressos, o repórter é o responsável por trazer aos leitores as últimas notícias do que acontece aqui, ali e acolá. Hoje eles estão presentes em todas as mídias, seja o jornal, a TV, o rádio, e até mesmo a Internet.

FERNANDO KITZINGER DANNEMANN

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência se associa a essa homenagem aos repórteres. Todos nós nos encantamos, simbolizando a nossa história de radialismo, com o famoso “Repórter Esso”, que nos adoça a nossa adolescência.

Quem não se lembra daquele Parlamentar repórter que aqui engrandeceu, Carlos Lacerda, o maior orador. Mas o País parava – Pedro Simon é testemunha –, o País parava quando às 21 horas, Raul Brunini, o repórter, vereador, ladeado do Deputado Amaral Neto, apresentava Carlos Werneck Lacerda, às 21 horas. Parava o País.

E, numa homenagem muito justa, mostrando a grandeza deste Senado, o Rio Grande do Sul mandou o nosso Sérgio Zambiasi, do PTB, que simboliza a grandeza e a história dos repórteres do meu Brasil. Zambiasi aqui conosco engrandece a representação do Rio Grande do Sul e engrandece o Senado.

Bela homenagem que V. Ex^a traz, Senador. Que dela possamos participar, em nome da Presidência, para homenagear os repórteres que fizeram a história do Brasil.

Eu já o tinha chamado. Tinha se ausentado, mas está presente agora. Calma! Não é a encantadora Rosalba Ciarlini. Falo de Pedro Simon, que está inscrito em quinto lugar. Já fora chamado, mas, como sempre muito solicitado, estava dando uma entrevista, mostrando a deferência que este Senado tem para com os repórteres. Tinha saído para atender um repórter.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, uma grandeza deste Senado. V. Ex^a é o Sr. Ética, o Sr. Decência e faz do PMDB um grandioso Partido, juntamente com nossos companheiros, Senador Pedro Simon.

Aqui estou porque V. Ex^a e Geraldo Mesquita começaram minha campanha para vir para a Mesa. Regimentalmente, são 20 minutos. No entanto, não vou cortar a palavra de V. Ex^a, só se o Presidente Sarney vier tirá-lo daí. Não o tirei da tribuna.

V. Ex^a dispõe do tempo que achar conveniente, Senador.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a rigor, eu não deveria falar agora; deveria esperar o Senador Jarbas Vasconcelos terminar a entrevista coletiva que está dando. Mas pretendo falar agora sobre a primeira entrevista e, se for o caso, falar de novo sobre o que ele está dizendo agora.

Olha, esse foi um fim de semana que eu passei aqui em Brasília que eu não precisava ter passado. Não havia mais ninguém em Brasília, Sr. Presidente; acho que eu era o único Senador em Brasília. Então era televisão, era rádio, era jornal, era todo mundo:

“Senador Pedro Simon, o senhor está aqui; por amor de Deus, só o senhor está aqui”. O Jarbas falou e desapareceu, e eu tive de falar o tempo todo.

Em primeiro lugar, vou dizer quem é o Jarbas. O Jarbas é o grande e extraordinário lutador da política brasileira. Ele é um homem rústico, duro.

Outro dia, numa reunião da Bancada, ele disse que eu era uma pessoa muito complicada. Eu me assustei e perguntei para a Bancada: “Vocês acham que o Jarbas pode dizer que eu, Pedro Simon, sou complicado?”. Porque para mim não há pessoa mais complicada do que ele, Jarbas Vasconcelos. Mas é um homem de posições. Na história da luta da democracia neste País, está lá o Jarbas.

Sobre a entrevista dele, acho que tenho de interpretar da maneira que eu penso: a corrupção é um fato dramático na vida brasileira de hoje. Não é que o Brasil seja mais corrupto do que os Estados Unidos, a Argentina, a Europa, a França, a China, e o Japão. Não! Lá e aqui há corrupção. A diferença, Sr. Presidente, é que, nesses outros países, existe a corrupção mas também, a punição. A justiça funciona.

Em uma época, houve um levantamento no Japão: três Primeiros Ministros, três ex-Primeiros Ministros foram ao suicídio de vergonha do processo que apontava a corrupção que eles tinham praticado. No célebre caso da Itália, na Operação Mãos Limpas, o Presidente da Fiat, a maior empresa da Itália, foi parar na cadeia por corrupção, dois Primeiros-Ministros foram parar na cadeia por corrupção, mais de cem Parlamentares e mais de trinta Ministros dos Tribunais foram parar na cadeia por corrupção. Esses são os fatos.

E no Brasil? No Brasil...

Já falei na sexta-feira. Lá nos Estados Unidos, o Obama é manchete nos jornais, porque a mulher que ele indicou para ser Secretária não pôde sê-lo, pelo escândalo de ela não ter pago US\$900.00 de contribuição social de uma empregada doméstica, que era uma estrangeira e não tinha situação regularizada. Ela não pôde ser Secretária. O outro não pôde ser Ministro por uma sonegação de US\$15 mil. No Brasil, meu Deus do céu, no Brasil...

Então, o Jarbas fala que existe corrupção, e a manchete da **Veja** é: “O PMDB é corrupto”. Não mais do que o PT e não mais do que o PSDB. Não mais até porque o PMDB não chegou ao Governo; o PSDB chegou e o PT também chegou.

Existe algum escândalo maior na história deste País do que a privatização da Vale? Três bilhões e quinhentos milhões de dólares! E hoje ela vale US\$200 bilhões. E esses US\$3,5 bilhões foi o BNDES que deu. Maior escândalo que esse? No PSDB do Sr. Fernando Henrique!

Maior escândalo do que a votação da emenda da reeleição no Congresso? Com os nomes dos Parlamentares, a notícia que foi feita para que fosse aprovada a emenda? No PSDB do Sr. Fernando Henrique!

Naquela época, o PT era o grande Partido. Ah, o PT histórico e extraordinário na Oposição! Pareciam os cristãos cruzados lutando pela moral, pela dignidade e pela seriedade... até chegarem ao Governo. Não há nada mais parecido com o PSDB no governo do que o PT no governo. Então, não dá para dizer “o PMDB é corrupto; o PMDB quer cargo; o PMDB quer favores...” Mas o PT também, o PSDB também e os outros Partidos também. Aliás, isso o Jarbas diz na entrevista dele. A política como um todo está nessa dura realidade. E é tão dura a realidade, é tão triste a hora em que estamos vivendo, é tão complicada a situação que estamos vivendo que, no meio disso tudo – Obama, pacote, economia mundial, o Brasil, as demissões, “para onde vamos?”, “para onde não vamos?” –, chega ao Congresso um projeto do Supremo Tribunal para aumentar o vencimento dos Ministros de R\$23 mil para R\$26 mil! Eu acho que para os Ministros poderia ser R\$26 mil, R\$27 mil, R\$28 mil ou R\$30 mil; não estou discutindo isso, mas que é inoportuno é inoportuno! Em uma hora como esta, abrir o debate o Supremo Tribunal Federal com uma petição dessa natureza?! A situação é de uma anormalidade dentro do seu contexto geral!

Olha, o PMDB foi o Partido que ganhou com o maior número de Deputados Estaduais, maior número de Deputados Federais, maior número de Senadores e maior número de Governadores, na última eleição. E olha que fizemos uma prévia entre o Garotinho e o Rigotto, mas, depois, o PMDB não fez mais convenção. O PMDB se negou a fazer convenção. Os espaços de Presidente da República, nós não podemos usar, porque está a metade de um lado e a metade do outro. Alguns estavam com o PSDB e outros, com o PT; não sabiam quem ia ganhar. Então, uns foram para cá e outros, para lá, para ver, depois, para onde iam. Mesmo assim, fomos o maior Partido.

Na eleição do ano passado, fez o maior número de Vereadores, o maior número de Prefeitos, seis milhões de votos a mais do que está em segundo lugar. E esse Partido é a noiva, está a se oferecer para quem dá mais: PT, PSDB, ou seja lá quem for. Não! Por isso, eu acho um equívoco do Jarbas quando ele diz que o candidato dele é o Serra. Pode até vir a ser. Mas, hoje, nós tínhamos que estar lutando por candidatura própria do PMDB. Inclusive a proposta que eu fiz. Por que não vamos fazer uma legislação e votar? Primeiro, nós vamos escolher as legendas e, depois, os candidatos dentro da legenda. O PSDB e o antigo

PFL, o Democratas, estão de um lado; o PT e o PDT estão do outro lado; o PP está de um lado... Vamos escolher as legendas. Depois essas legendas fazem que nem os Estados Unidos fizeram: uma primária, primária que Obama entrou sem nenhuma chance e terminou derrotando a Primeira-Dama, depois o candidato do Partido Republicano.

Eu acho que nós tínhamos condições de ter um candidato próprio. E isto é que eu acho feio: depois de duas vitórias espetaculares... Está certo que o MDB lutou, ganhou a Presidência da Câmara, ganhou a Presidência do Senado, mas acabar aí, não. Nós temos que lutar para ter uma candidatura própria nossa. E o comando partidário não tem a dignidade necessária para fazer essa exigência.

Então, a gente está assim naquela história: se o Lula transferir os 85% do prestígio dele para a D. Dilma, a gente vai de Dilma. Se ele não conseguir transferir os 85% do prestígio dele para a D. Dilma e o Serra mantiver os 45% do prestígio dele, a gente vai de Serra. O MDB fazer isso?! O MDB se limitou. A nossa história, Presidente, a nossa biografia nos limitar a um papel dessa natureza?! Esse é que é o aspecto sério. Por isso que eu acho que o meu querido Jarbas, ao já se colocar de um lado e abandonar a luta da candidatura própria, comete um equívoco.

Eu estou na luta da candidatura própria e acho que é a grande tese.

Quando tinha sublegenda, quando fizemos a discussão de como é que faríamos na democracia, na Constituinte, quando nós fomos dizer para o Dr. Tancredo que a nossa tese, a nossa bandeira, era terminar com a sublegenda, o Dr. Tancredo disse o seguinte: “Olha, Simon, a ditadura militar, os generais criaram a sublegenda no Brasil para se manterem no Poder.” Como a Arena estava implodindo com as várias alas do coronel fulano, beltrano, beltrano, eles criaram a sublegenda para somarem os votos. Isso é um escândalo. Mas lá no Uruguai, do lado da tua casa, ali no Rio Grande do Sul, a sublegenda é o maior exemplo de democracia. A sublegenda no Uruguai, cada partido, as minorias do partido podem ter o seu candidato. E o povo vai escolher. Então, dizia o Dr. Tancredo: “A eleição não é entre dois: ou é o Juscelino, ou é o Jânio Quadros; é o Jânio Quadros ou é o fulano de tal. Não, a democracia o povo vai escolher entre os vários candidatos.” Nós podemos fazer isto. Foi o que aconteceu nos Estados Unidos.

Nos Estados Unidos, não foi o Obama e a Sr^a Clinton; foi o Obama e a Sr^a Clinton mais dez candidatos no partido democrata. E mais dez candidatos no partido republicano. E aí, dentro dos partidos, houve o debate até um ganhar e aí foi para a votação. E por

que não fazer isso no Brasil? O MDB apresenta o seu candidato, o PT apresenta o seu candidato, o PSDB apresenta o seu candidato. Os vários Partidos se integram e fazem a frente e cada frente debate suas candidaturas.

Agora, para mim, o que considero muito importante – muito, muito importante – é que somos obrigados a reconhecer que a situação como está não pode continuar. O Brasil não pode ser o país da impunidade. O Brasil não pode ser o país onde só ladrão de galinha vai para cadeia. O Brasil não pode ser um lugar em que falar em ética é ridículo, em que falar em seriedade não tem maior consistência.

Eu acho que a entrevista do Jarbas... O PMDB deu uma nota, Sr. Presidente, de seis linhas, dizendo nada com nada. Interessante. “Ademais, lança a pecha de corrupção a todo sistema partidário quando diz ‘a corrupção está impregnada em todos os partidos’. Trata-se de um desabafo ao qual a Executiva Nacional do Partido não dará maior relevo”. Então, como o Jarbas disse que a corrupção está em tudo que é lugar... Se o Jarbas tivesse dito que a corrupção era só no MDB, aí, a Executiva daria uma nota dura, respondendo! Mas, como disse que é todo mundo... Ah, então, podemos ser! A nota não disse nada com nada, Sr. Presidente.

A nota não disse nada com nada, Sr. Presidente. Mas eu acho que, mesmo a nota não dizendo nada com nada, a gente deve conversar, a gente deve se sentar à mesa e discutir. Eu chamaria o Jarbas e vamos conversar, vamos analisar, vamos ver se não é importante o MDB ter uma candidatura própria. Vamos ver se está certo isto de nós nomearmos um Ministro aqui, um Ministro lá, o Sr. Líder indicar aqui, outro indicar lá, e nós não temos a mínima idéia do que cada um desses Ministros pensa ou deixa de pensar, porque o Partido não tem ideologia, o Partido não tem conteúdo. Nós não nos reunimos para dizer o que nós queremos.

Temos seis Ministros, alguns até muito bons. Eu acho Jobim muito bom, o Ministro da Saúde muito bom, eu acho os Ministros do MDB muito bons, mas cada um por conta própria, porque o MDB nunca se reuniu para dizer “não, a nossa política de governo é essa, o que nós queremos é isso, é por aqui que nós vamos”. Isso precisa ser feito, é necessário que isso seja feito. O PT está indo nesse caminho e está certo. Está exagerando com a candidatura da Dr^a Dilma, mas acho que está certo. Apresentou uma candidatura, que todo mundo levava no ridículo, e agora está provado que é um... Aliás, eu gosto muito da Ministra. Acho ela uma pessoa muito competente e muito séria. O PSDB está lá com o Serra. Alguém tem dúvida da capacidade do Serra, da sua inteligência, da sua competência? E estão avançando.

Mas será que o MDB é só isso? Serra e D^a Dilma? PT e PSDB? E o MDB vai se reduzir a isso, a essa posição? Quando vierem me perguntar, hoje, eu faço questão de dizer que o MDB tem uma história. Nós temos uma história. E não é só a reconstrução deste País, da democracia. Houve um momento em que se quis terminar com a Petrobras, e foi o MDB, aqui, que resistiu e não deixou terminarem com a Petrobras. Houve momento em que queriam terminar com o Banco do Brasil, federal, privatizar o Banco do Brasil, e nós não deixamos que isso acontecesse.

O MDB tem um papel importante na história deste País, na história dos direitos humanos, na história social. O MDB não é só essa gente que está no comando, não.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não é só essa gente que está no comando. O MDB tem uma história mais profunda. Quando perguntam o que estou fazendo do MDB, eu digo que estou no Partido que eu criei e que lutei muito para chegar onde nós chegamos. Alguns estão chegando. Podem até estar no comando, mas não têm a história e não têm a biografia que nós temos dentro do MDB.

Eu acho que o furacão da entrevista do Senador Jarbas Vasconcellos deve servir para a gente parar para pensar. Vamos parar para pensar. Vamos analisar: será que não era hora de o MDB fazer um grande congresso, um grande debate em torno da nossa posição nos dias que estamos vivendo? Será que, depois de duas vitórias espetaculares, em que o povo, na sua esmagadora maioria, disse que o MDB era o Partido, embora não tivesse candidato a Presidente...?

Tem uma coisa, meu amigo Jarbas... Falo pelo meu Rio Grande do Sul e falo por muitos lugares do Brasil por onde andei. Corrupção, sim. Muita? Muita. Mas lá no meu Rio Grande, as velhas bases do MDB continuam as velhas bases do MDB. Fomos três vezes Governo do Estado e temos o nosso nome, a nossa biografia e a nossa história, temos o respeito da opinião pública do Rio Grande do Sul. Estou falando aqui pela TV Senado, sei que muitos me veem agora ou me verão à noite, e, como sempre, receberei a manifestação das bases, porque essa TV é muito assistida no Rio Grande do Sul. E posso lhe dizer que a imensa maioria das bases do meu Partido no Rio Grande do Sul é de gente séria, digna e correta. E eu, o velho Pedro Simon, com oitenta anos, sessenta de vida pública, continuo o mesmo: simples, modesto, pobre, mãos vazias, sem cargos e honrarias, mas com o mesmo respeito da sociedade. No meu Estado, meus amigos, meus companheiros, meus adversários, por

mais radicais que possam ser, respeitam a mim e a meu Partido, graças a Deus!

O Brasil é um País que não tem história partidária, mas a do MDB ainda é a melhor de todas. Era a do PT, até chegar ao Governo. Lamentavelmente, no Governo, esqueceram o breviário pelo caminho e ficaram apenas com a caneta de ser uma vantagem. Esqueceram as lutas e o sofrimento.

Perguntaram-me – a imprensa tem insistido com essa entrevista do Jarbas – como vai ser a saída. Para onde vamos sair? Repito: não acredito em saída que venha deste Congresso Nacional. Não acredito! Não acredito em saída que venha do Lula ou do Governo Federal. Não acredito! E não acredito em saída que venha do Judiciário. Para isso, essa entrevista do Jarbas surte um efeito importante.

De hoje até a eleição temos um ano e oito meses. Um ano e oito meses antes da eleição do Tancredo, nós vivíamos uma ditadura total. Ninguém imaginava que nós teríamos uma oposição que elegeria o Presidente da República. O povo foi para a rua, os jovens foram para a rua, a sociedade foi para a rua – não como queriam o Brizola e tantos outros, na guerra civil, na luta armada, na luta, na guerrilha –, mas, como queríamos nós.

Fomos ridicularizados: “Ah, esse Simon, esses caras aí querem resistir, querem terminar com a ditadura. Cinco generais presidentes, os tanques nas ruas, o poder militar total, o poder financeiro, o poder econômico, a Igreja, a imprensa, todo mundo de um lado, e esses caras aí, essa “gentezinha” aí está achando que vai mudar isso e vai transformar numa democracia. Eles querem ficar até o último guichê, ficar acomodados”. Isso é o que a gente ouvia naquela época.

Pois depois da maior derrota, quando o povo foi para a rua, milhões de pessoas na rua exigindo diretas já, quando o Congresso foi cercado pelas baionetas, a Emenda pelas Diretas Já foi derrotada e parecia que não sobrava mais nada, veio a democracia e veio a eleição do Tancredo e veio a Constituinte, do povo. O povo na rua, os jovens de caras pintadas... Os jovens nos levaram atrás... Qual é a diferença entre a candidatura do Dr. Ulysses, que foi de mentirinha, a anticandidatura do General Euler, que também foi de mentirinha, e a candidatura do Tancredo, que foi de verdade? O povo na rua! O povo na rua, os jovens exigindo a transformação.

É o que tem que ser feito. É o que tem que ser feito. É o que precisa ser feito.

Para isso convoco o companheiro Jarbas Vasconcelos: meu irmão Jarbas, para isso eu te convoco. Vale a pena. É difícil? É. Mas é a fórmula. Vale a pena nós traçarmos esse caminho. Vale a pena nós bus-

carmos essa caminhada e não nos dois blocos, que se assemelham. Nada mais comparável ao Fernando Henrique e ao PSDB no Governo do que o Lula com o PT. É a mesma coisa, a mesma coisa. O MDB é a mesma coisa. Há os Ministros do lado de lá, e há os Ministros do lado de cá. A mesma coisa.

Vamos criar a independência, vamos criar condições de avançar. Isso é que é importante. Alguém me perguntou...

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Pedro Simon, me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Eu quero concordar com esta parte importante do pronunciamento de V. Ex^a. É realmente incompreensível um partido com a história e com o tamanho do PMDB que não tenha uma candidatura própria a Presidente da República, que não aspire ter uma candidatura própria a Presidente da República. Eu realmente fico sem entender o porquê disso. Por isso, quero cumprimentar V. Ex^a por esse chamamento que faz para uma mobilização do PMDB nesse sentido. E eu gostaria de dizer que, quanto a esse papel de noiva, acho que, para os padrões brasileiros, não é bem noiva, porque noiva nenhuma brasileira fica paquerando de um lado e paquerando de outro. Estou vendo agora nessa novela que, na Índia, realmente são os pais que decidem o futuro da noiva, dependendo de quem dá mais pela noiva que vai casar. No Brasil, o nome é bem outro. Espero, portanto, que V. Ex^a tenha êxito nesse chamamento que faz, que o PMDB realmente faça jus à história e ao tamanho que tem e tenha uma candidatura própria.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço a V. Ex^a o aparte.

Com relação a mim, continuo o mesmo. Várias vezes tenho vindo a esta Casa, a esta tribuna e várias vezes tenho discordado do meu partido. Mas isso não quer dizer que eu ainda não tenha a grande esperança de que podemos chegar lá.

Na primeira vez que o Lula foi candidato a Presidente da República, eu fechei com o Lula no segundo turno, contra o Collor. Eu era Governador do Rio Grande do Sul. Todas as promessas me foram feitas, mas eu e meu Governo subimos na tribuna do Lula. Quando o Lula foi eleito Presidente da República, eu subi na tribuna do Lula, achei que ele era o candidato. Até me convidaram para participar do Governo. Não aceitei porque eu dizia que nós devíamos participar do Governo, mas sem fazer parte do Governo. Eu achava que nós devíamos apoiar o Lula, mas sem fazer parte do Governo Lula. Depois, mudou. Mas eu acho que

nós devíamos meditar com mais calma a entrevista do Jarbas. Não é o estilo que eu adotaria, mas reconheço que é o conteúdo que eu diria, com respeito para onde temos que chegar.

Possamos nós encontrar esse caminho, possamos nós encontrar o caminho realmente tão necessário.

Sexta-feira passada eu propus aqui que conversassem o Sarney, Presidente do Senado, o Presidente da Câmara e o Presidente do Supremo sobre algumas decisões como essa de que só fique preso o condenado em definitivo, mesmo em caso de assassinato, de violência, de estupro e tanta coisa igual. Eu dizia “vamos conversar, vamos reunir e vamos encontrar um caminho”. A verdade é que ainda não nos damos conta. A nossa Constituição foi feita numa hora, numa época em que nós todos vínhamos da ditadura, tínhamos ódio a qualquer tipo de violência praticada por quem quer que fosse. Então, nós botamos na Constituição espetacular defesa da cidadania e do cidadão. Mas hoje nós temos de analisar não apenas pelo lado da defesa da cidadania e do cidadão – que eu continuo com a mesma posição –, mas nós temos de ver a corrupção, a violência, as coisas da quadrilha organizada, que, hoje, praticamente, não se pode condenar.

Vamos ver o que nosso amigo Jarbas está falando hoje. Queira Deus que possa haver o que eu espero, um debate, ao menos entre a nossa Bancada aqui no Senado, para a gente conversar, debater, analisar e aproveitar o lado positivo. O lado positivo é o que fazer para nosso Partido e para nosso País nesta hora em que estamos vivendo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Pedro Simon.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Mão Santa. Em seguida, Senadora Rosalba Ciarlini. Logo após a palavra da Senadora Rosalba Ciarlini, falará o Senador Eduardo Azeredo.

Com a palavra o Senador Mão Santa.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu pedi a V. Ex^a que me inscrevesse. Eu já havia me inscrito. Não sei se está aí na relação de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador Marcelo Crivella, após o Senador Gilvam Borges.

Com a palavra o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Papaléo, V. Ex^a fica bem aí, nos faz lembrar o Senador Auro de Moura Andrade.

Parlamentares presentes, brasileiras e brasileiros aqui e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, saiu aqui da tribuna Pedro Simon. A história nos lembra que Getúlio avançou e tomou o Governo. Ele acusava de corrupção eleitoral o sistema. E, assim, surgiu a ditadura Vargas.

Papaléo, não melhorou, não. Piorou.

Heráclito Fortes, atentai bem aqui ao jornal do nosso Piauí, **Diário do Povo** do Piauí. É um jornal livre, independente, porque o proprietário é um empresário muito rico, domina o comércio entre Brasil e China. É uma dessas figuras raras. Porque isso é difícil, isso é difícil. Então, o presidente desse jornal é o filho dele, Danilo Damásio. E ele tem vocação. É assim um Machado de Assis, misturado com Sebastião Nery, com Stanislaw Ponte Preta. Ele é um literato. E o pai dele é um empresário exitoso, muito poderoso. Isso aqui é brincadeira, ele tem um intercâmbio comercial com a China. Outro dia ele levou foi o Prefeito de Teresina, porque na China é a autoridade quem compra, quem produz, quem trabalha.

Então, tem o Zózimo Tavares, que é um editoralista, que eu até uma vez já o chamei aqui de nosso Carlos Castello Branco.

Mozarildo, a gente vê aí. Atentai bem para o momento que nós vivemos. Getúlio entrou e mudou o sistema por corrupção eleitoral. Nunca dantes houve tanta. Olha que o Cláudio Humberto, um jornalista, disse em uma crônica: “Vocês vão ver boi voar.” É lá no Piauí, em São Raimundo Nonato. Voou. É um negócio que a gente... E nunca houve tanta imoralidade em pleito eleitoral.

Agora, o que esse Luiz Inácio e essa Dilma fizeram... Eles apareceram no programa eleitoral com o Prefeito: “Se não votar aqui não sai o PAC.” Isso é imoralidade. Foi por isso que Washington Luiz rodou, Luiz Inácio! E o Getúlio tomou, e tudo, e está aí. O programa eleitoral era desse jeito, no interior: iam lá, apareciam os dois: “O Prefeito aqui do PAC é esse”. É a mãe do PAC, o pai do PAC, o galo cacarejador, a galinha cacarejadora... “Se não elegerem o meu, não sai nada.” Nunca houve tanta imoralidade como hoje. E o sábio Cláudio Humberto disse: “Vocês vão ver boi voar.” Voou. E aí está o rolo. E está voando. E sai para o lado.

O Pedro Simon salvaguardou o nosso Partido; eu quero salvaguardar a Democracia.

Olha, Papaléo, Poder Executivo muito forte: tem o BNDES, tem o Banco do Brasil, tem a Caixa Econô-

mica, que usa como quer. O Prefeito dele estava perdido, aumenta dez no Bolsa Família. É isso hoje. Muito pior do que eleição no tempo da ditadura. Os militares fizeram aquele negócio do AI, depois não estavam nem aí. Ganhava, nós ganhamos em 1972. A Oposição tirou da Arena, antes de Ulysses. Você ganhou? Agora, está ganhando, Bolsa Família, dá R\$10.000,00. Está na entrevista do Jarbas, é o maior programa oficial de corrupção eleitoral. Shakespeare disse que não tem nem bom nem mau, o que vale é a interpretação. Mas aí nós temos. E aí Governador entra, vai sair, é um drama doido.

Agora, já tem sete do Poder Judiciário. Tem gente de carteirinha. Estão ali o Mozarildo e o Papaléo que sabem mais Medicina do que eu, Psicologia. Então, se ele tem impregnado, eu vou fazer para mudar esse negócio, esse negócio da Corte Suprema. Então, tem gente que é filiado do PT, e é Ministro. Aquilo ali está incorporado. Eu sou médico, eu sei psicologia. Ô, Mozarildo, é como: eu sou Fluminense, quero é que o Vasco se lasque. O Pedro Simon ali, com a justiça dele, é Internacional. E quem é filiado de um PT há vinte anos? Então, se for para lá, não é... Isso é psicológico. Estou para ensinar aqui. Vamos corrigir, isso está errado. Sete.

E neste jornal: "TSE tem sete processos contra Wellington Dias". Sete. Agora, tem lá um procurador, Heráclito, que é engavetador. Você vê na lista dos outros? Não, porque ele é do PT, e o Luiz Inácio o chama "meu menino". "Não mexa no meu menino!" Mas desses que estão aí, os Governadores... Não pode um País deste com dois pesos e duas medidas. Não tem! Este aqui ocupa o pódio, o primeiro lugar na corrupção eleitoral.

Fala-se toda hora: "Vai cair o governador." Agora, este é do PT, é do "meu menino". Aí, o engavetador, porque tem sete... É o jornal, não sou eu não. Eu vou ler. Ô, Heráclito, é o jornal do nosso Piauí. Aliás, você está aqui no meio, mas é fazendo austeridade. Mas só vamos ficar aqui. Não vamos juntar as coisas.

Na movimentação processual do TSE, Tribunal Superior Eleitoral, existem sete processos contra Wellington Dias. Dentre as acusações estão abuso de poder político, abuso de poder econômico, conduta vedada a agente público, uso indevido de meio de comunicação, compra de votos, corrupção e fraude.

Bota aí grandão, aí, rapaz! Vamos embora. Aqui não é o negócio do Alvorada, do "meu menino", não. Aqui é para botar grandão, como *outdoor*. Vamos embora!

Heráclito, vamos lá. Está aqui o bicho aqui. Responde sete, o diabo, tal, tal, tal, tal, tal.

Agora, aqui tem o negócio do engavetador. Só os outros ameaçando.

Mas, antes, antes desse aqui... Por isso a corrupção. Ulysses disse: a corrupção é o cupim que destrói a democracia. Eu nunca vi tanto cupim. Eu nunca vi, porque antes de o "meu menino" do PT assumir, ele já contratou uma Finatec, lá do Rio Grande do Sul, para fazer uma reforma administrativa no Piauí. Heráclito, você se lembra da Finatec, saiu em tudo que é revista. Ganhavam uns pilantras do Partido dos Trabalhadores. Está aí, a Finatec está nessa reportagem aí. Ganhavam 500 mil por mês e se hospedaram no melhor hotel, que é desse aqui, desse rico aqui, do Metropolitan. Passaram lá um ano ganhando 500 mil por mês. Esses bichinhos aí são danados. Aí, antes de entrar, já começou... Eu nunca vi isso.

Aí teve o negócio dos sanguessugas. Rapaz, mais de duzentas ambulâncias. Um tal de Genoino, lá dentro do Palácio, saiu na imprensa. O Tribunal de Contas da União contestou tudo, disse que não podia ser candidato. O que adianta?

Aí veio: dezessete telefonemas gravados com a Gautama, com o engenheiro. Se não mandar o dinheiro do Luz para Todos, perde a eleição. Foi gravado, e está aí.

Atentai bem, Heráclito e vocês aí, brasileiros e brasileiras, tem um negócio de um castelo aí, de um mineiro lá, dos Democratas da Câmara, corregedor. Lá já tinha. Até isso teve lá. Arrumaram, nos arredores de Teresina... Quando viram, foi fotografia, não sei como, de um castelo dele, do "meu menino" lá. Uma mansão, piscina, quadra, e está na escritura que foi vinte mil reais. Milhões e milhões...Então, esse castelo que tem aqui, lá eles já tinham feito! E nada. Aí faz. Lá do Maranhão, sai; lá da Paraíba sai não sei o quê. E o do Piauí está aqui. Até castelo tem!

Mas eles erram. **Errare humanum est.** Pecaram, Papaléo! Aí o PSDB, está aqui a série de processos... A coligação... O PSDB foi quem entrou primeiro, depois o PMDB. Tem o nome aqui da coligação... Coligação "Piauí é daqui para frente!": PSDB, PPS, PT do B e tal. Então, eles entraram logo em seguida com esses rolos aqui todos. Nada!

Depois, o PMDB, através de William Guimarães e Edvar Santos e o jornalista Tomaz Teixeira, no Detran... Carteira! Fala aí que "não-sei-quem" distribuiu cheque e lá foi carteira. Votou o eleitor, carteira, compraram... Aí eles erraram, Papaléo, porque aí a Justiça: "Nós vamos dar apenas uma multa". Olha! Olha, Mozarildo. Se eles multaram é porque constataram a vergonha. Deram uma multa aí para ser paga com o dinheiro deles mesmo, dessas... que eles ganharam, porque multar é ridículo! Mas mostra o crime. Eles multaram lá.

Aí vem para cá e tem aí um procurador engavetador. Você vê falar nos outros. Mas o *Jornal do Piauí* lembra e relembra. Então, não pode. Bem-aventurados o que têm fome e sede de justiça. A justiça é divina. Agora, ela é feita por homens fracos. Montaigne disse: “a justiça é o pão que mais a humanidade precisa”. E que é do PT, que a gente não está vendo aí nesses julgamentos? Por que ele é do PT, hein, Mozarildo? Você não vê aí os Estados todos? Até o defunto que foi para o céu... Como é o nome, lá, do nosso de Ro-raima? O nosso ex-Governador...

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Otomar.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – O Otomar Pinto, porque era do PTB, queria impedir o homem de entrar no reino do céu. E o do PT, não, tem um procurador engavetador. Porque estão aqui sete processos. E ele trouxe e está aí. Então, nós temos que ajeitar todos. Não é só, aqui, o Legislativo, não. São todos. E vemos isso aí. Tem que haver uma legislação. Isso é muito perigoso. Essas corrupções eleitorais? Foi por isso que o Getúlio veio, porque constatou na história.

Então, essas são as nossas palavras e aplausos ao Luciano Coelho, esse bravo, extraordinário repórter desse jornal independente por um empresário que não depende do governo, que tem iniciativa. Porque isso é raro hoje. Porque o governo, aproveitando-se da debilidade empresarial de muitos, aplica a lei de Goebbels: “uma mentira repetida se torna verdade”.

Mas esse é o nosso Brasil. Então, explodiram hoje as declarações do nosso Senador Jarbas, mas é porque está um mar de corrupção e inconstância. Então, é hora. Não pode haver dois pesos e duas medidas. Eu sei aí que se estão seguindo governadores, mas nós conhecemos, o Piauí conhece, o povo conhece. Esse aqui é que tem que primeiro ser afastado.

Então, essa é a verdade e essas são as nossas palavras e a nossa contribuição para que haja...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Permite-me um aparte?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Permito um aparte ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Mão Santa, eu ouvi calado o pronunciamento do Senador Pedro Simon. Achava que, como era um discurso envolvendo declarações de um prócere do Partido do nobre Senador, só a V. Ex^a e ao Senador Geraldo Mesquita, que são do Partido, caberia, se conveniente, apartear-lo. Mas uma coisa me dava saudade, Senador Crivella: aquelas campanhas em que o Lula foi derrotado. Os vitoriosos tinham uma inveja danada daquela campanha que o Lula fazia, em que pregava o combate à corrupção, à ética. E prometia ao País um novo mo-

delo e uma nova prática de governar. Aquele Lula-lá do Egberto Gismonti fazia qualquer um ficar arrepiado, porque havia uma crença de que o Brasil era preconceituoso e não colocaria jamais aquele trabalhador à Presidência da República. Quando Lula elegeu-se, eu pensei cá com os meus botões: chegou a vez de este País mudar. No primeiro mês... Aliás, não foi nem no primeiro mês: na comemoração de eleição, já não era mais o Presidente trabalhador. Já saiu lá de São Bernardo num helicóptero emprestado por uma multinacional e foi para um hotel de uma cadeia americana, nas proximidades da Avenida Paulista, comemorar o grande feito. E, com ele, seus companheiros todos abandonaram a humildade, a simplicidade. Aqui em Brasília, tradicionalmente, hospedavam-se no Hotel Torre; passaram para o Blue Tree. Deixaram a comida de peso, de quilo, e foram para o Porcão. Aqueles ternos de preço módico da Casa Colombo foram trocados por roupas benfeitas do Ricardo Almeida, em São Paulo. E por aí foi... Três meses depois, deu o primeiro escândalo de corrupção, e daí não parou mais. E o Governo, que prometia e fazia com que ficássemos arrepiados de emoção com aquela pregação, hoje nos remete à ânsia de vômito de ver o que ocorre no País. O Governo passou a ser o grande defensor dos mensaleiros, dos sanguessugas, dos aloprados, dos carregadores de dólar na cueca. Os escândalos não são apurados. O nosso Piauí não fica atrás. V. Ex^a é médico e sabe que a Secretaria de Saúde virou um balcão de interesses eleitorais. As questões são tratadas de acordo com o interesse político-eleitoral. Temos lá, no Detran, um diretor que está fazendo campanha no Piauí todo. Eu nunca vi nada mais escandaloso que isso. Ele já anuncia, de agora, que é candidato. E vai por aí afora. O Governador e seu Partido anteciparam, em dois anos, a campanha eleitoral. Já está com candidato na rua a fazer comícios nas cidades por onde passa. Os custos desses deslocamentos são estratosféricos. Nada mais acontece, porque o exemplo vem de cima. V. Ex^a citou bem o Presidente da República, fazendo proselitismo eleitoral às custas da esperança dos prefeitos brasileiros – e eu sou municipalista. Os prefeitos brasileiros vieram para cá, certos de que encontrariam, Senador Geraldo Mesquita, uma solução para os seus problemas. E não encontraram. A solução apresentada é um paliativo, mas nada perto do que os municípios precisam. Se Lula, Senador Crivella, quer ajudar os municípios brasileiros, recalcule o Fundo de Participação dos Municípios. Pra que esse centralismo econômico em mão do Governo Federal? Isso só encarece as obras; obras feitas e realizadas nos municípios têm um custo mais barato. Nós vivemos, ano após ano, nesses seis anos do Governo Lula, forta-

lecendo as empreiteiras. E as empreiteiras preferidas do Governo estão aí a mandar e a comandar as obras. As prefeituras são colocadas de lado, porque não interessa às grandes empreiteiras obras pequenas, por causa do deslocamento de máquinas. O que nós estamos vendo é isso. E eu louvo a coragem do **Jornal Diário do Povo**, que V. Ex^a exalta aí, por ter colocado matéria dessa natureza no Estado. É preciso, Senador Mão Santa, que a minha voz e a voz de V. Ex^a não se calem. Eles estão inclusive arregimentando Senadores de outros Estados para defender as corrupções que ocorrem, infelizmente, no nosso Estado. Ô Piauí para sofrer! Muito obrigado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pois essas são nossas lamentações. E advertimos o Presidente da República. **Errare humanum est**, mas é tempo de eles... Ele é responsável pela democracia. “Palavra sem exemplo é um tiro sem bala” – Padre Antônio Vieira. Ele tem que dar o exemplo. E não é preciso ele estudar e ler História, pois ele mesmo disse que não gosta, que dá uma canseira ler uma página; mas os exemplos estão bem recentes.

Olhai, Presidente Papaléo Paes: vamos ao momento atual. Olha o comportamento do Presidente Sarney: a eleição pura, tranquila, em que ele enfaixou o seu adversário Collor. Não é verdade? O Presidente Itamar passou a Fernando Henrique Cardoso, estadista. Se ele tivesse usado a máquina – tu tá doido? –, se ele tivesse usado 2% como eles estão fazendo nessa corrupção, ele teria eleito o sucessor dele. Não. Ele foi um estadista, Luiz Inácio.

O povo, insatisfeito com isso que o Chávez quer, que estão querendo meter na cabeça de Vossa Excelência.. Foi assim que o povo foi às ruas e gritou: “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”. Caiu o absolutismo, e os reis dividiram o seu poder. O poder foi dividido. Mitterrand, no final de sua vida, escreveu um livro: **Mensagem aos Governantes**. É fortalecer os contrapoderes.

Luiz Inácio, agradeça aos brasileiros que o elegeram por duas vezes – 60 milhões de votos –, mas garanta o maior patrimônio da nossa civilização, a democracia.

Por que o Barak Obama surgiu? Porque aquele povo respeita a lei. Papaléo, 224 anos de Constituição! Eleições iguais de quatro em quatro anos. Livre! O candidato nasce do povo nas primárias, e vem a alternância do poder. E é isso que queremos salvaguardar. Por quê? Um mal traz outro. Estão paradas todas as obras federais. Heráclito, cadê o porto? Cadê a ferrovia? A sua ponte de Luzilândia? A ponte de 150 anos de Teresina? A Transcerrado? O hospital universitário?

Então, Luiz Inácio, nós queremos... V. Ex^a é o nosso Presidente. É tempo de cumprirmos. Que a Justiça no Brasil, o TSE, que a Justiça seja como o sol, igual para todos, e não puna os governadores, porque são adversários, e um menino do Lula fica protegido.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Azeredo, por permuta com o Senador Papaléo Paes – quero até agradecer a V. Ex^a, porque tive a oportunidade de falar como segundo inscrito –, e convido o Senador Mão Santa, como membro titular da Mesa, para assumir a Presidência.

Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Papaléo Paes, Srs. Senadores, nesse período de recesso, tivemos perdas muito sentidas lá em Minas Gerais, que trago aqui por meio de três requerimentos de votos de pesar que estou encaminhando à Mesa.

Quero começar falando do Dr. Hugo Werneck, que faleceu no dia 20 de dezembro, em Belo Horizonte. Hugo Eiras Furquim Werneck nasceu em Belo Horizonte, formou-se em 1938 em Odontologia pela Universidade de Minas Gerais como cirurgião-dentista e clínico geral, profissão que exerceu por 54 anos ininterruptamente. Na juventude, foi ainda jogador de basquete pelo nosso grande clube Minas Tênis Clube. Ministrou cursos diversos na área de Odontologia, sobre ética profissional e assuntos correlatos. Foi Presidente do Sindicato dos Odontologistas de Minas Gerais na década de 50, pertenceu ao grupo de dentistas que organizou e criou o Conselho Regional de Odontologia do nosso Estado.

Simultaneamente ao exercício da profissão, em 1942, começou a inquietar-se diante do desmatamento acelerado que ocorria, ao mesmo tempo, na floresta Rio Doce, hoje um grande parque do Rio Doce, e no cerrado, partindo-se da cidade mineira de Sete Lagoas, pois o carvão, que se fazia exigência da indústria siderúrgica em expansão e base da economia de Minas Gerais, era exatamente fornecido por meio de métodos que destruíam a mata nativa.

Em 1973, logo depois da Conferência de Estocolmo, Hugo Werneck participou diretamente da fundação de uma organização não-governamental sobre questões ambientais, o Centro para Conservação da Natureza em Minas Gerais, do qual foi presidente durante tantos anos. Por dois mandatos consecutivos, exerceu a presidência da Fundação Zoobotânica de Belo Horizonte, no período de março de 1993 até dezembro de 2000. Participou da criação da Fundação Biodiversitas,

de cujo conselho criador foi membro nato até julho de 2001. Atuou ainda como integrante do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Belo Horizonte (COMAM) durante duas gestões consecutivas. Participou, desde sua instalação, do Conselho Estadual de Política Ambiental do Estado (COPAM), tendo exercido, até junho de 2000, a presidência de várias câmaras da instituição. Serviu ainda ao Instituto Estadual de Florestas (IEF), em seu Conselho Deliberativo, no período de 1995 a 1998 – durante o meu Governo.

Participante ativo no projeto de revitalização do rio São Francisco, por meio do IEF e também do Centro para Conservação da Natureza; foi consultor na área de ecologia e meio ambiente na Fundação Belgo-Arcelor do Brasil, desde 2002, e ainda membro efetivo do Conselho da Fundação de Parques Municipais de Belo Horizonte.

Membro fundador da Equipe do Movimento Familiar Cristão, em Minas Gerais, tendo participado de sua direção desde a equipe diocesana, em Belo Horizonte, na direção nacional, como na ELA, em dimensão latino americana.

Foi membro ainda do Conselho Universitário da Universidade Federal de Minas Gerais por três mandatos consecutivos – início do primeiro mandato com o Professor Eduardo Cisalpino. Participou, no final da década de 90, de encontros que centraram a educação em seus aspectos formais e não formais.

O Dr. Hugo Werneck foi palestrante em diversas instituições empresariais, comunidades civis e universitárias; com frequência, a convite das mesmas, focalizava temas ligados à pessoa, seu entorno, relações família-sociedade. Considerava a pessoa, enquanto sujeito sócio-histórico-cultural, protagonista de sua própria história, constituindo a subjetividade por meio da teia das relações interpessoais e interação com o meio ambiente, entendido como ecológico, social, econômico, cultural, político, plural, enfim, uma amplitude de definições.

Foi Hugo Werneck um verdadeiro humanista, preocupado com o destino do homem como ser. Sonhava com o ser superando o ter, com a diminuição do consumo exacerbado do mundo moderno, deste mundo globalizado. Sonhava com uma nova dimensão da cidadania ecológica através da reaproximação do homem com o meio em que vive, a representação da natureza sob nova perspectiva, menos utilitarista, mais afetiva e emocional; acreditava que assim pode-se ter uma visão renovada da vida e do meio onde ela se desenrola, sem ameaças, pressões e punições.

Hugo Werneck foi casado com Wanda Azeredo Furquim Werneck, com quem teve onze filhos, Rodrigo, Humberto, Otávio, Ângela, Maria Regina, Marcos, Maria

Elizabeth, Flávio, Gustavo, Maria Virgínia e Ana Maria, que lhe deram vinte e cinco netos e quatro bisnetos.

Hugo morreu aos 89 anos, sendo o nosso fundador das questões ambientais. Todos que se preocupam com a questão ambiental em Minas, em algum momento, puderam aprender com ele, puderam ver o valor das questões humanas sobre as questões materiais.

Hugo Werneck, em segundas núpcias, casou-se com Maria da Penha Mendes Furquim Werneck, que deixa viúva.

Queria trazer, Sr. Presidente, Srs. Senadores, este voto de pesar, porque ele foi realmente um homem muito especial, uma pessoa que soube enxergar muito cedo a importância das questões ambientais, que soube orientar tantos e tantos em Minas Gerais, especialmente nós, homens públicos.

Eu mesmo busquei sempre a sua orientação na Prefeitura de Belo Horizonte, no Governo do Estado; o então Prefeito Patrus Ananias, com quem trabalhou nessa Fundação Zoobotânica, hoje Ministro; o Governador Aécio Neves, todos somos muito gratos ao que Hugo Werneck pôde fazer por Minas Gerais.

Quero ainda, Sr. Presidente, trazer aqui outro requerimento, esse em relação ao Padre Simões, da nossa querida Ouro Preto. O Padre Simões foi um intransigente defensor do patrimônio histórico e cultural, pároco da Matriz de Nossa Senhora do Pilar. Faleceu em janeiro deste ano.

Ele estudou no Seminário do Coração Eucarístico de Belo Horizonte e foi ordenado padre pela Arquidiocese de Mariana. Dedicou 52 anos de vida sacerdotal às causas da comunidade, com destaque à defesa do patrimônio artístico e cultural da nossa cidade de Ouro Preto.

Como pároco da Igreja de Nossa Senhora do Pilar desde 1963, Cônego da Arquidiocese de Mariana e Vigário forâneo de Ouro Preto, criou a Fundação Museu de Arte Sacra e o Centro Social da Família Oupretana.

A família dele é descendente do Barão de Camargos, sendo que a própria casa do barão foi doada ao Instituto do Patrimônio Histórico pela família de Padre Simões. Por isso é conhecida, nos dias atuais, como a “Casa da Baronesa”.

Em 1994, Padre Simões recebeu o Prêmio Nacional de Cultura Rodrigo Melo Franco de Andrade, destinado às pessoas que se destacaram pelo zelo do patrimônio histórico. Além do diploma e da medalha, o prêmio também rendeu a ele recursos, que foram precisamente investidos na reforma da igreja da qual ele era o pároco.

Político influente – chegou a se filiar ao antigo MDB –, sempre participou dos movimentos da política, entendida por ele como a melhor forma de pro-

moção dos anseios da população, principalmente a mais carente.

Sr. Presidente, estive em Ouro Preto e pude ver a grande emoção do povo da cidade, porque ele foi não só um pastor de almas, de idéias, mas também um grande líder político. A população sentiu muito a sua ausência.

Finalmente, Sr. Presidente, quero apresentar também requerimento de pesar pelo falecimento de um grande filantropo e humanista de Minas: Célio Trópia, que faleceu aos 82 anos de idade.

Célio Oliveira Trópia também nasceu em Ouro Preto, formou-se em administração de empresas e trabalhou, toda a sua vida, na Cemig até a sua aposentadoria.

Juntamente com um grupo de amigos que tinham em comum a fé cristã e o firme propósito de trabalhar em benefício do próximo, a partir de 1º de março de 1969, iniciou uma distribuição de sopa para os pobres na Alameda do Ipê Branco, na Pampulha, em sua residência. Dois anos depois, a tarefa foi transferida para uma sede própria, inaugurada no ano de 1972, já denominada “Núcleo Assistencial Caminhos para Jesus”, que fizera a opção para cuidar de crianças.

Aos poucos, o trabalho convergiu para as crianças com sérias deficiências físicas, portadoras de paralisia cerebral e outras síndromes. O atendimento a pessoas com deficiência era pioneiro e despertou a atenção da sociedade, que passou a ajudar e o Núcleo começou a crescer. Pessoalmente, Célio Trópia, pedia contribuições aos amigos e aos colegas de trabalho para manutenção e construção das unidades. Passo a passo, dia a dia, comparecia ao Núcleo sem falta, mesmo doente, até o dia anterior ao seu falecimento.

Portanto, Sr. Presidente, reconhecer os serviços prestados por Célio Trópia é valorizar a solidariedade e o amor ao próximo, é valorizar um benfeitor, um homem iluminado por Deus.

Sr. Presidente, esses são os três votos de pesar que trago aqui em nome do povo mineiro para que fiquem registrados nos Anais do Senado Federal essa posição de respeito, de homenagem, a três grandes homens que contribuíram para a sociedade mineira: Dr. Hugo Werneck, um grande ambientalista; Dr. Célio Trópia, um filantropo, e o Padre Simões, um grande líder de defesa do patrimônio cultural e histórico do nosso Estado, esse patrimônio histórico cuja importância tantas vezes buscamos relembrar – patrimônio histórico de nosso Estado.

Quando fui ao velório do Padre Simões, fiquei observando a beleza de Ouro Preto, que, mesmo com seus 80 mil habitantes, consegue preservar todo aquele casario da época colonial, da época da exploração

do ouro e que permitiu que nascessem ali idéias de liberdade, idéias que foram as primeiras luzes para que, depois, o Brasil se libertasse, se tornasse independente e, como país independente, pudesse esquecer o que passara e buscar seu lugar na conjuntura das nações.

O patrimônio histórico, tão bem defendido pelo Padre Simões, precisa estar permanentemente nas preocupações de todo o Brasil. V. Ex^a, que é do Estado do Piauí, já esteve em Ouro Preto e sabe da importância e do valor para todos nós e para o País preservarmos o patrimônio histórico.

De maneira, Sr. Presidente, que esses são os pontos que eu queria trazer. Entrego à Mesa esses requerimentos de voto de pesar por essas perdas que Minas teve de tantas pessoas, mas, em especial, gostaria de registrar esses três nomes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Azevedo, o Sr. Papaléo Paes, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a será atendido. E, presidindo esta reunião, em nome de todos os membros da Mesa, associo-me ao pesar manifestado por V. Ex^a.

Os requerimentos serão atendidos de acordo com o Regimento.

Chamamos para usar da palavra o Senador Gilvam Borges, do PMDB do Estado do Amapá.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exm^o Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que me traz a essa tribuna é um assunto da mais alta relevância e de grande importância para o nosso desenvolvimento. Trata-se de um grave problema que estamos enfrentando há praticamente um ano e meio: a paralisação das obras do Aeroporto Internacional de Macapá. As obras estavam bem adiantadas – 70% –, e lamentavelmente tivemos um problema muito sério: a empresa que estava executando as obras teve algumas dificuldades e isso criou uma situação muito complicada. Acredito que esse não seja o caso só do Aeroporto Internacional de Macapá.

Nós estamos muito apreensivos porque há uma cobrança generalizada no Estado pela retomada das obras. No ano passado nós estivemos intensamente numa ação política com o Dr. Sérgio Gaudenzi. Durante todo o ano de 2008, ele tratou com muita eficiência essa questão dos aeroportos cujas obras foram paralisadas devido ao problema que houve com a Gautama. E nós conseguimos destravar... Com sua liderança, ele

conseguiu negociar com os donos da empresa. Houve um entendimento no sentido de que eles declinassem e facilitassem as avaliações do TCU.

A obra, então, passou a ser avaliada, passou a ser discutida, pelo TCU. Essa etapa foi bem vencida. Chegamos a um ponto que... No mês de setembro de 2008, ano passado, já tínhamos uma previsão da retomada das obras quando a própria Infraero convocou a segunda empresa, que havia participado anteriormente no início das obras, que ganhou as obras do Aeroporto Internacional de Macapá. Tivemos, então, a chamada. Avançamos bastante. Foi desatado o nó. Era um problema para cinco anos, mas com essa celeridade... Tivemos, mais ou menos, cinco ou seis audiências – individualmente, com a Bancada, com o Governador do Estado. Nós já estávamos em um momento muito importante de finalização do processo...

Quando foi chamada a segunda empresa, na ordem de classificação, que venceu a licitação, essa empresa declinou porque os preços já estavam defasados. Assim, a Infraero ficou com uma nova situação, e o caminho seria uma nova licitação pública. Isso seria feito até o final do mês de dezembro. Tivemos a substituição e graças a Deus, estamos sendo contemplados também com um grande administrador, o Brigadeiro Cleonilson, que assumiu no mês de dezembro a Presidência da Infraero.

Amanhã, Sr. Presidente, estarei em audiência às cinco horas com o Presidente da Infraero –ele já está sabendo que o Amapá chega novamente à Infraero –, para que possamos dar prosseguimento à ação de já fazer a licitação pública, porque todo o destravamento foi feito. Esse mundo burocrático é muito complexo e complicado, mas já estamos próximos.

O novo Presidente da Infraero é um brigadeiro com uma folha de grandes serviços prestados ao País, um brigadeiro também eficiente, a exemplo do Deputado Sérgio, que também era um administrador exímio, muito competente. Agora, esperamos a retomada urgente das obras do Aeroporto Internacional de Macapá, a exemplo das outras. Na audiência de amanhã, que já pedi ao Presidente da Infraero, irei tratar desses dois assuntos urgentes para o desenvolvimento do Estado do Amapá.

Sr. Presidente, estive recentemente no Amapá, onde me reuni na Escola Amapá, a escola do Município, com diretores, alunos, pais de alunos, num grande projeto liderado pela Professora Joana, a Secretária de Educação, Conceição Medeiros, e o Prefeito Roberto Góes. Estamos nos organizando. São noventa escolas municipais que precisam, com urgência, se organizar, para que possamos ter acesso aos projetos que o Governo Federal oferece através do FNDE. Acho que essa

é uma matéria muito importante para a recuperação dos vários programas que esse fundo garante, como o dinheiro na escola, como a própria restauração da escola, a informatização da escola. Precisamos marcar, vir e buscar recursos aqui.

Estamos nos mobilizando para organizar e esperamos que o Prefeito com a Secretária... Já ficamos devidamente acertados para, daqui a trinta dias, nos reunir novamente e ver se essas escolas já se organizaram para se credenciar no Ministério da Educação, e então possamos tocar a liberação desses projetos no Ministério da Educação.

Estive também em uma longa caminhada. Gostaria de agradecer ao Prefeito Mosaniel, aos Vereadores, aos populares, aos líderes comunitários. Fizemos uma grande caminhada, agora neste sábado, uma marcha de dezoito quilômetros, chegando à cidade de Pracuúba. Foram quatro horas de caminhada, muita chuva, mas muitas idéias. Ali firmamos o compromisso, juntamente com o Governador Waldez e sua equipe de Governo, de que eles apresentam o projeto, e nós trabalhamos junto ao BNDES.

Já tivemos uma audiência com o presidente do BNDES semana passada, junto com o governador e os vários prefeitos, a fim de que possamos liberar os recursos para a tão sonhada pavimentação, que se faz necessária e urgente, das estradas estaduais. Estamos buscando. O primeiro empréstimo é para o Amapá – é um pouco do recurso, R\$600 milhões –, para que possamos pavimentar a 010, a 070 e a 340.

Estivemos também caminhando na grande região do Pacuí, agora no Pracuúba, e os acessos dos ramais do Município de Pracuúba, do Amapá, de Vitória do Jari e Laranjal, a 010... Eu acredito que, com a agilização do Governo do Estado, nós possamos ter, ainda neste verão, a possibilidade de esses recursos serem oferecido a nós pelo BNDES. O presidente nos garantiu, e ali ficou firmado, que a instituição precisa dos projetos e das garantias.

Garantias nós temos. O que nós precisamos agora é apresentar os projetos. O Governador Waldez já está se mobilizando, e acredito que, dentro de trinta dias, esses projetos já estejam prontos, para que nós possamos, então, trabalhar intensamente o nosso retorno ao presidente do BNDES, ao Rio de Janeiro, e acompanhar, *pari passu*, esse projeto tão importante para a infraestrutura.

Ainda não é dinheiro na conta, mas é a preparação para dinheiro na conta. Nós estamos com uma emenda individual para o Pracuúba, apresentada no Orçamento para 2009, para este ano, no Calha Norte, para a infraestrutura básica nos municípios da região do Calha Norte, no Município de Pracuúba. Trata-se

de uma emenda de minha autoria no valor de R\$1 milhão. Temos ainda outra emenda para o Município de Pracuúba – já anunciamos isso -, no valor de R\$750 mil. Trata-se de emenda de autoria do meu colega Deputado Federal Jurandir Juarez. Temos também para o Município de Pracuúba emenda de bancada, uma no valor de R\$140 mil e outra de R\$260 mil, totalizando R\$400 mil, proposta e alocada por nossa querida Deputada Lucenira Pimentel. Portanto, estamos com R\$2,15 milhões de emendas aprovadas no Orçamento Federal para este ano de 2009.

Vai o apelo ao Prefeito Mozaniel e à sua equipe para que se agilizem na prioridade de retirar a prefeitura da inadimplência – e acredito que a sua equipe já marcha com essa frente de prioridades –, para que nós possamos trabalhar parte da liberação dos recursos. Esses projetos precisam ser preparados com urgência. Inadimplência e preparação de projetos. Fica aqui, Sr. Presidente, o registro da nossa caminhada pelo Município de Pracuúba. Anunciamos esses recursos e a forte decisão política da bancada federal, que é liderada por nós. Eu sou o coordenador da bancada, juntamente com o Governador Waldez Góes. Acredito que esta união se faz necessária, com as bênçãos e também com o apoio total do Presidente José Sarney, que, honrosamente, integra a nossa bancada aqui no Senado Federal. Tivemos a alegria e a felicidade de poder tê-lo, agora, à frente da Presidência do Congresso Nacional.

Para encerrar, estive lá no Município de Ferreira Gomes. Ainda não é dinheiro na conta, mas já é preparação para que nós possamos anunciar, daqui a seis meses, esse dinheiro na conta.

Deputada Dalva, estive lá em Ferreira Gomes com todos os vereadores, proferindo uma palestra. Fomos bem recebidos e discutimos todas as matrizes e todos os direcionamentos das políticas que nós estamos estabelecendo aqui em Brasília, em harmonia com o Governo do Estado. Foi muito proveitosa a palestra, e o povo esteve presente. Quero mandar um grande abraço àquele povo de Ferreira Gomes e dizer que, para lá, nós temos uma emenda de R\$500 mil já para projetos de infraestrutura turística. Essa emenda é de autoria da Deputada Dalva Figueiredo. Estamos também com uma emenda para Ferreira Gomes cuja autoria é do nosso querido Deputado Evandro Milhomen, para implantação de infraestrutura agrícola e pesqueira, no valor de R\$250 mil.

Por falar nisso, amanhã, vou dar um abraço no Deputado, porque ele está em convalescença, recuperando-se do joelho com uma distensão. Ele é muito alto e roeu um pouquinho lá. Então, fez uma cirurgia. Amanhã de manhã, eu vou lá dar um abraço e parabe-

nizá-lo pela emenda que ele propôs para o Município de Ferreira Gomes.

Temos também uma emenda para Ferreira Gomes, de minha autoria, no valor de R\$300 mil, para infraestrutura turística naquele Município. E mais R\$250 mil propostos pelo meu colega Deputado Jurandir Juarez, para creche na comunidade Terra Preta, lá em Ferreira Gomes. Nós totalizamos R\$1,6 milhão de emendas federais para o Município de Ferreira Gomes. E é importante que o prefeito se mobilize também com sua equipe, tirando, como já está fazendo, a prefeitura da inadimplência, priorizando os projetos e enviando-os com urgência para Brasília.

Sr. Presidente, para encerrar, quero dizer que me alegra poder estar amanhã com o presidente da Infraero, que gentilmente nos está concedendo uma audiência, para que nós possamos tratar da retomada das obras do nosso aeroporto. E quero também falar dos dois municípios, que me receberam de portas abertas, por onde eu estive caminhando integrado com eles no trabalho firme, correto, objetivo da política de resultados.

E eu queria, para concluir, referir-me ao caso de Cesare Battisti, que eu fico a ouvir há muito tempo. Essa é uma questão muito complicada, Sr. Presidente. Eu ouvi o Senador Pedro, o Senador Alvaro. E a discussão realmente da Direita, da Esquerda já é ultrapassada. Essa coisa já não existe. Isso é coisa do passado, que é preciso rever, não é? O Pinochet não voltou para lá, para ser julgado e avaliado pelo seu país? E era um homem considerado de Direita, além de outros refugiados. O que nós lamentamos é que, por causa de um indivíduo, seja ele militante político ou não, seja ele criminoso ou não... O que nós temos que respeitar são os acordos internacionais, segundo os quais os países que têm essa relação fechada de cooperação têm o direito de julgar seus concidadãos.

São os contrários que movem. Isso é antigo. Karl Marx e Engels já vinham pregando, com a revolução industrial, o comunismo. Thomas Morus imaginava, sonhava com aquilo tudo, mas não passava de devaneios e de uma expectativa. Não se levou em consideração a capacidade criativa e cultural do homem; o fato de que ele não poderia nunca estar subordinado ao cárcere de uma produção fechada, onde ele não pudesse crescer e avançar, seja na área econômica, seja na área intelectual e, principalmente, no que é essencial para o ser humano, que é a liberdade.

Os contrários... Caiu o Muro de Berlim, a União Soviética se reformulou, não é? Ainda há alguns resquícios. O mundo já experimentou praticamente todas as doutrinas políticas, filosóficas e de convivência e de poder.

Então, paciência! Eu acho que nós temos que respeitar a Constituição e que as coisas devam se proceder da melhor forma. Porque o Brasil, sem sombra de dúvida... Quando se assiste a um filme em que alguém vai fugir, eles sempre falam que ele vem para o Brasil.

Este é um país já estabelecido, com as instituições consolidadas e sólidas. Por esse motivo, não podemos agora dizer que, porque o fulano é de uma posição ideológica com a qual simpatizo, ou não, vamos fazer da mesma forma. Temos de tomar o mesmo procedimento que o Ministro tomou na vez anterior. O que foi que houve? O Fidel Castro pediu os cubanos que estavam aqui, para que eles voltassem, e o Governo teve de mandá-los de volta; ele facilitou e criou todas as condições para mandá-los de volta. Está certo. Mesmo que fosse numa condição em que estavam pedindo um possível asilo político, sem crimes comuns, esse procedimento deveria ser tomado. Como vamos arrumar uma briga desnecessária com um país que sempre foi irmão, que tem uma contribuição na formação cultural do nosso País? O cara está na Papuda, mal atendido, com muita dificuldade. Lá, não; lá as prisões são bem mais estabelecidas, mais humanizadas, até porque eles têm mais recursos. É bom ele ir para lá. Aí, fica tudo bem. O que ele faz na Papuda, aqui? Eu acho que temos de proteger esse cidadão, porque, a qualquer momento, ele pode sofrer um atentado ou alguma coisa, ele pode dar algum tipo de problema. Que a Itália julgue. Eu acho que deve ser esse o procedimento em todos os casos em que cidadãos de outros países são solicitados pelos seus países de origem para a sua avaliação pela Justiça. Isso deve ser garantido. O Brasil sempre agiu dessa forma.

Eu não vou adentrar essas avaliações ideológicas, mas o que me importa muito é o Amapá. A gente luta muito pelo Amapá no dia-a-dia, pelejando realmente pelo que é mais importante: a estruturação. Eu não tenho aeroporto como tem o Rio de Janeiro, como tem Minas Gerais e o Piauí, que são Estados maduros, mais velhos. O nosso Estado está começando agora.

Eu quero agradecer a gentileza de V. Ex^a e ao presidente da Infraero, porque amanhã nós vamos estar lá, às cinco horas, para tocar a questão do aeroporto.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Ouvimos a palavra do Senador Gilvam Borges, prestando conta das suas ações positivas pelo Estado do Amapá e o seu ponto de vista sobre direito internacional.

Pela ordem, ouço o Senador Azeredo, Renato Azeredo de Minas – Renato Azeredo é o pai. A gente confunde. O pai dele é uma figura extraordinária.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Exatamente. Graças a Deus!

Sr. Presidente, quero apenas trazer aqui a menção de que hoje, dia 16 de fevereiro, é o Dia do Repórter. Então, nós aqui mesmo temos no Senado colegas que são hoje Senadores, mas que foram repórteres na sua profissão; repórteres que estão no dia-a-dia aqui nos acompanhando e em todo o Brasil.

Em toda a história brasileira, a imprensa sempre teve uma importância muito grande: nos momentos em que lutávamos pela volta da democracia no País; nos momentos em que o País cresce e há a necessidade de discussão da crise financeira. A imprensa passa, evidentemente, por momentos de dificuldades, em como acompanhar os fatos, e isso acaba levando a uma precipitação ou outra.

O fato é que os repórteres hoje são até muito mais demandados do que eram no passado. Exige-se do repórter que dê a notícia na mesma hora, as notícias da Internet, as notícias que saem em todos os meios de comunicação. Portanto, isso aumenta a responsabilidade e daí a importância de fazermos esta homenagem a todos os repórteres do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os nossos cumprimentos pela saudação que fez aos repórteres do Brasil.

Convidamos para usar da palavra o Senador Marcelo Crivella. E, como última oradora – porque eu já havia anunciado o Senador Crivella, e a senhora estava ausente – o Rio Grande do Norte, o Nordeste e o Brasil aguardam ansiosamente, a Senadora Rosalba Ciarlini.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, senhores telespectadores da TV Senado, senhores ouvintes da Rádio Senado, Sr^a Ministra Marina Silva, Sr. Senador Eduardo Azeredo, estou no plenário do Senado Federal, ouvindo com atenção os discursos dos meus colegas, dos meus companheiros, como sei que há várias pessoas que, pelo Brasil afora, acompanham também. A política há ser sempre esse dilúvio de ódios e paixões, onde, muitas vezes, as coisas são ditas, mas não são provadas. Fazem parte, realmente, do debate.

O importante, Sr. Presidente, é que o Brasil hoje, como o resto do mundo, enfrenta, está no meio de uma crise econômica mundial que é a maior dos tempos contemporâneos, e de um tipo e de uma escala jamais vistos por nossa geração e, provavelmente, pela geração dos nossos filhos e nossos netos. Nenhuma nação da terra será capaz de escapar dos efeitos dessa cri-

se, mesmo que algumas delas tenham, inicialmente, melhores condições que outras de enfrentar seus desdobramentos. Estou certo de que, nesta Casa, acima de partidos políticos e de ideologia, todos já estamos conscientes da profundidade dos desafios colocados à liderança política do mundo e, obviamente, à liderança política brasileira, no que lhe compete.

Subestimamos a crise, no início. A excelente *performance* da economia nos três primeiros trimestres do ano passado levou muitos de nós a assumir uma atitude ilusória diante dos efeitos da crise. Mas isso não impediu que o Governo tomasse iniciativas importantes para proteger nossa economia, nossa sociedade e nossa estrutura de emprego, em especial na área monetária, onde foram acionados vários mecanismos de ampliação da liquidez em face do colapso geral do crédito externo, em especial para exportações.

Três eixos o Governo identificou como desdobramentos da crise: o problema do crédito, a taxa de juros – o câmbio – e o enfrentamento macroeconômico. E o Governo enfrentou com medidas de curto prazo e de médio prazo. De médio prazo é a política anticíclica, é o PAC, que nasceu como Programa de Aceleração do Crescimento e, hoje, é um programa anticíclico. Mas o Governo também tomou iniciativas de baixar o IOF para empréstimos às pessoas físicas.

Criou novas alíquotas para o imposto de renda. O Governo ampliou, melhorou o prazo no redesconto entre os bancos, diminuiu o precatório, fez assegurar os recursos no BNDES, que, no passado, chegaram a R\$90 bilhões – a Caixa Econômica, R\$67 bilhões até outubro do ano passado; e o Banco do Brasil, mais de R\$170 bilhões em empréstimos concedidos a curto prazo. De tal maneira, com essas medidas, o Governo Brasileiro procurou manter a liquidez do crédito, o investimento e, assim, assegurar o emprego.

Porém, Sr. Presidente, como se tem visto, as medidas monetárias, embora importantes e imprescindíveis, não foram e não são suficientes. A crise que começou no sistema financeiro, desencadeada por uma espiral especulativa como nunca se viu na história humana – o volume de derivativos, segundo estatísticas do BIS em meados do ano passado, equivalia a US\$600 trilhões, contra menos de US\$60 trilhões do Produto Mundial Bruto –, contaminou o sistema produtivo e desencadeou um processo de desemprego também em larga escala. Como consequência, a demanda agregada despencou e, com ela, o emprego. Isso fez desencadear uma espiral viciosa que não é possível conter apenas com a expansão da liquidez.

É que, desde a Grande Depressão dos anos 30, único precedente que se equipara à crise atual, sabe-se que, em face de uma crise de demanda aguda, a

liquidez no sistema bancário empoça. Os bancos ilíquidos ou com carteiras de alto risco param de emprestar porque não têm dinheiro, e os bancos que têm dinheiro não querem emprestar para outros bancos ou para o setor produtivo porque temem os riscos de inadimplência. Isso atinge todo o sistema produtivo, mas, especialmente, as pequenas e médias empresas, grandes empregadoras na economia. É a isso que estamos assistindo. Houve medidas importantes, como a redução do compulsório, que citei aqui, e a redução de impostos, mas a disponibilidade de crédito efetivo para o sistema produtivo continua abaixo do normal.

Faltou uma medida fundamental na área bancária, uma redução mais acelerada da taxa Selic. A baixa de um ponto é muito pequena para o tamanho da crise financeira. E este é o primeiro ponto em que estamos na contramão do mundo: nos Estados Unidos, na Europa e na Ásia, as taxas básicas de juros foram reduzidas a quase zero por cento. Continuamos acima de 11%; aliás, estamos em 12,75%. Com uma inflação prevista para 4,5% este ano, teremos uma taxa nominal ao redor de 7%. É um excesso. Já era um excesso antes da crise e se tornou extravagante depois dela. É claro que a redução da Selic apenas não resolve o problema do crédito extremamente caro no Brasil, já que os *spreads* bancários são tão altos que, diante deles, baixar a Selic à metade teria ainda pouca expressão. Na realidade, depois da crise e da redução do compulsório e do IOF, os *spreads* foram aumentados em até 6 pontos percentuais, para quase 50%, inclusive, e contraditoriamente, também nos bancos públicos. Se isso continuar assim, dificilmente a política monetária contribuirá para o enfrentamento da crise e sua superação. Ao contrário, vai agravá-la.

Entretanto, é em relação ao quadro fiscal que a redução da Selic pode trazer uma grande contribuição para a retomada. No ano passado, pagamos, em razão da Selic elevada, mais de 160 bilhões de reais de juros aos titulares da dívida pública. Esse dinheiro, em grande parte constituído pelo superávit primário de cerca de 5% do PIB, não volta à economia sob a forma de investimento ou consumo porque seus titulares, já com o consumo saturado e com poucas perspectivas de investimento produtivo por causa da queda da demanda, preferem comprar títulos públicos, remunerados a 12,75%. O efeito da Selic elevada e do superávit primário também elevado é, pois, fortemente contracionista. Num momento de crise, é mortal para as perspectivas de recuperação.

Numa crise de desemprego e de demanda agregada – e vivemos uma crise aguda de desemprego, como mostrou o Caged de dezembro, com 654 mil empregos perdidos num único mês –, a economia só

dispõe de três alavancas de recuperação, capazes de fazer com que o sistema privado volte a confirmar nas perspectivas de investimento: o crédito, já comentado como sendo insuficiente; a demanda externa por exportações, que colapsou com a generalização da crise; e uma política fiscal anticíclica, expansiva.

É essa, Sr^{as} e Srs. Senadores, a alternativa que nos resta. Será impossível sair dessa crise sem um plano vigoroso de expansão do dispêndio público, talvez da ordem de 2% a 3% do PIB, seguindo o que o Presidente Obama acaba de fazer nos Estados Unidos, aliás o que toda a União Européia e muitos países da Ásia vêm fazendo, assim como a China e a Índia.

Aqui também estamos na contramão do mundo. Há poucas semanas, fizemos um corte orçamentário de 25% em plena crise de demanda. Isso contraria frontalmente a recomendação que o Presidente Lula fez à sociedade de não parar de gastar. Suspeito que a razão para uma sinalização tão nefasta em momento de crise seja o fato de o Governo se sentir intimidado diante das críticas de uma parte da sociedade, em especial da grande mídia e do empresariado, ao gasto público em geral. Não vou entrar no mérito desse debate referido a um tempo anterior à crise. Vou me ater ao que nos resta daqui para a frente. De onde surgirá um aumento da demanda agregada no momento atual, com capacidade de reverter o quadro recessivo, a não ser do aumento do dispêndio público? Afinal, o caminho da expansão da liquidez e a alternativa do aumento de exportações estão, como eu disse, bloqueados.

Essa discussão, aliás, já deveria ter sido superada, em face do que está acontecendo lá fora. A discussão relevante é, na verdade, sobre gastar em quê no Brasil. Ou simplesmente gastar onde o investimento tem um multiplicador maior de renda e de emprego. Alguns correm para dizer que o Governo deveria gastar mais; porém, apenas em investimento e não em custeio. O que significa exatamente isso? Gastar na construção de um hospital e não na contratação de médicos e enfermeiros? Gastar na construção de escolas e não na contratação de professoras e serventes? Gastar na prospecção de petróleo e na construção de hidrelétricas, mas não na contratação de petroleiros e eletricitários? Esse paradoxo está implícito na Lei de Responsabilidade Fiscal, mas essa Lei foi votada em circunstâncias extraordinárias, sob o regime do pensamento único neoliberal, e ninguém pensou muito em suas consequências no futuro. Agora, porém, estamos em crise.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Crivella, desculpe-me interrompê-lo, mas são 18h30. Prorrogo por mais meia hora a sessão para V.

Ex^a ficar à vontade, assim como a oradora seguinte, que é Rosalba Ciarlini.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Então, dizíamos aqui que essa discussão do pensamento neoliberal, do Estado mínimo e do mercado regendo ou fazendo programa de nação está superado. O mercado mostrou que morre de overdose e precisa ser regulado. Neste momento de crise só temos uma alternativa, que é o Governo adotar política anticíclica, mas não só, Sr. Presidente, na área de investimento. É importante a construção de estradas, de hidrelétricas, é importante cuidar da infra-estrutura brasileira, aumentar nossa capacidade de investimento em nossas rodovias e ferrovias, e o Governo tem feito isso...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a me permite interrompê-lo? A tese de Ted Gaebler e David Osborne, explicitada em seu livro *Reinventando o Governo*, encomendado por Bill Clinton, é do Executivo mínimo. Ele não diz mercado mínimo, não.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Pois é, o mercado era máximo, e o mercado máximo levou a uma crise máxima, Sr. Presidente, uma crise que mergulhou o mundo em uma profunda recessão, senão à depressão, com queda de emprego inclusive em países com economia estabilizada, como países da Europa, assim como os Estados Unidos. Aliás, hoje tivemos a notícia de que o Produto do Japão, segunda potência mundial, segundo PIB do mundo, caiu 12% no último trimestre do ano passado. E na década passada, o Japão tentou relançar sua economia fazendo obras públicas, duplicando suas estradas, ferrovias, rodovias... E não lançou a economia. Isso mostra que esse plano de obras precisa ser acompanhado também com gastos em serviços, Sr. Presidente.

E aqui no Brasil, Sr. Presidente, nós temos uma dívida histórica com as comunidades carentes. Eu já falei aqui, diversas vezes, desta tribuna, como surge a favela no Brasil: com a Guerra do Paraguai, com a volta dos voluntários da Pátria, que, lá na minha cidade, foram colocados no Morro da Providência provisoriamente sob a perspectiva de que se iria tomar uma providência. Àquela época, Caxias, o grande Patrono, que foi Senador nesta Casa, defendia que todo soldado, que todo cidadão que vestisse a farda, fosse índio, fosse português, fosse negro, viraria cidadão, de acordo com a Constituição de 1924. Mas não era esse o desejo do Partido Republicano Paulista, o único Partido deste País naquela ocasião, que queria usar a escravidão para desgastar a República. Tanto é que a escravidão só cai quando a República cai junto. Ela cai em 1888 e a República, em 1889. Portanto, não aceitou o Partido a hipótese de Caxias. E os voluntá-

rios da Pátria voltam, mas como subcidadãos. Alforria sem trabalho e sem moradia.

E olha a vergonha que deu! Aquela decisão, que devia ser provisória, aquela providência que devia ser tomada se transformou num país favelizado, para a nossa vergonha.

A esta altura do desenvolvimento econômico deste País, nós ainda temos, em todas as capitais, pessoas, crianças, homens e mulheres, trabalhadores, vivendo em condições sub-humanas. E eu pergunto ao Senador Eduardo Azeredo, engenheiro civil como eu: falta cimento? O que é o cimento, Senador Mão Santa? É uma farofa de calcário e argila com um pouquinho de gesso. Falta calcário neste País? Falta argila? Falta gesso? Nós temos em tamanha quantidade que não somos capazes sequer de dimensionar. Falta madeira? Falta alumínio? Falta tinta? Falta verniz? Falta plástico? Falta borracha? Falta o quê? Falta mão-de-obra? Não, nós temos uma mão-de-obra abundante esperando ser treinada e empregada como um vigia espera pela aurora. O que nos falta, Sr. Presidente, é lançar um programa de habitação na escala da nossa necessidade. E agora chegou a hora.

Sr. Presidente, tenho falado muito aqui no Cimento Social. É preciso unir essa sociedade. O meu Rio de Janeiro é uma violência tremenda. Por quê? Não é uma cidade, mas duas. De um lado, culta, bonita, às margens do oceano Atlântico, com avenidas, apartamentos que custam milhões de dólares; de outro lado, a uma distância constrangedora, uma imensa parcela da nossa população vive em condições miseráveis, sub-humanas, numa existência triste e desgraçada. É lógico que essa desigualdade causa violência entre nós. Balas perdidas, crianças mortas, muito tráfico de drogas... São duas irmãs siamesas e monstruosas que não vivem uma sem a outra, mas que precisam se unir num cimento social. Precisamos resgatar isso.

Sr. Presidente, faço, desta tribuna, mais uma vez, um apelo, para que possamos aproveitar esse limão e fazer uma limonada. Precisamos aproveitar essa crise e usar o potencial da construção civil. Não dependemos de nada, de tecnologia nenhuma, temos todas aqui neste País. Por que o nosso povo mora em barracos? Por que nossas crianças crescem com o estigma da inferioridade, com uma revolta íntima que amanhã poderá lançá-las, na falta do emprego, num primeiro passo, no subemprego, tentando vender alguma coisa na rua, aos berros, para sobreviver, e, depois, na criminalidade aberta, vendendo cocaína, se prostituindo ou se envolvendo com produtos piratas?

Sr. Presidente, confio no espírito público do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Quantas vezes ouço aqui, amargurado, as críticas que fazem a esse Presi-

dente. Foi ele quem conseguiu levar metade da população brasileira para a classe média. Segundo os centros sociais de estudos da Fundação Getúlio Vargas, hoje, metade da população brasileira está na classe média. Foi ele quem regulamentou e protegeu a propriedade rural, a pequena agricultura familiar. Hoje, só no Rio de Janeiro, são 50 mil. É o Estado, proporcionalmente, com mais agricultores familiares. Quem tem propriedade de até 8 hectares tem uma propriedade familiar onde trabalha a família. Lá trabalham o pai, o filho, o irmão, arando a terra com o suor do seu rosto. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, agora mesmo, está garantindo o financiamento e o preço mínimo na compra do produto agrícola. É o Presidente do Bolsa Família. Mas, meu Deus do céu, o que querem? Que as pessoas morram de fome? Eu não acredito que alguém deixe um emprego formal, com carteira assinada para ficar em casa, indolentemente, recebendo o bolsa família, até porque essa não é a nossa índole nem a nossa vocação. O povo brasileiro é trabalhador. Ele não vai trocar o seu emprego pelo bolsa família. Recebe o bolsa família aquele que está desesperado, que se encontra na amargura do desemprego e não consegue superá-la sem ajuda do Governo. Aliás, é um programa aplaudido no exterior, transferência de renda neste País de imensa concentração de poder e renda.

Interessante que ninguém, aqui nesta tribuna, muitas vezes ocupada, denuncia que dez mil famílias brasileiras possuem 80% dos títulos da dívida pública, que agora está em R\$1,3 trilhão. Senhores brasileiros, a nossa dívida pública, a minha dívida, a sua dívida, a do Mão Santa, a do Eduardo, a dívida de nós todos, a dívida pública do Brasil é de R\$1,3 trilhão, mas R\$900 bilhões dessa dívida pertencem a dez mil famílias brasileiras que, no ano passado, receberam R\$160 bilhões de remuneração, porque o Copom estava, em média, 12,75%. Passar R\$100 bilhões a dez mil famílias endinheiradas do Brasil tem pouca repercussão, mas dar o bolsa família para os que passam fome, meu senhor, é denunciado, é um programa de exploração, é a compra desbragada de votos. Não vejo assim, Sr. Presidente.

Portanto, faço um apelo ao nosso Presidente Luiz Inácio da Silva, ao servidor do povo, ao amigo de todos, ao tolerante, ao Presidente que enfrenta essa crise, que já enfrentou outras piores e que hoje tem 85% de apoio popular, que é o que conta. Peço a ele que, neste momento de crise, não se intimide diante da opinião pública. Se disserem "Olhe, vamos gastar com custeio", precisamos. Se fizemos a escola, precisamos de professor; se fizemos o hospital, precisamos de médico. Acima de tudo, vamos resgatar a população que mora nas favelas brasileiras, começando, talvez,

pelas grandes capitais, Rio, São Paulo, Minas Gerais, Salvador, onde, com essas chuvas, as pessoas ficam numa insegurança. É terrível!

Aliás, Sr. Presidente, o Cimento Social é um esforço que temos feito na favela da Providência, para tentar resgatar essa vergonha, essa página triste da nossa história.

Sr. Presidente, muito obrigado pelo tempo que V. Ex^a generosamente me concedeu, inclusive estendendo esta sessão.

Quero dizer ao povo brasileiro que vamos sair desta crise, com muito trabalho e com muito esforço. Nós não vamos nos intimidar, porque temos um potencial e, acima de tudo, somos um povo acostumado a crescer nos desafios.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após pronunciamento cheio de entusiasmo no futuro do Brasil e do Governo, do Senador Marcelo Crivella, que representa o PRB, nós, representando a Mesa Diretora, levamos nossas palavras aos céus e a Deus pedindo pela recuperação do Presidente do seu partido, José Alencar, nosso Vice-Presidente da República e cidadão mineiro.

Convidamos para usar da palavra a Senadora Rosalba Ciarlini. Ela é do Democratas, do Estado do Rio Grande do Norte; médica, foi três vezes extraordinária Prefeita de Mossoró, com perspectivas invejáveis na política do Rio Grande do Norte, do Nordeste e do Brasil.

V. Ex^a é a última oradora, mas, no Livro de Deus, os últimos serão os primeiros. E é verdade. V. Ex^a, de todos os que passaram aqui, é a primeira que entra no meu coração.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Presidente.

Depois dessa prova que o senhor mais uma vez me colocou, a prova da paciência – espero ter passado com uma boa nota –, eu gostaria de agradecer, até porque sei que terei o tempo necessário para falar de um assunto que todos nós, brasileiros, de cada região, do Norte, do Sul e, principalmente, do meu Nordeste.

Senador Mão Santa, como faço todo final de semana, fui ao meu Estado no último final de semana. Tive a oportunidade de, na sexta-feira, viver um momento que considero muito feliz. Lá na cidade de Natal, participei da reinauguração do Centro de Artesanato da Praia dos Artistas e pude testemunhar a alegria e o sentimento de realização dos artesãos, por meio do Presidente da sua associação, o Sr. Tarcísio Figueiredo de Lucena, porque o artesanato é a mais pura expressão de cultura popular e é um fator econômico

importante, capaz de gerar ocupação e renda para muitas e muitas famílias brasileiras.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Centro de Artesanato da Praia dos Artistas foi totalmente reformado, recuperado, e gostaria que V. Ex^{as} entendessem a importância desse momento. Na década de 80, com o aumento do turismo, os artesãos começaram a ter um pouco de atenção. São homens e mulheres que, com um trabalho magnífico, um trabalho de artista mesmo, fazem as suas peças com a transformação de madeiras, de fibras, das mais diversas matérias-primas. Eles são os nossos santeiros, são as nossas rendeiras, são os nossos ceramistas, são as nossas bordadeiras. São homens e mulheres que, muitas vezes, não têm educação formal, mas, lá no seu cantinho, na sua cidade, estão fazendo o seu trabalho, criando beleza, trabalhando com matérias-primas de cada região, por meio das técnicas que eles perpetuam, pelas tradições e pelos valores culturais. Esse trabalho é anônimo muitas vezes, mas reflete o talento da nossa gente e a força do nosso povo.

Pois bem. Estive nessa inauguração. Foi um trabalho importante de cerca de 100 artesãos – são 100 espaços que existem no Centro de Artesanato da Praia dos Artistas –, que se organizaram e formaram uma associação, e o presidente da associação, com muito entusiasmo e dedicação, nos mostrava como foi grande a luta, até que encontraram no Sebrae o apoio importante para capacitação, para ajuda com a legalização e, com isso, chegaram até um programa do Banco do Brasil.

Esteve presente nessa inauguração o Presidente do Banco do Brasil, Lima Neto, mostrando a força da organização do povo, de homens e mulheres que podem e que estão mostrando que são capazes, com dignidade, tendo uma mão amiga, tendo financiamento que traz para eles a oportunidade de poderem ter o seu próprio espaço.

E, a partir dali, Senador Mão Santa, não são apenas cem; são milhares que se multiplicam, porque eles estão ali mostrando a Natal, aos turistas, a todo o Brasil e ao mundo, a todos que ali chegam, os produtos fabricados por milhares de homens e mulheres, lá do Seridó, do oeste, da região central, das praias, mostrando essa beleza, essa força do nosso trabalho.

E, hoje, se eles já estão tendo apoio de instituições federais, como o Banco do Brasil, de uma instituição que eu respeito – e tive um trabalho permanente, quando Prefeita, na capacitação, na organização, no incentivo a atividades que, aparentemente pequenas, fazem gerar emprego e renda, neste País –, que é o Sebrae, nós temos aqui que dizer que é importante que esse apoio seja cada vez maior. Que não somente o

artesão, mas qualquer cidadão e cidadã brasileira que tenha capacidade, que tenha aptidão, que tenha a criatividade possa chegar com uma ferramenta de trabalho e gerar o seu próprio emprego, sua própria renda.

Quando digo isso, Senador Mão Santa, Senador Eduardo Azeredo, é porque, quando Prefeita, eu tive uma oportunidade, na minha cidade, de criar o Balcão do Trabalhador, que nada mais era do que fazer com que homens e mulheres que precisavam de uma ferramenta de trabalho para começar o seu próprio negócio, uma microempresa, pudessem ter o financiamento desburocratizado, em que o avalista era o próprio cidadão, que lá chegava para pegar o seu financiamento. E a Prefeitura fez este programa: Balcão do Trabalhador. Com esse programa, foi possível criar condições para que mais de duas mil microempresas na cidade surgissem, gerando, cada uma, três, quatro, cinco, dezenas de empregos, trazendo a oportunidade.

Hoje, caminhando pela cidade, vejo muitos que começaram com uma pequena máquina, muitas vezes de costura, ou um pequeno equipamento para começar uma oficina mecânica. Hoje, já cresceram, já não são micro, já podem ser considerados médios empreendedores. Tudo isso partiu do apoio de um financiamento desburocratizado, sem avalista, acreditando, confiando que aqueles que precisam, os pobres, pagam as suas contas.

Para o senhor ter uma idéia, Senador Azeredo, a inadimplência não chegava nem a 0,5% de tudo o que a Prefeitura, com esse fundo de aval, com esse Balcão do Trabalhador, com recursos da Prefeitura e com instituições financeiras, conseguiu fazer chegar.

Esse trabalho continua, porque é importante, mas ele deveria ser ampliado. Esse trabalho deveria existir em todo o Brasil, porque, nesta crise, ouvimos falar em recursos que são levados para grandes empresas, que estão aí à disposição dos bancos, das empresas. Não que sejamos contra. É preciso salvar a grande indústria, porque gera emprego, mas é preciso também um programa específico de apoio, de incentivo, que chegue com facilidade àqueles que estão querendo produzir neste País, que precisam apenas de uma ferramenta de trabalho para começar o seu próprio negócio. Que seja o artesão mostrando a sua capacidade, que seja a arte de todas as formas, o ofício de todas as formas, mas que chegue gerando oportunidade, gerando renda e começando, através de programas como esse, o início de mais e mais microempresas em nosso País.

Concedo o aparte ao nobre Senador Eduardo Azeredo.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senadora Rosalba Ciarlini, traz V. Ex^a aqui um assunto realmente da maior importância, porque, neste momento especí-

fico de crise financeira, quando exatamente o trabalhador perde o seu emprego, a primeira coisa que ele vai tentar fazer, além de receber o seguro desemprego, é procurar trabalhar por conta própria. Agora, como ele trabalha por conta própria? O seguro desemprego é para quem tem realmente um emprego de carteira assinada, mas quem não tem e perde o emprego vai buscar um emprego próprio. Como ele faz isso? Em geral, ele não tem recursos. Nós não temos os programas que estão disponíveis aí. O chamado Banco do Povo chegou a ser implantado em alguns pontos. Lá mesmo, em Minas, eu cheguei a implantá-lo, em conjunto com a prefeitura de Ipatinga. Mas o fato é que o Banco do Povo seria uma alternativa nesse sentido de emprestar pequenas quantias para que as pessoas pudessem abrir pequenos negócios. Essa é, portanto, uma área que é muito bem lembrada. Nós precisamos dar condições aos artesãos, dar condição ao pequeno comerciante, ao pequeno fabricante, para que ele possa tocar o seu negócio, especialmente num momento como este, em que a crise financeira mostra a sua pior faceta, que é a do desemprego.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Senador, agradeço. O senhor fala, também com conhecimento dessa questão, que o Banco do Povo são ações pontuais, mas eu dizia de uma grande ação neste País, que realmente abrisse oportunidades para todos, em todos os Estados, em todas as regiões. São recursos que viriam para ajudar a superar a crise.

Tem mais: muitos que estão no Bolsa-Família, se tivessem uma oportunidade dessa, estariam com toda a dignidade – tenho certeza – trabalhando, gerando sua renda e dizendo: “eu mantenho a minha família com o suor do meu trabalho”. Isso é o que quer dizer cidadania, isso é o que quer dizer liberdade. É o cidadão poder, com o seu trabalho, com a sua capacidade, com a sua inteligência, com a sua força, sustentar sua própria família. Isso é o sonho de todos. Sei que o Bolsa-Família está ali para diminuir as dificuldades e a fome daqueles que estão sem nada. Porém, o Governo tinha de criar, ao lado, um programa específico para resgatar, para retirar, para emancipar, para libertar e para dar condições de trabalho e de renda. Nessa hora em que estamos falando tanto em desemprego, essa é uma forma, é um caminho. O senhor tem experiência e eu também tive. Quantos e quantos governantes também tiveram oportunidade de fazer um pouco! Mais não foi possível foi avançar, porque faltou o apoio.

Então, em nome dos artesãos do meu Estado, quero aqui deixar o meu reconhecimento à valorização, à luta de todos os artesãos do Brasil. Sei que, muitas vezes, sem nenhum apoio, sem nenhuma condição, mas com garra, com determinação, enfrentando as

mais diversas adversidades, o artesão foi em frente para mostrar a sua arte, para poder fazer, cada vez mais, a cultura brasileira ser mais forte, porque artesanato é cultura, é o trabalho da gente, é a arte do nosso povo.

Eu queria aqui parabenizá-los e convidar a todos os que forem ao Rio Grande do Norte: não deixem de passar lá no Centro de Artesanato de Natal. Ali está a força dos artesãos, que se agruparam em uma associação, que foram atrás do Banco do Brasil e conseguiram esses financiamentos, um a um, mas unidos nessa força, e conseguiram realmente recuperar esse equipamento que estava em situação realmente de calamidade. Agora está bem estruturado, recebendo bem o turista, recebendo bem os visitantes e engrandecendo a nossa terra. Por maior que seja o talento individual, Senador Mão Santa, e a força da vontade de cada um, é preciso somar esforços, reunir forças, organizando-se em associações e cooperativas. Essa união vai aumentar muito a força de cada um, e todos vão ter mais e melhores oportunidades para criar, vender, e, assim, o emprego, a oportunidade e a renda para o nosso povo, reconhecendo o valor e a luta daqueles que, com as suas mãos, com a sua criatividade, com a sua arte, fazem e escrevem a história do nosso País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Cumprimos V. Ex^a, que tem uma perspectiva invejável – deverá ser a próxima Prefeita ou Governadora do seu Estado –, e Azeredo, com a sua experiência de ex-Governador. Isso de inventar a roda existe; é o Banco do Povo do Professor Yunus, Grameen Bank, de Bangladesh. É isso que a senhora disse. Funciona. Eu criei quando Governador do Estado. Não vamos inventar a roda. É tão fabuloso esse Grameen Bank, do Professor Yunus, de Bangladesh, que os Estados Unidos implantaram. Ele teve acesso a Hillary Clinton, que o levou a Bill Clinton. Bill Clinton ouviu, ficou entusiasmado, mas com um país capitalista, com bancos poderosos, ele não podia adotar diretamente, mas pediu que a esposa o levasse ao Secretário, e ele entrou nos Estados Unidos, o trabalho do Professor Yunus, o Grameen Bank, o Banco do Povo. Isso é uma realidade, e há livros, estudos sobre isso. E eu fiz quando governei o Estado do Piauí. É isso, cooperativo, sério e com aptidão. V. Ex^a, com certeza, ainda vai abrir esse Banco do Povo. Eu quero ir lá quando a senhora for Governadora.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Agradeço, parabenizando V. Ex^a, que fez a sua parte, mas mostrando que foram ações pontuais. Nós precisamos

de uma ação que chegue para todas as pessoas que estão precisando.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Banco do Povo chega.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Quero também dizer aqui, fazer uma referência a uma outra ação que aconteceu no meu Estado, que, naquele momento, foi decisiva, foi importante, e que, infelizmente, não continuou, que foi o Balcão de Ferramentas, quando o Senador José Agripino foi Governador.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Banco do Povo prevê isso.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – O Balcão do Trabalhador tem muito do que era o Balcão de Ferramentas. Foi quando começou, foi o primeiro modelo no Brasil, que foi esse do Senador Agripino, no Balcão de Ferramentas.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Vou exemplificar como funciona. Fizemos, e muitos funcionavam. Eu botava o serviço social do banco. Vou lhe exemplificar. Um carro de pipoca, na época, era R\$300,00; um carro de pipoca, Azeredo. Então, ia lá no serviço social e orientava para o Banco do Povo. Aquela pessoa tirava R\$300,00 do serviço social. Ele sabia, ele trabalhava. Ele não tem esse lucro todo, e são várias prestações pequenas. Então, ele ganhava, o pipoqueiro, trabalhando, orientando, fazendo, ganhava dois salários mínimos. Então, se ele tirou R\$300,00, ele devolvia R\$30,00 por mês. Em dez meses, girava aquilo e a comunidade...

Quer dizer, o Banco do Povo não emprestava aleatoriamente, não. Vou dar um exemplo. A maioria é salão de beleza. A pessoa já tem o salão, mas quer um aparelho novo, um secador novo... Funciona; é uma realidade. A idéia foi do Professor Yunus. Ele se formou nos Estados Unidos, em Economia, mas fez lá em Bangladesh. O nome do banco é Grameen.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Foi algo parecido, semelhante, que fiz também quando Prefeita: o Balcão do Trabalhador, que ainda continua lá na cidade por intermédio da administração da Prefeita Fafá. Mas era algo realmente nesse modelo, nesses moldes. Nós tínhamos os recursos. A pessoa chegava – era sem burocracia, sem avalista – e conseguia o empréstimo, vamos supor, para comprar uma máquina de costura – vou dar aqui o exemplo de máquina de costura, uma overlock, uma coisa assim – de R\$500,00. Então se dava, tinha carência que ia até seis meses, sem juros. Passava-se a pagar aquelas parcelas e, muitos, quando já começavam a passar e estavam tendo renda, pagavam todas para poder ter um segundo empréstimo para uma segunda máquina. Assim, essas microempresas – mais de duas

mil – foram surgindo na cidade, mostrando realmente desenvolvimento, renda e oportunidade. Por isso, também, posso dizer que esse foi um dos motivos que fez com que a cidade de Mossoró esteja sendo mostrada, por meio dos organismos de avaliação e de pesquisa, como uma das melhores do Brasil para chegar, colocar seu próprio negócio e começar uma profissão. Isso é desenvolvimento, graças a Deus!

Obrigada, Senador Mão Santa. Para finalizar, eu queria apenas deixar aqui também meu reconhecimento e a valorização à carreira de repórter. Eles estão, a qualquer hora do dia ou da noite, onde a notícia acontece, chegando, verificando, confirmando, informando a todos nós, brasileiros, e ao mundo todo. Então, fica aqui o nosso reconhecimento e parabéns pelo seu dia aos repórteres brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 87, DE 2009

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com as tradições da Casa, a inserção em Ata de Voto de Aplauso à Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado do Paraná – Fetiep, pelo transcurso, nesta data, do 60º aniversário de fundação da entidade.

Justificação

Os trabalhadores nas indústrias do Paraná têm, hoje, um motivo para comemorar. Isto porque transcorre, nesta data, a significativa passagem do 60º aniversário de fundação de sua entidade máxima estadual, que é a FETIEP – a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado do Paraná.

Ao longo de seis décadas a Fetiep vem, numa ação discreta, porém firme, lúcida e eficiente, se consolidando como a legítima e cada vez mais eficiente entidade representativa dos trabalhadores das indústrias.

Com a confiança das lideranças sindicais dos mais diversos segmentos daquela categoria, hoje a Fetiep representa mais de 30 sindicatos, que congregam cerca de 280 mil trabalhadores de áreas industriais tão distintas como a extração de carvão, a confecção de vestuários ou a indústria química.

Intransigente numa posição que também é minha – contra qualquer iniciativa que prejudique direitos já conquistados pelos trabalhadores – a Fetiep vem se destacando como uma das mais organizadas e atu-

antes federações estaduais de trabalhadores. Mais do que apenas reivindicar mais direitos para os trabalhadores, a Fetiep defende a posição, com a qual também comungo, de que o poder público deve se empenhar em melhorar a distribuição de renda adotando uma política de expansão da produção e a conseqüente ampliação do número de postos de trabalho.

A credibilidade que a Fetiep conquistou, pela maneira firme porém equilibrada como defende os interesses dos seus representados, pode ser constatada pelo fato de ser ela a única entidade que participa, em nome da classe trabalhadora, do Conselho de Cidadania Empresarial da Federação das Indústrias do Estado do Paraná – FIEP.

Por todos estes fatos, entendo que a Fetiep, representada por seu presidente, Luiz Ary Gin, se faz merecedora, nesta expressiva data, deste Voto de Aplauso por parte do Senado Federal.

Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 2009 – Senador **Alvaro Dias**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 88, DE 2009

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com as tradições da Casa, a inserção em Ata de Voto de Aplauso ao povo e governantes da Lituânia, no Leste Europeu, pelo transcurso, nesta data, do 91º aniversário da independência daquele país.

Justificação

A República da Lituânia, bravo país do Leste Europeu, comemora na data de hoje 91 anos de sua independência, proclamada que foi, em 16 de fevereiro de 1918, por um conselho de cidadãos presidido por Jonas Basanavicius.

A história da Lituânia na verdade é muito mais antiga e repleta de episódios de obstinação e resistência à dominação estrangeira. É uma saga que remonta a muitos séculos, mais exatamente ao distante ano de 1253, quando o líder Mindaugas conseguiu unir as diversas tribos lituanas, que habitavam aquela região e constituiu um país, do qual se fez coroar rei.

De lá para cá, ao longo de mais de 800 anos, por conta de sua posição estratégica e em decorrência do fato de se tratar de um país de dimensões modestas e cercado por vizinhos poderosos, a história da Lituânia

e seu povo foi, por muito tempo, uma sucessão de ocupações, partilhas e anexações. Mas, principalmente, também uma sucessão de heróicas demonstrações de resistência de um povo em abrir mão de sua identidade cultural e de sua independência.

Entre os séculos XIV e XVI, a Lituânia tornou-se uma das mais poderosas nações do Leste Europeu, com seu território estendendo-se do mar Báltico, ao norte, até o mar Negro, ao sul. Sua evolução foi de tal ordem que em 1571, quando o Brasil ainda era uma incipiente colônia portuguesa; apenas seis anos depois que Estácio de Sá fundara o Rio de Janeiro; e quando São Paulo, no meio da selva, era um povoado de apenas 17 anos de idade, Vilnius, a capital da Lituânia, já era sede de uma universidade.

No final do século XVI, o país chegou a aceitar a anexação pela vizinha Polônia, para se defender das ambições russas. A manobra não deu certo porque a própria Polônia não teve forças para resistir ao poderio dos vizinhos e acabou ocupada, no final século XVIII. A Lituânia, com isso, se viu dividida entre o império russo, que se apropriou da maior parte do seu território e a antiga Prússia. Tanto lituanos como poloneses se rebelaram, pegaram em armas, mas, ainda que lutando bravamente, não dispunham de poderio militar suficiente para derrotar os inimigos e por isso foram obrigados a se submeter.

Mais tarde, durante a I Guerra Mundial, a exatos 91 anos, pressionada e cobiçada, de um lado pela Alemanha, que queria dominá-la; do outro pela Rússia, que a mantinha sob seu domínio, a Lituânia proclamou sua independência. Independente ela permaneceu, mas até outubro de 1939, quando, logo no início da II Guerra Mundial, foi invadida, agora por tropas soviéticas. Durante todo o conflito o pequeno país se viu ocupado ora pelos nazistas, ora pelos soviéticos, que a retomaram ao final do conflito.

Os soviéticos conseguiram, por muito tempo, manter a Lituânia como um de seus satélites. Mas nem eles, nem nenhuma das outras poderosas nações que a ocuparam ou dominaram anteriormente, conseguiram quebrar a dignidade, a identidade cultural e principalmente os anseios pela liberdade e independência do aguerrido povo lituano. Tanto que, assim que o colosso soviético começou a apresentar rachaduras e bem antes que desmoronasse de vez, o que só veio a ocorrer em 25 de dezembro de 1991, a heróica Lituânia posicionou-se como a primeira das repúblicas a proclamar sua independência de Moscou, já em 11 de março do ano anterior.

Por essa bela e exemplar história de resistência a invasões e ocupações estrangeiras, por tudo o que vem conseguindo construir ao longo dos tempos, mesmo enfrentando todas aquelas provações, considero

merecedores desta homenagem, por parte do Senado Federal, o governo do presidente Valdas Adamkus, a quem tive a honra de recepcionar aqui nesta Casa; o bravo povo lituano; e, particularmente os descendentes daqueles que lá nasceram mas escolheram nosso país como segunda pátria, aos quais, em grande parte, o Paraná, que aqui represento, teve a honra de receber, de braços abertos.

Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 2009. – Senador **Alvaro Dias**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 89, DE 2009

Nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos arts. 215, inciso I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitados ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda os seguintes esclarecimentos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em relação à aquisição do controle acionário da Aracruz Celulose pela Votorantim Celulose e Papel, anunciada em janeiro deste ano:

1 – Qual a base legal para a oferta de compra aos acionistas detentores de ações preferenciais da Aracruz, pelo novos controladores, em valores abaixo do de mercado, a partir de uma relação de troca de ativos arbitrada unilateralmente?

2 – Recentemente, tanto a Votorantim quanto a Aracruz sofreram sérios prejuízos em operações com derivativos cambiais. Logicamente, esperavam-se repercussões negativas sobre o valor das ações dessas empresas. Entretanto, constata-se que foram arbitrados aumentos nos valores das ações ordinárias dessas empresas, ao mesmo tempo em que se procedeu a uma desvalorização de ações preferenciais da Aracruz. Tudo isso indica que o grupo de acionistas majoritários agiu em causa própria, supervalorizando as ações ordinárias e desvalorizando as ações preferenciais, num flagrante desrespeito aos acionistas preferenciais. Tais procedimentos contrariam as diretrizes do Parecer de Orientação CVM n° 35, de que, embora a relação de troca possa ser negociada livremente, a posição do administrador em operações de incorporação de ações deve ser tomada **em benefício de todos os**

acionistas e não apenas de seu controlador?
Que princípios foram usados para basear esses cálculos? Prejuízos ou diminuição de valor dos ativos não deveriam ser imputados a todas as ações, de forma justa e proporcional? Foi procedida reavaliação dos ativos?

3 – A CVM realiza algum trabalho de investigação sobre possíveis irregularidades na operação? Que medidas ou iniciativas punitivas ou reguladoras são pertinentes ao caso, uma vez constatadas irregularidades?

4 – Quais são os recursos legais e regulamentares que estão à disposição dos investidores eventualmente lesados para buscar o ressarcimento de suas perdas?

Justificação

Em janeiro deste ano a Votorantim Celulose e Papel anunciou a aquisição da participação acionária do grupo Arapar na Aracruz Celulose. Com isso, a empresa assumirá o controle acionário da Aracruz, uma das maiores produtoras mundiais de papel e celulose.

O negócio teve financiamento do BNDES e teria causado prejuízos aos acionistas minoritários da Aracruz, com o pagamento de valores abaixo dos de mercado aos detentores de ações preferenciais, e supervalorização do valor das ações ordinárias, que garantiriam o controle da Aracruz.

Recebi dezenas de *e-mails* de acionistas minoritários que foram prejudicados pela operação, até pelo fato dela ter sido realizada em um momento em que as ações da Aracruz estavam nos níveis mais baixos dos últimos anos, devido às perdas da empresa com derivativos cambiais.

O mercado acionário brasileiro foi uma das principais fontes de financiamento dos investimentos privados nos últimos anos, mas operações duvidosas como a relatada afastam investidores brasileiros e estrangeiros e colocam em risco os avanços conquistados no período recente.

Assim, torna-se essencial que a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) esclareça os aspectos controversos da operação de aquisição do controle da Aracruz pela Votorantim Celulose e Papel, sobretudo porque a operação foi financiada com recursos públicos do BNDES.

Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 2009. – Senador **Alvaro Dias**.

(À Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O requerimento que acaba de ser lido será despa-

chado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 90, 2009

Requeiro, nos termos do inciso II art. 218 do Regimento Interno, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Padre Simões, intransigente defensor do Patrimônio Histórico e Cultural, pároco da Matriz de Nossa Senhora do Pilar, em Ouro Preto, Minas Gerais, ocorrido no dia 20 de janeiro deste ano, na capital mineira.

Justificação

Após ter estudado no Seminário do Coração Eucarístico de Belo Horizonte, José Feliciano da Costa Simões foi ordenado padre pela Arquidiocese de Mariana em 1957. Dedicou seus 52 anos de vida sacerdotal às causas da comunidade, com destaque à defesa do patrimônio artístico e cultural de Ouro Preto.

Foi pároco da Igreja de Nossa Senhora do Pilar desde 1963, Cônego da Arquidiocese de Mariana e Vigário forâneo de Ouro Preto tendo criado Fundação Museu de Arte Sacra e o Centro Social da Família Ouropretana – CESFO.

Filho do Coletor Federal, Bianor Simões Coelho e Gabriela Baeta Costa Simões, José Feliciano cresceu na Rua Getúlio Vargas. Sua família é descendente do Barão de Camargos, sendo que a casa do próprio Barão fora doada para o Instituto do Patrimônio Histórico pela família de Padre Simões. Por isso é conhecida nos dias atuais como a “Casa da Baronesa”

Em 1994, Padre Simões recebeu o Prêmio Nacional de Cultura Rodrigo Melo Franco de Andrade, destinado às pessoas que se destacaram pelo zelo com o patrimônio histórico. Além do diploma e da medalha, o prêmio também rendeu a ele a quantia de R\$ 25 mil, que foram precisamente investidos na reforma do telhado da Igreja de Nossa Senhora do Rosário.

Político influente, sempre participou dos movimentos da política, entendida por ele como a melhor forma da promoção dos anseios da população, principalmente a mais carente.

Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 2009. – Senador **Eduardo Azeredo**.

REQUERIMENTO Nº 91, DE 2009

Requeiro, nos termos do inciso II art. 218 do Regimento Interno, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, aos 82 anos, do filantropo e humanista Célio Trópia, ocorrido no dia 19 de janeiro deste ano, na capital mineira.

Justificação

Célio de Oliveira Trópia, nascido aos 26 de dezembro de 1926 na cidade de Ouro Preto, Minas Gerais, formou-se em administração de empresas tendo trabalhado toda sua vida na CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais, até a sua aposentadoria.

Juntamente com um grupo de amigos que tinham em comum a fé cristã e o firme propósito de trabalhar em benefício do próximo, a partir de 1º de março de 1969 teve início uma distribuição de sopa para os pobres na Alameda do Ipê Branco, 129, na Pampulha, em sua residência. Dois anos depois a tarefa foi transferida para uma sede própria, inaugurada no ano de 1972, já denominada “Núcleo Assistencial Caminhos para Jesus”, que fizera a opção para cuidar de crianças.

Aos poucos, o trabalho convergiu para as crianças com sérias deficiências físicas, portadoras de paralisia cerebral e outras síndromes. O atendimento a pessoas com deficiência era pioneiro e despertou a atenção da sociedade, que passou a ajudar e o Núcleo começou a crescer. Pessoalmente pedia contribuições aos amigos e colegas de trabalho, para manutenção e construção das unidades. Passo a passo, dia a dia, comparecia ao Núcleo sem falta, mesmo doente, até o dia anterior ao seu falecimento.

Reconhecer os serviços prestados por Célio Trópia é valorizar a solidariedade e o amor ao próximo, é valorizar um benfeitor, um homem iluminado por Deus!

Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 2009. – Senador **Eduardo Azeredo**.

REQUERIMENTO Nº 92, DE 2009

Requeiro, nos termos do inciso II art. 218 do Regimento Interno, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, aos 89 anos, do ambientalista Hugo Werneck, ocorrido no dia 20 de dezembro de 2008, na capital mineira.

Justificação

Hugo Eiras Furquim Werneck nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais. Formou-se em 1938 em odontologia pela Universidade de Minas Gerais – UMG – como Cirurgião Dentista e Clínico Geral, profissão que exerceu por 54 anos ininterruptamente. Na juventude foi jogador de basquete pelo Minas Tênis Clube.

Ministrou cursos diversos na área de odontologia sobre “Ética profissional e Assuntos Correlatos”. Foi Presidente do Sindicato dos Odontologistas de Minas Gerais na década de 50. Pertenceu ao grupo de dentistas que organizou e criou o Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais.

Simultaneamente ao exercício da profissão, em 1942 começou a inquietar-se diante do desmatamento acelerado que ocorria, ao mesmo tempo, na floresta Rio Doce e no cerrado a partir de Sete Lagoas, pois o carvão se fazia uma exigência da indústria siderúrgica, em expansão e base da economia de Minas Gerais. Em 1973, logo depois da conferência de Estocolmo, participou diretamente da fundação de uma organização não-governamental sobre questões ambientais, o Centro para a Conservação da Natureza em Minas Gerais – CCNMG, do qual foi Presidente até então.

Por dois mandatos consecutivos exerceu a Presidência da Fundação Zoo-Botânica de Belo Horizonte (MG), no período de março de 1993 até dezembro de 2000. Participou da criação da Fundação Biodiversitas, de cujo Conselho Curador foi membro nato, até julho de 2001. Atuou como integrante do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Belo Horizonte – COMAM – durante duas gestões consecutivas.

Participou, desde sua instalação, do Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM, tendo exercido até junho de 2000, a presidência de várias Câmaras da Instituição. Serviu ao Instituto Estadual de Florestas – IEF, em seu Conselho Deliberativo, no período de 1995 a 1998.

Participante ativo no projeto de revitalização do Rio São Francisco por meio do IEF e CCNMG, foi consultor na área de ecologia e meio ambiente na Fundação Belgo-Arcelor do Brasil, desde 2002, e foi membro efetivo do Conselho da Fundação de Parques Municipais de Belo Horizonte.

Membro fundador da Equipe do Movimento Familiar Cristão em Minas Gerais, tendo participado de sua direção, desde a equipe diocesana em Belo Horizonte, na direção nacional, como na ELA, em dimensão Latino Americana.

Foi membro do Conselho Universitário da UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais por três mandatos consecutivos – início do primeiro mandato com o magnífico Reitor Professor Eduardo Osório Cisalpino. Participou nos finais da década de 90, de encontros que centraram a Educação em seus aspectos formais e não formais.

Palestrante em diversas instituições empresariais, comunidades civis e universitárias, etc., com frequência, a convite das mesmas, focalizava temas ligados à pessoa, seu entorno, relações família e sociedade. Considerava a pessoa enquanto sujeito sócio-histórico-cultural, protagonista de sua própria história, constituindo a subjetividade por meio da teia das relações interpessoais e interação com o meio ambiente, entendido como ecológico, social, econômico, cultural, político, plural, etc.

Foi um verdadeiro humanista, preocupado com o destino do homem enquanto ser. Sonhava com o ser superando o ter, com a diminuição do consumo exacerbado do mundo moderno, globalizado. Sonhava com uma nova dimensão da cidadania ecológica, pela qual, através da reaproximação do homem com o meio em que vive, a rerepresentação da natureza, sob nova perspectiva, menos utilitarista, mais afetiva e emocional, acreditava que assim pode-se ter uma visão renovada da vida e do meio onde ela se desenrola, sem ameaças, pressões e punições.

Foi casado com Wanda Azeredo Furquim Werneck com quem teve onze filhos, Rodrigo, Humberto, Otávio, Ângela, Maria Regina, Marcos, Maria Elizabeth, Flávio, Gustavo, Maria Virgínia e Ana Maria, que lhe deram 25 netos e 4 bisnetos.

Em segundas núpcias casou-se com Maria da Penha Mendes Furquim Werneck que deixa viúva.

Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 2009. – Senador **Eduardo Azeredo**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –

A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

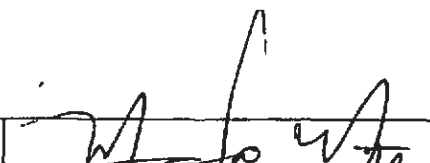
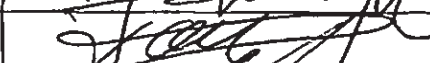



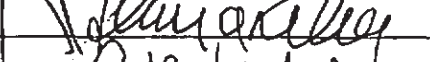










Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 93, DE 2009

Em aditamento aos Requerimentos nºs 200 e 818, de 2008. Requeremos seja prorrogado o prazo de funcionamento de 180 (cento e oitenta dias), da Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de sete titulares e cinco suplentes, destinada a apurar utilização da internet na prática de crimes de “pedofilia”, bem como a relação desses crimes com o crime organizado; e que sua previsão de gastos seja acrescida em R\$200.000,00 (duzentos mil reais).

Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 2009.

1.		Manoel Horta
2.		Paulo Paiva
3.		Abelina Santana
4.		Virgílio de Carvalho
5.		Carlos Alti
6.		Aires Filho
7.		Arthur Vitorino
8.		João Vinagre
9.		Augusto Botelho
10.		Miro
11.		Mozarildo
12.		Antônio Carlos Valadão
13.		Romeu Tuma
14.		Osma Dias
15.		Renato Casagrande
16.		Senya

17.	Edmundo Cupic	Edmundo Cupic
18.	João de Deus	João de Deus
19.	Leonar	Leonar
20.	Ideli Salvati	Ideli Salvati
21.	Alcristian	Alcristian
22.	Luiz Felipe	Rosalia Chagas (M MACIEL)
23.	Roberto	Roberto
24.	Almeida	Mto Almeida
25.	Adão de Deus	Adão de Deus
26.	Luiz	Henrique Farias
27.	Luiz	CICERO LUCENA
28.	Luiz	Luiz Lima
29.	Luiz	Luiz Lima
30.	Luiz	Woukwa Gomes
31.	Luiz	Estácio Alves
32.	Luiz	Alexs Ribeiro
33.	Luiz	Romero Junior
34.	Luiz	Aspindo Maia
35.	Luiz	ANTONIO CARLOS JUNIOR
36.	Luiz	João Yacoucos
37.	Luiz	Tasso José de C.
38.	Luiz	Eliete Resende
39.	Luiz	WALDIR RAUPP
40.	Luiz	CÉSAR BORGES
		Gerson Caneta

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento que acaba de ser lido contém subscritores em número suficiente para a prorrogação solicitada, nos termos do art. 152 do Regimento Interno.

Será publicado para que produza os devidos efeitos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, ofício do Presidente da Câmara dos Deputados que passo ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 107/SGM-P

Brasília, 11 de fevereiro de 2009

Assunto: Rejeição de Medida Provisória

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em sessão do dia 10 de fevereiro de 2009, o Plenário desta Casa rejeitou por inadmissibilidade a Medida Provisória nº 446, de 10 de novembro de 2008, do Poder Executivo, que “Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social, e dá outras providências.”, e determinou o seu arquivamento, nos termos do disposto no parágrafo único do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Remeto, em anexo, o processado da referida Medida Provisória. – Deputado **Michel Temer**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A matéria vai à Comissão Mista.

Sobre a mesa, ofício do 1º Secretário da Câmara dos Deputados que passo a ler

É lido o seguinte:

Of. nº 107/09/PS-GSE

Brasília, 12 de fevereiro de 2009

Assunto: Encaminha autógrafo de Projeto de Lei sancionado

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei nº 3.117, de 2008 (PLS nº 695/07), o qual “Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que “aprova o Plano Nacional de Viação e dá outras providências”, para modificar o traçado da BR-174.”, foi sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República e convertido na Lei nº 11.879, de 19 de dezembro de 2008.

2. Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da mensagem e do texto da lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente, – Deputado **Rafael Guerra**, Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação e será juntado ao processado do Projeto de Lei do Senado nº 695, de 2007.

Sobre a mesa, ofício do 1º Secretário da Câmara dos Deputados que passo a ler

É lido o seguinte:

Of. nº 108/09/PS-GSE

Brasília, 12 de fevereiro de 2009

Assunto: Encaminha autógrafo de Projeto de Lei sancionado

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei nº 2.520, de 2007 (PLS nº 539/07), o qual “Institui o Dia Nacional da Leitura e a Semana Nacional da Leitura e da Literatura.”, foi sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República e convertido na Lei nº 11.899, de 8 de janeiro de 2009.

2. Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da mensagem e do texto da lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente, – Deputado **Rafael Guerra**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação e será juntado ao processado do Projeto de Lei do Senado nº 539, de 2007.

Sobre a mesa, ofício do 1º Secretário da Câmara dos Deputados que passo a ler

É lido o seguinte:

OF. nº 109/09/PS-GSE

Brasília, 12 de fevereiro de 2009

Assunto: Encaminha autógrafo de Projeto de Lei Sancionado

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei nº 5.298, de 2005 (PLS nº 354/04), o qual “Inscreve o nome de Ildelfonso Pereira

Correia, o Barão de Serro Azul, no Livro dos Heróis da Pátria.”, foi sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República e convertido na Lei nº 11.863, de 15 de dezembro de 2008.

2. Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da mensagem e do texto da lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente, – Deputado **Rafael Guerra**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação e será juntado ao processado do Projeto de Lei do Senado nº 354, de 2004.

Sobre a mesa, ofício do 1º Secretário da Câmara dos Deputados que passo a ler

É lido o seguinte:

OF. nº 110/09/PS-GSE

Brasília, 12 de fevereiro de 2009

Assunto: Encaminha autógrafo de Projeto de Lei sancionado

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei nº 3.125, de 2008 (PLS nº 732/07), o qual “Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que “aprova o Plano Nacional de Viação e dá outras providências”, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, o acesso da Rodovia BR-101 ao Aeroporto Regional Sul, no Município de Jaguaruna, no Estado de Santa Catarina.”, foi sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República e convertido na Lei nº 11.862, de 15 de dezembro de 2008.

2. Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da mensagem e do texto da lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente, – Deputado **Rafael Guerra**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação e será juntado ao processado do Projeto de Lei do Senado nº 732, de 2007.

Sobre a mesa, ofício do 1º Secretário da Câmara dos Deputados que passo a ler

É lido o seguinte:

OF. nº 111/09/PS-GSE

Brasília, 12 de fevereiro de 2009

Assunto: Encaminha autógrafo de Projeto de Lei sancionado

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei nº 3.773, de 2008 (PLS nº 250/08), o qual “Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para aprimorar o combate à produção, venda e distribuição de pornografia infantil, bem como criminalizar a aquisição e a posse de tal material e outras condutas relacionadas à pedofilia na Internet.”, foi sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República e convertido na Lei nº 11.829, de 25 de novembro de 2008.

2. Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da mensagem e do texto da lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente, – Deputado **Rafael Guerra**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação e será juntado ao processado do Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2008.

Sobre a mesa, aviso do Presidente do Tribunal de Contas da União que passo a ler.

É lido o seguinte:

– Aviso nº 3, de 2009-CN (nº 56-Seses/TCU-Plenário), do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão nº 93, de 2009-TCU (Plenário), bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram relativo ao levantamento de auditoria realizado em obras integrantes do projeto de Modernização e Adequação de Sistemas da Refinaria Presidente Getúlio Vargas, no Estado do Paraná (TC 015.638/2007-4).

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O aviso que acaba de ser lido retorna à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência recebeu do Tribunal de Contas da União os seguintes Avisos:

– **Nº 6, de 2009** (nº 74/2009, na origem), encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos

do processo nº TC 001.296/2008-2, acerca da auditoria operacional que deu origem ao monitoramento que teve por objetivo a ação governamental “Orientação Profissional e Intermediação de Mão-de-Obra” do Programa “Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda”; e

– **Nº 7, de 2009** (nº 89/2009, na origem), encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 001.276/2009-8, sobre Representação da Secretaria de Macroavaliação Governamental acerca da fixação para o exercício de 2009 dos percentuais individuais de participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios na distribuição dos recursos tratados no inciso III e § 4º do art. 159 da Constituição Federal, bem como cópia da Decisão Normativa nº 95, de 2009.

O Aviso nº 6, de 2009 vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e o de nº 7, de 2009, vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, e à de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– E, para encerrar, também faço minha homenagem aos repórteres do nosso Brasil, simbolizando os que significam para a democracia, a vida dos Parlamentares Carlos Werneck Lacerda, Amaral Neto, Raul Brunini.

Todo o Brasil se lembra que, no período da ditadura Vargas, Raul Brunini e Amaral Neto apresentavam o repórter e radialista Carlos Lacerda, que falava às 21 horas de quinta-feira na Rádio Globo.

Em uma homenagem especial aos repórteres, saudamos a todos na pessoa do nosso vibrante Senador gaúcho Sérgio Zambiasi que ainda hoje, Senador Eduardo Azeredo, faz programa todo fim de semana, na sua rádio, no Rio Grande do Sul.

Evidentemente, tínhamos que lembrar os que fazem a comunicação, que engrandecem a história da comunicação. Então, relembro o nome de Mário Rogério, Tomás Teixeira, Carlos Augusto, Deoclécio Dantas, Carlos Said, Silas Freire, Elivaldo Barbosa, Cíntia Lages, Mário Campos, Raimundo Neto; a todos, a homenagem do Senado pela profissão que exercem com obstinação, dedicação e competência.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência lembra às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores que constará da sessão ordinária deliberativa de amanhã, a realizar-se 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 31, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 445, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 31, de 2008, que *dispõe sobre a dispensa de recolhimento de parte dos dividendos e juros sobre capital próprio pela Caixa Econômica Federal; altera a Lei nº 11.124, 16 de junho de 2005, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, e prorroga os prazos previstos nos arts. 5º e 30 da Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 445, de 2008).*

Relator revisor: Senador Romero Jucá
(Sobrestando a pauta a partir de: 22.12.2008)

Prazo final prorrogado: 16.04.2009

2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 270, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 270, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.125, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Francisco Dornelles), que *aprova a programação monetária relativa ao quarto trimestre de 2008.*

3

SUBSTITUTIVO AO

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2007

Votação, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2007 (nº 6.645/2006, na Casa de origem, do Deputado Mendes Ribeiro Filho), que *acrescenta parágrafo único ao art. 175 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e dá nova redação ao art. 62 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, que organiza a Justiça Federal de primeira instância, e dá outras providências. (Estabelece dias*

e períodos de feriado forense e de suspensão dos prazos processuais)

Pareceres sob n°s 994, de 2007 e 383, de 2008, das Comissões

– Diretora, Relator: Senador Alvaro Dias, oferecendo a redação do vencido; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon (sobre as Emendas n°s 1 a 5, de Plenário), favorável, nos termos de subemendas que apresenta.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

N° 29, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n° 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que *dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (que trata da ordem social)*.

Parecer favorável, sob n° 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

N° 48, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n° 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*.

Pareceres sob n°s 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1° pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda n° 1-CCJ, que apresenta; 2° pronunciamento: (sobre a Emenda n° 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

N° 5, DE 2005

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n° 5, de 2005,

tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições*.

Parecer sob n° 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda n° 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

N° 38, DE 2004

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n° 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar*.

Pareceres sob n°s 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1° pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda n° 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2° pronunciamento: (sobre a Emenda n° 2, de Plenário), contrário.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

N° 50, DE 2006

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n° 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar*.

Pareceres sob n°s 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1° pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2° pronunciamento: (sobre a Emenda n° 1, de Plenário) Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que oferece.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 86, DE 2007***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores)*.

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável parcialmente, com Subemenda, que apresenta.

10

SUBSTITUTIVO AO**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem, do Deputado Alberto Fraga), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas)*.

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 20, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal*.

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à

Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 18, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal*.

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 3, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal*.

14

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 26, DE 2002**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece*.

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

16

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem, do Deputado Luciano Zica), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem, do Deputado Paulo Rocha), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.*

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem, do Deputado Wasny de Roure), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).*

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem, do Deputado Geraldo Resende), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).*

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem, do Deputado Ricardo Barros),

que altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandes Júnior), que denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres-MT e a fronteira com a Venezuela.

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2006 (nº 922/2003, na Casa de origem, do Deputado Davi Alcolumbre), que denomina “Aeroporto Internacional de Macapá/AP – Alberto Alcolumbre”, o aeroporto da cidade de Macapá, Estado do Amapá.

Parecer favorável, sob nº 883, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Geovani Borges.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, DE 2007

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2007 (nº 6.463/2005, na Casa de origem), que institui o dia 25 de janeiro como Dia Nacional da Bossa Nova.

Parecer favorável, sob nº 510, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora ad hoc: Senadora Ideli Salvatti.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2008 (nº 6.341/2002, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Caminhoneiro.

Parecer favorável, sob nº 884, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Valdir Raupp.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2008 (nº 1.967/2007, na Casa de origem), que institui o Dia do Vaqueiro Nordestino, a ser comemorado, anualmente, no terceiro domingo do mês de julho.

Parecer favorável, sob nº 887, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator “ad hoc”: Senador Virginio de Carvalho.

29

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2005

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – Desmanche, que *altera a redação do art. 126 da Lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumera e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1º e acrescenta os § 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os arts. 126-A e 126-B (dispõe sobre veículo irrecuperável ou desmontado).*

Parecer sob nº 1.045, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido, para o segundo turno regimental.

30

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.*

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

31

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral,

que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.*

32

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências (dispõe sobre o cálculo da concessão de benefício assistencial).*

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

33

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

34

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de*

20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

35

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).*

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

36

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.*

37

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).*

38

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.*

39

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.*

40

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Eco-*

nômicos já se encontra esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.)

41

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos ao Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, uma vez que o prazo naquela Comissão já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente)*

42

REQUERIMENTO Nº 1048, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.048, de 2007, do Senador Marcelo Crivella, *solicitando voto de solidariedade ao povo americano pela perda de milhares de entes queridos no atentado terrorista que derrubou as torres gêmeas do World Trade Center, em Nova Iorque; que atingiu o prédio do Pentágono, em Washington; e que levou o avião da United Airlines a ser abatido e cair na Pensilvânia.*

Parecer favorável, sob nº 1.286, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

43

REQUERIMENTO Nº 1230, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.230, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando voto de censura ao juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues, da 1ª Vara Criminal e de Menores de Sete Lagoas – MG, pela falta de ética e compromisso moral ao rejeitar pedidos de medidas cautelares contra homens que agrediram ou ameaçaram suas companheiras.*

Parecer favorável, sob nº 618, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon.

44

REQUERIMENTO Nº 1423, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.423, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando de voto de aplauso pelo transcurso do cinquentenário do maior movimento de jovens do mundo, o Movimento Leo de Liderança – Experiência e Oportunidade, Leo Clube, criado no Estado da Pensilvânia, EUA.*

Parecer favorável, sob nº 1.287, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Inácio Arruda.

45

REQUERIMENTO Nº 27, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 27, de 2008, do Senador Eduardo Suplicy e outros Senhores Senadores, *solicitando voto de solidariedade a José Manuel Ramos-Horta, Presidente da República de Timor-Leste e o pleno restabelecimento de sua saúde, alvejado durante um ataque armado à sua casa por grupos dissidentes da política daquele país, no mês de fevereiro de 2008.*

Parecer favorável, sob nº 1.288, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda.

46

REQUERIMENTO Nº 139, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 139, de 2008, do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, *solicitando voto de aplauso ao Juiz José Barroso Filho, da Justiça Militar de Manaus, escolhido pela ONU para o posto de Juiz Internacional no Timor Leste.*

Parecer favorável, sob nº 1.289, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador César Borges.

47

REQUERIMENTO Nº 243, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 243, de 2008, do Senador Eduardo Suplicy e outros Senhores Senadores, *solicitando que o Senado Brasileiro conclame o Congresso Americano a derrubar o veto aposto pelo Presidente dos Estados Unidos, George Bush, ao projeto de lei que impede as autoridades norte-americanas de submeter suspeitos de terrorismo a técnicas duras de interrogatório como o "waterboarding".*

Parecer sob nº 1.290, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Cristovam Buarque, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CRE, de redação, que apresenta.

48

REQUERIMENTO Nº 519, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 519, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando voto de louvor ao Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA) por sua Resolução que dá respaldo à Institucionalidade Democrática, ao diálogo e à Paz na Bolívia, aprovada em maio de 2008.*

Parecer favorável, sob nº 1.291, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Marco Maciel.

49

REQUERIMENTO Nº 714, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 714, de 2008, do Senador João Pedro, *solicitando voto de censura às declarações que teriam sido feitas pelo empresário sueco Johan Eliasch, consultor do Governo britânico para assuntos relativos à preservação ambiental, propondo a compra de terras na Amazônia por estrangeiros.*

Parecer favorável, sob nº 1.292, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Eduardo Suplicy.

50

REQUERIMENTO Nº 727, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 727, de 2008, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de censura e repúdio a Johan Eliasch, empresário sueco apontado como o maior comprador de terras na Amazônia e diretor da ONG Cool Earth.*

Parecer favorável, sob nº 1.293, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Eduardo Suplicy.

51

REQUERIMENTO Nº 798, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 798, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando voto de censura ao Parlamento Europeu, por sua decisão de criminalizar os imigrantes não-documentados, ao aprovar a nova lei de imigração que permite a detenção de imigrantes "ilegais" por até 18 meses.*

Parecer favorável, sob nº 1.294, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador José Nery.

52

REQUERIMENTO Nº 847, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 847, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de solidariedade ao Senador Eduardo Azeredo, pelo seu pronunciamento a respeito de correspondência subscrita por Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial de Política Externa do Presidente da República, sobre a mudança de opinião do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em relação às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc).*

53

REQUERIMENTO Nº 877, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 877, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de congratulação ao governo colombiano, aos familiares e ao povo colombiano pela libertação da ex-senadora e ex-candidata presidencial Ingrid Betancourt, de onze militares colombianos e três soldados americanos, que estavam em poder da Farc, e que este acontecimento seja um marco para o estabelecimento de um processo de paz e resolução pacífica do conflito armado vivenciado pela Colômbia.*

54

REQUERIMENTO Nº 930, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 930, de 2008, do Senador Paulo Paim, *solicitando voto de aplauso ao líder e ex-Presidente Sul-Africano, Nelson Mandela, pelo transcurso do seu 90º aniversário.*

Parecer favorável, sob nº 1.295, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Marco Maciel.

55

REQUERIMENTO Nº 931, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 931, de 2008, do Senador Eduardo Suplicy, *solicitando voto de congratulações aos atletas da delegação e representantes do Brasil nos Jogos Olímpicos de 2008 em Pequim, desejando que possam aproximar os povos e resultar em passos efetivos para a paz mundial, contribuindo para o processo de democratização e progresso da República Popular da China e do Tibete*

Parecer sob nº 1.296, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Na-

cional, Relator ad hoc: Senador Wellington Salgado, favorável, com a Emenda nº 1-CRE, que apresenta.

56

REQUERIMENTO Nº 958, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 958, de 2008, do Senador Eduardo Azeredo, *solicitando voto de solidariedade aos povos russo e georgiano em virtude da guerra deflagrada no mês de agosto de 2008, exortando a que seus Governos mantenham e respeitem o fim das hostilidades até que a paz definitiva seja negociada.*

Parecer favorável, sob nº 1.297, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares.

57

REQUERIMENTO Nº 1.117, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.117, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando voto de censura e repúdio às tentativas de desestabilização da democracia da República da Bolívia, bem como a quaisquer ações que visem ameaçar a integridade territorial daquele país.*

Parecer favorável, sob nº 1.298, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora ad hoc: Senadora Serys Slhessarenko.

58

REQUERIMENTO Nº 1.224, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.224, de 2008, do Senador Eduardo Suplicy, *solicitando voto de aplauso ao economista americano Paul Robin Krugman, por ter sido agraciado com o Prêmio Nobel de Economia, em 2008.*

Parecer favorável, sob nº 1.299, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Marco Maciel.

59

REQUERIMENTO Nº 1346, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.346, de 2008, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao Professor Antônio Augusto Cançado Trindade, por ter sido eleito juiz da Corte Internacional de Justiça.*

Parecer favorável, sob nº 1.300, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Eduardo Suplicy.

60

REQUERIMENTO Nº 1650, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.650, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de aplauso ao Senador dos Estados Unidos da América, John McCain, pelo seu pronunciamento após a eleição do Presidente Obama, e que seja levado ao conhecimento do Embaixador dos Estados Unidos no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –
Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 4 minutos.)

ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 458 , de 2009

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta nos Processos SF n.º 009623/05-1 (anexo 009622/05-5),

RESOLVE, fundamentado no inciso IV, do art. 222, da Lei 8.112/90, por perda da qualidade de beneficiário por ter atingido a maioria, cancelar a cota de 50% (cinquenta por cento) da pensão temporária concedida a MÁRIO MOREIRA DA COSTA SILVA, na condição de filho menor, e nos termos do art. 223, inciso II, da Lei 8.112/90, reverter a referida cota cancelada para ONDINA SANTOS GRANADO DA SILVA, na condição de cônjuge, alterando a cota da pensão vitalícia de 50% (cinquenta por cento) para 100% (cem por cento), concedida pelo Ato do Diretor-Geral nº 3059, de 2005, publicado no DSF do dia 19/07/2005, dos proventos que percebia o ex-servidor MARINO GRANADO DA SILVA, matrícula 5300-Ergon, a partir da data da maioria, 04/02/2009.

Senado Federal, 16 de fevereiro de 2009.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Eptácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozerildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁸⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁸⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final prorrogado: 01/07/2009

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Morais (DEM-PB) ⁽¹⁴⁾	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) ⁽¹¹⁾	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Fátima Cleide (PT-RO) ⁽¹³⁾	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(3,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
João Pedro (PT-AM) ^(2,12,17)	
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	

PDT	
Jefferson Praia (AM) (16)	
PDT/PSOL (10)	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
3. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
11. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
12. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
13. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
14. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Moraes é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
17. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3311-3514

Fax: 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.6.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Prazo final prorrogado: 13/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Cícero Lucena (PSDB-PB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT-RS) (2)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ) (3)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1.
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
3. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CARTÃO CORPORATIVO

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, com o objetivo de investigar, no prazo de 180 dias, todos os gastos efetuados com a utilização do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal, desde a sua criação em 2001.

(Requerimento nº 387, de 2008, lido em 08.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 08/04/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1.
	2.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
	1.
	2.
Maioria (PMDB, PP)	
	1.
	2.
PTB	
	1.
PDT	

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares ⁽²⁾

RELATOR: Senador Gerson Camata

Leitura: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo final prorrogado: 30/04/2009

TITULARES

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3311-3511

Fax: 3311-1176

E-mail: ems@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 751, de 2008, aprovado em 10.06.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 794, de 2008, aprovado em 18.06.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.602, de 2008, aprovado em 9.12.2008)

Número de membros: 9

COORDENADOR: Hamilton Carvalhido

RELATOR-GERAL: Eugenio Pacelli de Oliveira

Leitura: 25/03/2008

Designação: 01/07/2008

Prazo final: 20/02/2009

Prazo final prorrogado: 02/09/2009

MEMBROS

Antonio Corrêa

Antonio Magalhães Gomes Filho

Eugenio Pacelli de Oliveira

Fabiano Augusto Martins Silveira

Félix Valois Coelho Júnior

Hamilton Carvalhido

Jacinto Nelson de Miranda Coutinho

Sandro Torres Avelar

Tito Souza do Amaral

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.692, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos

VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro

Leitura: 25/03/2008

Instalação: 10/04/2008

Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA - TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

Instalação: 27/08/2008

Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador José Maranhão (PMDB)	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Gim Argello	1. Senador João Vicente Claudino

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG) (art. 88, § 1º, RISF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Simon (PMDB-RS) (art. 88, § 1º, RISF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Delcídio Amaral (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽⁸⁾
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	5. Inácio Arruda (PC DO B)
Expedito Júnior (PR)	6. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Serys Slhessarenko (PT)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	8. César Borges (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(5,12)	5. Lobão Filho (PMDB) ⁽⁶⁾
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM) ⁽¹⁵⁾	2. Heráclito Fortes (DEM) ⁽¹⁴⁾
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayme Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Kátia Abreu (DEM) ^(11,13)	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹⁰⁾	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Cícero Lucena (PSDB) ⁽²²⁾	7. Alvaro Dias (PSDB) ⁽²³⁾
João Tenório (PSDB) ⁽¹⁹⁾	8. Arthur Virgílio (PSDB) ^(16,20)
Sérgio Guerra (PSDB) ⁽²²⁾	9. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽²¹⁾
Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²²⁾	10. Papaléo Paes (PSDB) ⁽²⁴⁾
PTB ⁽⁴⁾	
João Vicente Claudino	1. Sérgio Zambiasi ⁽⁹⁾

Gim Argello	2.
PDT	
Osmar Dias (18)	1. Jefferson Praia (7,17)

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
7. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
8. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
9. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 362/2008).
13. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
14. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
15. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
16. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
17. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
18. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
19. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
20. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
21. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
22. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
24. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (3)	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO (6)	2. Serys Shessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO (4)	2. Renato Casagrande (PSB) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO (5)
Raimundo Colombo (DEM) (7)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO (8)
PDT PSDB PMDB (1)	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Debater e examinar a situação da Previdência Social

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

Finalidade: Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Mão Santa (PMDB)	1.
Neuto De Conto (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁾	1. João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT

2. Vaga cedida ao PSDB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(3,4)	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Econômicos. (Of. nº 62/08-GLDEM)
4. A Senadora Kátia Abreu retornou ao mandato em 29.10.2008. Aguardando indicação.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) (art. 88, § 1º, RISF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Alvaro Dias (PSDB-PR) (art. 88, § 1º, RISF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
VAGO ^(3,18)	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Slhessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO ^(1,2,13)
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO ⁽⁹⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO ⁽⁶⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Kátia Abreu (DEM) ^(12,15)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹⁰⁾
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) ⁽⁴⁾
Alvaro Dias (PSDB) ⁽²⁵⁾	5. Eduardo Azeredo (PSDB) ⁽²²⁾
Marisa Serrano (PSDB) ⁽²⁰⁾	6. João Tenório (PSDB) ⁽²¹⁾
Papaléo Paes (PSDB) ⁽²⁴⁾	7. Lúcia Vânia (PSDB) ⁽²³⁾
PTB ⁽⁷⁾	
Mozarildo Cavalcanti ^(8,11)	1. VAGO ^(14,16)
PDT	
Patrícia Saboya ⁽¹⁷⁾	1. João Durval ⁽¹⁹⁾

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
18. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
19. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
20. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
21. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
22. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
23. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
24. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
25. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2.
Maioria (PMDB, PP) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes****PRESIDENTE: VAGO****VICE-PRESIDENTE: VAGO**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2.
Maioria (PMDB, PP) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2.
Maioria (PMDB, PP) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eptácio Cafeteira (PTB-MA) (art. 88, § 1º, RISF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Simon (PMDB-RS) (art. 88, § 1º, RISF)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (3)	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B) (13)
Marina Silva (PT) (7)	2. Francisco Dornelles (PP) (1,11,13)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Expedito Júnior (PR) (12,13)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Marcelo Crivella (PRB) (15)
Maioria (PMDB, PP)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) (6,14)	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Kátia Abreu (DEM) (10,16)	4. Alvaro Dias (PSDB) (2)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. VAGO (5,17)
Arthur Virgílio (PSDB) (25)	6. Eduardo Azeredo (PSDB) (21)
Flexa Ribeiro (PSDB) (20)	7. Marconi Perillo (PSDB) (23)
Lúcia Vânia (PSDB) (25)	8. Mário Couto (PSDB) (24)
Tasso Jereissati (PSDB) (25)	9. Sérgio Guerra (PSDB) (22)
PTB (4)	
Eptácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
PDT	
Osmar Dias (8,19)	1. Jefferson Praia (9,18)

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

5. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
9. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
10. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
11. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
12. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
13. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
14. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).
15. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
17. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
18. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
19. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).
20. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
21. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
22. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
23. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
24. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
25. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Duque (PMDB-RJ) (art. 88, § 1º, RISF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) (art. 88, § 1º, RISF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽¹²⁾
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
João Ribeiro (PR)	8. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(8,16)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Lobão Filho (PMDB) ^(5,9)	6. VAGO ^(15,17)
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹¹⁾
VAGO ^(6,19)	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹³⁾	5. Kátia Abreu (DEM) ^(14,18)
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Alvaro Dias (PSDB) ⁽²⁴⁾	7. Lúcia Vânia (PSDB) ⁽²³⁾
Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁶⁾	8. Marconi Perillo (PSDB) ⁽²⁵⁾
Eduardo Azeredo (PSDB) ⁽²⁹⁾	9. Papaléo Paes (PSDB) ⁽²⁷⁾
Marisa Serrano (PSDB) ⁽²²⁾	10. Sérgio Guerra (PSDB) ⁽²⁸⁾
PTB	
Sérgio Zambiasi ⁽⁷⁾	1.
	2.
PDT	
Cristovam Buarque ⁽²¹⁾	1. Jefferson Praia ^(10,20)

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (Of. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
23. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia Dias é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
24. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
25. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
26. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
27. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
28. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
29. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽³⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ^(1,6)
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁵⁾
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG) (art. 88, § 1º, RISF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS) (art. 88, § 1º, RISF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Marina Silva (PT) ⁽⁷⁾	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
	5. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) ^(5,11)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Almeida Lima (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO ⁽³⁾
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁹⁾
Arthur Virgílio (PSDB) ^(10,14)	5. Alvaro Dias (PSDB) ^(4,19)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁶⁾	6. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹⁸⁾
Marisa Serrano (PSDB) ⁽¹⁷⁾	7. Mário Couto (PSDB) ⁽¹⁵⁾
PTB	
Gim Argello ⁽⁶⁾	1.
PDT	
Jefferson Praia ^(8,12)	1. Cristovam Buarque ⁽¹³⁾

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).

9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
15. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
16. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
17. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
18. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. Adelmir Santana (DEM)
Marconi Perillo (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
VAGO ⁽³⁾	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Shessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO ^(3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) ^(5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Marina Silva (PT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Notas:

1. Em 18.06.2008, a Senadora Marina Silva é designada titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. Nº 57/2008-CMA).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**RELATOR:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Expedito Júnior (PR)
VAGO (1)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO (2,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (3)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Duque (PMDB-RJ) (art. 88, § 1º, RISF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eliseu Resende (DEM-MG) (art. 88, § 1º, RISF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
Fátima Cleide (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽¹²⁾
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁵⁾	4. Ideli Salvatti (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Marcelo Crivella (PRB)
José Nery (PSOL) ^(1,2)	
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Roseana Sarney (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(11,13)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) ⁽⁴⁾	1. VAGO
Eliseu Resende (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽⁶⁾	3. Jayme Campos (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	4. VAGO ^(10,14)
Arthur Virgílio (PSDB) ⁽¹⁷⁾	5. Lúcia Vânia (PSDB) ⁽¹⁹⁾
Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁷⁾	6. Mário Couto (PSDB) ⁽¹⁸⁾
Magno Malta (PR) ^(3,7)	7. Papaléo Paes (PSDB) ⁽¹⁷⁾
PTB ⁽⁹⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque ⁽¹⁵⁾	1. Jefferson Praia ⁽¹⁶⁾

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
4. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
5. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
6. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
7. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
11. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
13. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
16. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
17. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
18. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
19. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(1,5)	1.
Heráclito Fortes (DEM)	2.
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
5. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br**6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**Prazo final:** 22/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) ⁽¹⁾	2. Patrícia Saboya (PDT)
Maioria (PMDB, PP)	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(2,5)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Ideli Salvatti (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Shessarenko (PT)	2. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Roseana Sarney (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(2,3)	1. Romeu Tuma (PTB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Duque (PMDB-RJ) (art. 88, § 1º, RISF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Pedro Simon (PMDB-RS) (art. 88, § 1º, RISF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (4)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Slhessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Marina Silva (PT) (17)
	6. Francisco Dornelles (PP)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (1)
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Gilvam Borges (PMDB) (14,19)
Paulo Duque (PMDB)	5. Valdir Raupp (PMDB) (5,16)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) (6)
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) (2)
VAGO (13,24)	3. Kátia Abreu (DEM) (18,22)
Romeu Tuma (PTB) (3)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB) (29)	5. Alvaro Dias (PSDB) (31)
Eduardo Azeredo (PSDB) (29)	6. João Tenório (PSDB) (12,28)
Flexa Ribeiro (PSDB) (30)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (32)
PTB (7)	
Fernando Collor (8,9,10,11,20,21,23,25)	1.
PDT	
Cristovam Buarque (26)	1. Patrícia Saboya (15,27)

Notas:

1. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Em 05.09.2007, o Senador Euclydes Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
9. Senador Euclydes Mello comunica filiação ao PRB, em 1º/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
10. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
11. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
12. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
13. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
14. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
15. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
16. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
17. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
18. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
19. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
20. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
21. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
22. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
23. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
24. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
25. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
26. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
27. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
28. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
29. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
30. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
31. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
32. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB) ^(1,5)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) ^(3,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago em razão da substituição do Senador Valdir Raupp pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em 22.08.2007 (Of. N° 362/2007-GLPMDB).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Of. 122/2008-GLPMDB).
4. Em 07.10.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (Of. n° 174/2008-CRE).
5. Em 25.11.2008, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (Of. n° 188/2008-CRE).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME
INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
VAGO ^(2,3,5)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽⁴⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
3. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
4. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
5. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS****Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes****PRESIDENTE: VAGO****VICE-PRESIDENTE: VAGO**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
VAGO ^(1,4)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Maioria (PMDB, PP)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclydes Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s): 3311-3496****Fax: 3311-3546****E-mail: scomcre@senado.gov.br**

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eliseu Resende (DEM-MG) (art. 88, § 1º, RISF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Durval (PDT-BA) (art. 88, § 1º, RISF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Exedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB) ^(5,8)
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. Paulo Duque (PMDB) ^(10,12,13)
Gilvam Borges (PMDB) ^(7,11)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayne Campos (DEM)	3. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁹⁾	5. Romeu Tuma (PTB) ⁽³⁾
Alvaro Dias (PSDB) ⁽²⁾	6. Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁶⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	7. João Tenório (PSDB) ⁽¹⁷⁾
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹⁶⁾	8. Mário Couto (PSDB) ⁽¹⁶⁾
Marconi Perillo (PSDB) ⁽¹⁾	9. Sérgio Guerra (PSDB) ⁽¹⁵⁾
PTB ⁽⁶⁾	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
PDT	
João Durval ⁽¹⁴⁾	1.

Notas:

1. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
2. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).
8. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
10. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 221/2008).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2008).
12. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
13. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
14. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
15. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
16. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
17. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador José Maranhão (PMDB-PB) (art. 88, § 1º, RISF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel (DEM-PE) (art. 88, § 1º, RISF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (4)	
Fátima Cleide (PT)	1. VAGO (8)
Patrícia Saboya (PDT) (3)	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) (1)
Maioria (PMDB, PP)	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) (2)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) (5,12)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM) (10,13)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. VAGO (7,15)
Lúcia Vânia (PSDB) (20)	5. Cícero Lucena (PSDB) (23)
Marconi Perillo (PSDB) (18)	6. Sérgio Guerra (PSDB) (11,14,21)
Papaléo Paes (PSDB) (22)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (19)
PTB (6)	
Mozarildo Cavalcanti	1.
PDT	
Cristovam Buarque (9,17)	1. Jefferson Praia (16)

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
8. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
9. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
10. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).
12. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
13. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
14. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
15. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
16. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
17. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
18. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
19. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
20. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
21. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
23. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Pedro Simon (PMDB-RS) (art. 88, § 1º, RISF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC) (art. 88, § 1º, RISF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (2)	
Delcídio Amaral (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. VAGO (5,7)
Expedito Júnior (PR)	3. César Borges (PR)
João Pedro (PT)	4. Augusto Botelho (PT)
	5. José Nery (PSOL) (1)
Maioria (PMDB, PP)	
Gerson Camata (PMDB) (3,12)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO (4)
Jayme Campos (DEM)	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) (8)
Kátia Abreu (DEM) (9,11)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Lúcia Vânia (PSDB) (15)	5. Flexa Ribeiro (PSDB) (17)
Mário Couto (PSDB) (13)	6. João Tenório (PSDB) (14)
Marisa Serrano (PSDB) (14)	7. Marconi Perillo (PSDB) (16)
PTB (6)	
VAGO (10)	1.
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.

11. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
12. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. nº 536/2008-GLPMDB).
13. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
14. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
16. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
17. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) ⁽³⁾
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP) (art. 88, § 1º, RISF)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Tenório (PSDB-AL) (art. 88, § 1º, RISF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(5,8)	3. Gim Argello (PTB) ^(6,7)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	2. Heráclito Fortes (DEM)
VAGO ^(4,10)	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹³⁾	5. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹⁴⁾
Eduardo Azeredo (PSDB) ⁽¹⁴⁾	6. Marisa Serrano (PSDB) ⁽¹²⁾
Papaléo Paes (PSDB) ⁽¹⁵⁾	7. Sérgio Guerra (PSDB) ^(9,14)
PTB ⁽³⁾	
Sérgio Zambiasi	1.
PDT	
Cristovam Buarque ⁽¹¹⁾	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

4. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).

6. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.

7. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).

8. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

9. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. nº 121/08-GLPSDB).
10. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
11. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
12. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
13. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
14. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azerdo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azerdo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS**Finalidade:** Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 3311-1120**Fax:** 3311-2025**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3311-5255 **Fax:** 3311-5260
E-mail: scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁵⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽²⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽¹⁾	4.
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5.
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ⁽¹¹⁾
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA) ⁽¹²⁾
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM) ⁽⁹⁾
Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽¹⁰⁾	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
VAGO ⁽¹³⁾	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁸⁾	

Atualização: 02/02/2009

Notas:

1. Eleito na Sessão de 29.05.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Shlessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Epitácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).

2. Eleitos na Sessão de 29.05.2007.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

3. Eleito em 30.05.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
5. Eleita na Sessão de 27.06.2007.
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.06.2007.
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007).
9. Senador Arthur Virgílio renunciou ao cargo de membro suplente, conforme Ofício nº 135/07, e foi eleito, nessa mesma data, como titular. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício nº 142/2007 - GLPSDB, e foi eleito, na mesma data, como membro suplente.
10. Senadora Marisa Serrano renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício datado de 27.06.2007, e foi eleita, nessa mesma data, como suplente. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro suplente e foi eleita, na mesma data, como membro titular.
11. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro, ocorrido em 19.02.2008.
12. Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º.10.2007.
13. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Péres, ocorrido em 23.05.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**Número de membros:** 12 titulares**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**MEMBROS****PMDB**

VAGO

DEM

VAGO

PSDB

VAGO

PT

VAGO

PTB

Mozarildo Cavalcanti (RR)

PR

Expedito Júnior (RO)

PDT

Patrícia Saboya (CE)

PSB

Renato Casagrande (ES)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PP**PSOL**

José Nery (PA)

Atualização: 12/02/2009

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	PRESIDENTE Senador José Sarney (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Marco Maia (PT-RS)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Edmar Moreira (DEM-MG)	2º VICE-PRESIDENTE Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
1º SECRETÁRIO Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	1º SECRETÁRIO Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
2º SECRETÁRIO Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	2º SECRETÁRIO Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
3º SECRETÁRIO Deputado Odair Cunha (PT-MG)	3º SECRETÁRIO Senador Mão Santa (PMDB-PI)
4º SECRETÁRIO Deputado Nelson Markezelli (PTB-SP)	4º SECRETÁRIO Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	LÍDER DA MAIORIA Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
LÍDER DA MINORIA Deputado Waldir Neves (PSDB-MS)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador Mário Couto (PSDB-PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Marco Maciel (DEM-PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 05.02.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA²

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

² Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Aloizio Mercadante (PT/SP)
Vice-Presidente: Deputado George Hilton² (PP-MG)
Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz² (PSDB – RS)

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JUNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ⁶ (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY ⁸ (PSOL/PA)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
(VAGO) ¹⁰	1. MOACIR MICHELETTO ⁷ (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. LEANDRO SAMPAIO ⁵ (PPS/RJ)
GERALDO THADEU ⁹ (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 06.02.2009)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

⁸ Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

⁹ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

¹⁰ Vago em virtude da renúncia à suplência do mandato do Deputado Cezar Schirmer, conforme OfGDCS-0270/2008, de 05.01.09.

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<u>LÍDER DA MINORIA</u> WALDIR NEVES PSDB-MS	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> MÁRIO COUTO PSDB-PA
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> MARCONDES GADELHA PSB-PB	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 02.02.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



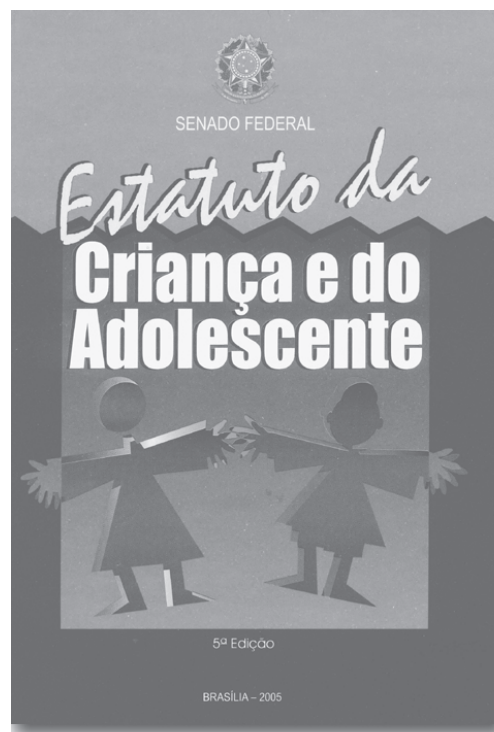
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Estatuto da Criança e do Adolescente

Lei nº 8.069/90, de acordo com as alterações
dadas pela Lei nº 8.241/91; legislação cor-
relata e índice.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 142 PÁGINAS